

ELY ESTRELA
ROCÍO CASTRO KUSTNER

CULTURA, MEMÓRIA E REGIÃO



Cultura, Memória e Região



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Lourivaldo Valentim da Silva

Reitor

Maria Nadja Nunes Bittencourt

Diretora da Editora

Conselho Editorial

Delcele Mascarenhas Queiroz

José Cláudio Rocha

Josemar Rodrigues de Souza

Márcia Rios da Silva

Maria Edesina Aguiar

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Wilson Roberto de Mattos

Yara Dulce Bandeira Ataíde

Suplentes

Kiyoko Abe Sandes

Liana Gonçalves Pontes Sodré

Lynn Rosalina Gama Alves

Ronalda Barretos Silva

Ely Souza Estrela
Rocio Castro Kustner
(Organizadoras)

Cultura, Memória e Região

EDUNEB
Salvador
2011

© 2009 EDUNEB

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão,
em forma idêntica, resumida ou modificada,
em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil 2011.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Ricardo Baroud

Coordenação de Design e Capa

Sidney Silva

Adequação de tese | Diagramação | Editoração | Ilustração

Normalização | Revisão | Tradução

GRAJAÚ - Gráfica e Encadernadora

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central da Uneb

Cultura, memória e região / Organizado por Ely Souza Estrela; Rocio Castro Kustner .
- Salvador: EDUNEB, 2011.
218p.

ISBN: 978-85-7887-074-4.

1. Identidade social - Bahia. 2. Memória . 3. Cultura popular - Bahia. 4. Bahia -
Usos e costumes. I. Estrela, Ely Souza. II. Kustner, Roccio Castro.

CDD: 306.4098142



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 - Salvador - BA

www.eduneb.uneb.br

editora@listas.uneb

Tel. +55 71 3117-5342 / 5317

*À memória de Ely,
grande estudiosa da memória
e guerreira até morrer.*

Sumário

Apresentação.....	9
Identidades e Manifestações Culturais.....	13
Por uma “Baía” com “H”: as “Bahias” do ciclo do cinema baiano (1958 - 1962) - uma organização de pistas.....	15
Leandro Santos Bulhões de Jesus / Paulo Assis de Almeida Guerreiro	
Multiterritorialidade nas Manifestações Culturais em Serrolândia/Ba.....	31
Marcone Denys dos Reis Nunes / Rocío Castro Kustner	
A Festa e suas Sociabilidades.....	47
Fabiane da Silva Andrade / Carmélia Aparecida Silva Miranda	
Turismo Étnico-afro na Bahia: uma análise com enfoque na Festa da Boa Morte em Cachoeira.....	61
Maria da Paz de Jesus Rodrigues/Adalberto S. Santos	
Representações Sociais no Território da Prostituição do Povoado do “Rapabolso”.....	75
Renilton da Silva Santos / Rocío Castro Kustner	
O Papel da Semiótica Peirceana na Análise de Textos Publicitários.....	97
Maria Joselene de Quadros Reis Borges / Paulo de Assis de Almeida Guerreiro	

Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade..... 119

O Papel das Atividades Sócio-educativas e de Convivência Promovidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Retirolândia/BA..... 121
Aline dos Santos Lima / Ely Souza Estrela

A Política de Isenção Fiscal e a Formação do Polo Calçadista do Sudoeste Baiano.....135
Carlos Eduardo Ribeiro Santos / Alícia Ruiz Olalde

Participação Popular na Gestão Territorial: uma análise sobre o orçamento participativo em Mutuípe/BA..... 166
Valdirene Santos Rocha Sousa / Renato Leone Leda

Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade no Rio Copioba de São Felipe/BA..... 191
Gilvânia Nunes Chaves / Alexandre A. Almassy Júnior

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea resulta de uma seleção de trabalhos apresentados no **I Encontro Cultura, Memória e Região**, realizado em dezembro de 2008, pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, da Universidade do Estado da Bahia. O principal objetivo do Encontro foi abordar, de forma multidisciplinar, questões e temáticas relacionadas à cultura, à memória e à região na Era da globalização, convidando os estudantes e os professores para uma reflexão conjunta, materializada em trabalhos a serem apresentados durante o evento. Desta forma, foram abordadas questões relacionadas à identidade, à etnicidade, à memória, às linguagens, ao desenvolvimento regional e sustentável, às territorialidades, entre outras. Estas questões ganharam visibilidade nos últimos anos e são representativas dos dilemas multiculturais que o processo de globalização tem imposto aos lugares onde quer que estejam situados na divisão internacional do trabalho e da produção de riquezas.

Promovemos o I Encontro **Cultura, Memória e Região** guiados pela assertiva de Da Mata, qual seja, de que o conhecimento profundo se processa vis-à-vis, nascendo dessa relação, na expressão do autor, “a tolerância, a humildade, a esperança e a generosidade de um viver em escala planetária, mantendo o delicado e essencial equilíbrio entre o universal e o específico, o cósmico e o local, o sentido do planeta e a identidade comunitária” (Da MATTA, 1987). Durante sua realização, este espírito se concretizou e o Encontro, muito mais que agregar pesquisadores, permitindo a reflexão de diferentes questões sob prismas variados, enlaçou pessoas de diferentes lugares e abriu, assim, a possibilidade de interlocução e de realização de trabalhos conjuntos. Aceitando o desafio de abrir brechas, no

sentido de romper com o individualismo e a competição já tão naturalizados nos espaço acadêmicos, envidamos esforços para que as comunicações apresentadas nos Grupos de Trabalhos resultassem de uma reflexão conjunta de orientandos e orientadores, em diferentes níveis. Nessa perspectiva, nos comprometíamos a fazer uma seleção para publicação de todos os trabalhos apresentados pelos estudantes em co-autoria com seus orientadores, algo muito demandado pela CAPES, com o intuito de incentivar a construção coletiva do conhecimento e os grupos de pesquisa. Nesta compreensão e ciente de seu papel facilitador fundamental deste processo, a editora da UNEB –EDUNEB prontamente abraçou o projeto. Infelizmente, alguns deles não estão aqui, mas com certeza, foram ou serão publicizados em outros espaços.

Assim a presente coletânea é o resultado desse compromisso e dessa tentativa de construção coletiva do conhecimento no processo *vis-à-vis* com o outro, sobre o outro, sobre si mesmo e sobre diferentes questões e objetos relacionados à cultura, à memória e à região.

Defendemos que a região deve ser abordada a partir da atuação de agentes políticos, socioeconômicos e culturais em uma dimensão espacial e trans-escalar, levando-se em conta tanto a diversidade e complexidade do mundo atual quanto às especificidades históricas e culturais dos espaços regionais. Concebemos a memória como uma força viva, dinâmica e dialógica, que tem o papel de atualizar o passado e resignificar o presente, possibilitando a transcendência da realidade, dando novo sentido ao futuro, materializando as utopias, realizando sonhos. Por sua vez, a forma de dar sentido ao futuro vai estar muito determinada pelo passado comum, pelos valores e ideologias assentados no tempo, projetados no espaço e transmitidos de geração em geração, ou seja, pela cultura, entendida como teia de significados e representações construídos na interação social

(Clifford Geertz) e sempre em processo de modificação, de reajustes, de resignificações e de transmutações.

A organização da coletânea segue a pauta destas categorias, sendo dividida em duas partes que englobam estudos realizados em diferentes regiões da Bahia, especialmente na zona do Sisal, do Recôncavo e do Sudoeste.

Na primeira parte, sob o título de **Identidades e Manifestações Culturais**, apresentamos trabalhos que abordam as representações da Bahia e do Brasil pelo viés do filme de Walt Disney “Você já foi à Bahia?; as manifestações culturais que recriam identidades e constroem multiterritorialidades no município de Serrolândia; o espaço da festa como espaço de sociabilidade em Santo Antônio de Jesus; e o turismo étnico identificado na festa da Boa Morte, no município de Cachoeira; as representações sociais sobre as mulheres que, através do exercício da prostituição, marcaram uma territorialidade no atual município de Elísio Medrado; e a análise semiótica de textos publicitários veiculados no município de Santo Antônio de Jesus.

Na segunda parte, sob o título de **Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade** analisamos o papel das atividades socio-educativas promovidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no município de Retirolândia; a política de Isenção Fiscal no polo Calçadista do Sudoeste Baiano; o orçamento participativo no município de Mutuípe e as implicações dos impactos socioambientais no Rio Copioba, no município de São Felipe.

Ely Souza Estrela
Rocio Castro Kustner

Identities e Manifestações Culturais

POR UMA “BAÍA” COM “H”: AS “BAHIAS”
DO CICLO DO CINEMA BAIANO
(1958 – 1962) – UMA ORGANIZAÇÃO DE PISTAS

Leandro Santos Bulhões de Jesus
Paulo Assis de Almeida Guerreiro

Por uma “Baía” com “H”

No cinema nacional, como na literatura, o imaginário rural é um gênero privilegiado que cria tendências nos inúmeros contextos e épocas e em várias circunstâncias políticas, segundo cada projeto e o olhar sobre a identidade nacional (NOVAES, 2005, p. 11). No cinema, a evocação dos temas regionais relaciona a tradição da cultura patriarcal rural do país, que acabou se tornando indispensável na identificação dos pontos elementares dessas identidades.

No Brasil, a tradição do cinema sertanejo¹ se apresenta como uma espécie de processo de construção de uma memória agrária cinematográfica, calcada, sobretudo, na participação do Nordeste e alicerçada no imaginário rural, tendo-se em vista que a região é caracterizada por elementos como: atraso, violência, messianismo, ingenuidade, inocência e culto à vida simples². Essa imagem de nordeste projetada cinematograficamente pode ser também justificada pela ótica sulista que se destaca como

1 Termo aqui entendido como o conjunto de “elementos rurais” que caracterizaram os filmes de temática nordestina na cinematografia nacional, desde o lançamento do primeiro filme que projeta o Nordeste nas telas em 1953, *O Canto do Mar*, de Alberto Cavalcanti.

2 Estas referências rurais são, também, aspectos de representação apontados por Raimond Williams, em seu estudo sobre o campo e a cidade. Ver: WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

pioneira na produção de filmes no país; afinal, o cinema de temática nordestina, que é iniciado com *O Canto do Mar* (1953), de Alberto Cavalcanti é, em sua quase totalidade, realizado por sulistas e estrangeiros (LEAL, 1982, 13).

O nordestino no cinema se aproxima muito da imagem do matuto ou do caipira. Desde os primórdios, é sempre mostrado como o oposto da figura do grã-fino, do bem-educado, do civilizado e polido. Ele é a negação da figura do cosmopolita, porque atesta a pobreza física e mental do brasileiro, se transformando no principal símbolo da precariedade nacional (ALBUQUERQUE, 1999, 266).

A cinematografia estrangeira, também, sempre fez uso de clichês e estereótipos quando representa o Brasil, como demonstra Tunico Amâncio em seu livro *O Brasil dos gringos: imagens do cinema* (2000), de modo que o país aparece na grande maioria desses filmes como um personagem. Com um rico repertório de análise de obras estrangeiras que usam referências nacionais, o autor apresenta mudanças, permanências e atualizações de inúmeros elementos de representações do país por estrangeiros e destaca, ainda, como os filmes de Walt Disney, resultados da viagem empreendida em 1941, (*Alô Amigos! e Você já foi à Bahia?*), ajudaram a legitimar tais estereótipos.

Diante desse contexto, o *Ciclo do Cinema Baiano* (1958-1962) abre caminhos para outro momento de visibilidade da Bahia, haja vista que projeta, nas telas, traços até então negados, como os aspectos de desenvolvimento e modernidade, o que contraria a sua identificação amalgamada como região congelada no tempo histórico, marcada por elementos compreendidos como rurais.

Deste modo, o ciclo traz à tona uma Bahia sob a ótica de cineastas baianos, o que significa dizer que ideias de homogeneidade cultural nordestina são modificadas, pois a filmagem do cotidiano da cidade do Salvador, por exemplo,

está de certa forma desvencilhada de determinados estereótipos sulistas e estrangeiros, permitindo, assim, a captação de outras nuances, particularidades e contradições.

Em face desta nova perspectiva de concepção cinematográfica, tornam-se necessárias releituras de obras do referido Ciclo e, principalmente, os enquadramentos, personagens, paisagens eleitas que constituíram uma nova representação da Bahia no cinema. Nesse sentido, nossa proposta é levantar questionamentos sobre a relação entre as imagens da Bahia apresentadas no filme *Você já foi à Bahia?*, tentando dar visibilidade aos aspectos que foram negligenciados na “Baía” animada de Walt Disney, a partir do contraponto com alguns filmes realizados por cineastas baianos. Torna-se necessário, também, analisar até que ponto os filmes baianos, produzidos cerca de quinze anos depois do lançamento do filme de Walt Disney, romperam ou afirmaram as ideias/ identidades vigentes.

Entre 1958 e 1962, foi dado início à produção baiana de longas-metragens, que também contou com filmes que teriam sido apenas “rodados” no estado, como foi o caso de *Bahia de Todos os Santos* (1960), do diretor Trigueirinho Neto; *Mandacaru Vermelho* (1961), de Nelson Pereira dos Santos; *Sol sob a Lama* (1962), de Alex Viany e *O Pagador de Promessas* (1962), de Anselmo Duarte, este último, premiado no Festival de *Cannes*.

Luis Paulino dos Santos é o pioneiro no processo de feitura das produções locais desse período com *Um Dia na Rampa*, um curta de 12 minutos, gravado em 1958, que documentava um dia de trabalho daqueles que dinamizavam a Rampa do Mercado Modelo, através do trânsito de mercadorias que chegavam do Recôncavo no Porto da Bahia de Todos os Santos.

*Redenção*³, de Roberto Pires, filmado em 1958 e lançado no ano seguinte, inaugura a produção de longas-metragens com

3 Este filme não foi totalmente preservado, havendo apenas algumas partes na Cinemateca Brasileira. Ver: CARVALHO. M. S.S. **A nova onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)**. Salvador: EDUFBA, 2002.

roteiro, direção e cenários baianos. Além deste, dirige ainda *A Grande Feira* (1961) e *Tocaia no Asfalto* (1962). Depois de duas tentativas na produção de curtas, Glauber Rocha realiza seu primeiro longa-metragem: *Barravento* (1961). Estas produções feitas por baianos, que fazem parte do Ciclo, mostram uma Bahia em processo de mudanças sociais significativas, engajada em projetos de urbanização e que se depara com a “chegada do progresso”, como é o caso do enredo de *A Grande Feira* (1961). Este filme conta o drama dos barraqueiros e dos frequentadores que se vêem diante da possibilidade de extinção da Feira de Água de Meninos, em virtude de um plano modernizador. A temática do urbano está presente também em *Barravento* (1961) que, embora seja ambientado numa aldeia de pescadores, exalta a cidade, enquanto referência de racionalidade e desenvolvimento, como oposta ao atraso, estagnação e alienação religiosa regionalizada.

Tais filmes são de uma época em que o Brasil vivia um processo de modernização, sobretudo, através da renovação cultural que atingiu profundamente a sociedade e dos projetos de industrialização acelerada, propostos pelo governo de Juscelino Kubitschek. É o período em que se destacam a construção de Brasília; a implantação da indústria automobilística; o advento da televisão; a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros; e, também, a Bossa Nova, o cinema de autor, dentre outras manifestações que revelam exemplos expressivos dessas mudanças⁴. A estrutura física da capital do Estado passa por transformações significativas, com novas dinâmicas do espaço da cidade, emancipação de pequenos distritos próximos, construção de novas ruas, avenidas, aumento do número de automóveis, bondes, táxis (VASCONCELOS, 2002, 311).

4 Analisando produções de filmes inseridos no contexto do Ciclo Baiano de Cinema, Carvalho (2002) não deixa de situá-los como parte ou reflexos desenvolvimentista dos anos J.K., da efervescência soteropolitana de inaugurações de indústrias, ruas, universidade, teatros. A capital baiana desejava ver renascer os anos de importância econômica, almejando, também, destacar-se como centro cultural do país.

A inserção de componentes “urbanos” e “modernos” para a representação fílmica, dentre outros elementos, vai de encontro às imagens canonizadas associadas à região. Nesse sentido, as primeiras produções fílmicas dos baianos tornam-se referências em relação às mudanças de elementos representativos da Bahia e do Nordeste, em contraposição às construções cinematográficas e literárias nacionais apresentadas até então. Posto isso, o Ciclo de Cinema Baiano pode ser compreendido como um instrumento de contraposição a uma concepção de identidade do nordestino e do Nordeste que eram referidos, respectivamente, como indivíduo e universo de fronteiras fixas.

Histórias e Cinemas

Analisar o filme “Você já foi à Bahia?” com outras obras do Ciclo do Cinema Baiano, ocorrido entre 1958 e 1962, contribui para os estudos acerca desta região, uma vez que vem complementar as possibilidades de análise do processo de construção de identidades da Bahia, especialmente através do uso de fontes audiovisuais, método relativamente novo no campo da investigação histórica.

Com o surgimento de novos temas e objetos para a historiografia, propostos pela Escola dos *Annales*, tornaram-se necessárias uma reelaboração e ressignificação das fontes a serem utilizadas, uma vez que as novas demandas propunham outras problemáticas e, dessa forma, as possibilidades de construção do conhecimento histórico passaram a exigir que o conceito de documento fosse ampliado. O historiador inglês Peter Burke (2003, p. 82) afirma que “não teria sido possível desenvolver pesquisa nesses campos relativamente novos se eles (os historiadores) tivessem limitados a fontes tradicionais, tais como documentos oficiais produzidos pelas administrações e preservados em seus artigos”.

É nesse processo de transformações na historiografia que as imagens vêm a somar esse novo leque, alcançando significativo espaço na historiografia recente. Os filmes não são livros; no entanto, uma vez produzidos e apresentados ao público, esse objeto deve ser entendido também como fonte, pois abraça diferentes linguagens que transitam e permeiam as relações cotidianas que caracterizam a sociedade moderna. Desde então, os filmes passaram a ser testemunhos das sociedades que os produzem, compreendidos “como um reflexo - não direto e mecânico - das ideologias, dos costumes e das mentalidades coletivas” (NOVA, 1996, p. 2117).

As imagens são expressões de intenções, mundividências, tradições, propostas, estratégias que variam de acordo com as perspectivas e olhares de produtores e receptores, os quais se relacionam através de suas interpretações e experiências. Seus significados, também, se reelaboram de acordo com o contexto histórico, cujas imagens foram submetidas a críticas. No bojo dessa discussão, os historiadores não podem perder de vista a influência que as imagens exercem na sociedade, pois estariam ignorando fortes elementos de análise do processo histórico.

Soares e Ferreira, no livro *A História vai ao Cinema*, (2000), apresentam perfis de filmes nacionais, considerando que, desde o início, parte representativa da filmografia brasileira transita na relação memória e história

[...] na qual lembranças pessoais, memórias de grupos, e mesmo pesquisas historiográficas mais sistemáticas têm levado à elaboração de filmes que constituem, hoje, quase um gênero narrativo, com características próprias. Assim, desde os primórdios da produção cinematográfica no Brasil, surge uma vertente que privilegia o que se poderia designar como um cinemahistórico-social.(SOARES; FERREIRA, 2000, p. 11).

Nesse sentido, o estudo da produção fílmica nacional no cenário das lacunas historiográficas, para além de uma outra possibilidade de pesquisa, apresenta-se como uma necessidade, uma vez que não se podem negligenciar os elementos de construções, afirmações, desconstruções que os filmes têm transmitido ao longo do tempo.

O estudo desse momento histórico é significativo para a historiografia, já que foi marcado por grandes tensões em Salvador. As implementações de um projeto federal de transformações assinala uma tentativa de a Bahia incorporar novos símbolos de modernidade, e, dessa forma, se desvincular da imagem de atraso e congelamento cultural e econômico que, inclusive, era uma ideia generalizada sobre todo o Nordeste, como já pontuamos acima. Portanto, o projeto de modernidade transforma-se num paradigma de progresso e, em contrapartida, as concepções de “atrasado” passam a ser associadas àquilo que não se enquadrasse a este modelo. Nesse contexto, se intensificam as dicotomias velho/novo, rural (campo) / urbano (cidade).

Conforme analisa Novaes (2005), quando o cinema utiliza os códigos morais nordestinos ou apresentam situações e lógicas que envolvem questões culturais regionais que são exteriores aos olhos do expectador, isso afirma uma condição discriminatória que orienta a lógica, a racionalização e sensatez que viria da cidade. Essas “demarcações” devem ser analisadas numa perspectiva histórica, sob análise das diferentes formas de contribuições.

No filme *Você já foi à Bahia?*, o Pato Donald está fazendo aniversário e ganha como presente de seus “amigos” latinos uma viagem pelo continente americano, o que demonstrava os laços de fraternidade que aproximavam Estados Unidos, México e Brasil, países que, naquele momento, estavam unidos à causa dos Aliados e lutando na Segunda Guerra Mundial. Para evidenciar isso, o filme baseia-se no trânsito de Donald pelas paisagens, música e dança desses países.

Ao chegar na “Baía”, convidado pelo personagem “brasileiro” Zé Carioca, que a sintetiza como o lugar do romantismo, da música e das garotas, vislumbramos uma Baía de Todos os Santos em animação, em cores quentes, com igrejas, antigos casarões, o Elevador Lacerda, barcos, praias, pássaros, coqueiros, flores, todos envolvidos em tons rosados como num fim de tarde, ao som da música cantada por Ary Barroso: Na Baixa do Sapateiro; uma mistura de campo e cidade. As palavras que são pronunciadas na música vão desenhando um quadro do que seria essa Bahia. As adjetivações, as expressões no diminutivo, a associação constante com a mulher o saudosismo ao lugar descrito idilicamente, as promessas de prazeres gastronômicos, tudo isso faz parte da afirmação e construção de um estereótipo que será solidificado e propagado por muito tempo.

A viagem de Pato Donald e Zé Carioca para a “Baía” é realizada por trem, emaranhado num cenário idílico, com paisagens repletas de flores e plantas das mais variadas espécies e cores exuberantes, seguindo o ritmo da música que parece ser o combustível do móvel.

As casas não dão sinais de vida, as ruas são vazias, não são mostrados quaisquer resquícios de vida humana nos espaços, sendo o lugar da “cidade imaginária” apenas um cenário para apresentação da “Iaiá”, seus “quindins” e as peripécias dos personagens. Para a surpresa de espectadores que reconhecem a Iaiá como a negra cozinheira que faz parte do quadro cultural da Bahia, a Iaiá do filme é branca. Sedutora e com bela voz, hipnotiza o visitante Donald e o “parceiro” Zé carioca que passam a disputá-la ao som e dança de mais uma canção de Ary Barroso.

Não há negros no filme e a construção da Bahia em animação favoreceu nessa perspectiva. Salvador (A Bahia!) apresenta-se como uma imensidão de ladeiras, paredes e janelas

que cantam e dançam no embalo da música “Os quindins de Iaiá”, mostrando ao estrangeiro suas peculiaridades, como os toscos movimentos de capoeira apresentados, talvez comparados, nas imagens fílmicas, com uma briga de galos.

Quando Donald volta à realidade, o papagaio pergunta o que ele teria achado da Bahia, o qual responde: “Que maravilha: romance, lua, e as pequenas...”, delira.

Em contraposição, a produção baiana inicial vai marcar um momento especial da história do cinema e das representações da Bahia. Isso porque os filmes do Ciclo do Cinema Baiano, ambientados na capital, vão mostrar imagens de uma Salvador com suas paisagens coloniais, aspectos rurais, mas também composta de elementos que demarcavam um outro momento da história do Estado, com a presença de automóveis, do discurso progressista, de uma classe média culta, e um processo de conscientização popular imbricado na temática crítico-social.

Só no final da década de sessenta o Cinema Novo, já formulado, passaria a abordar a realidade urbana do país, superando a visão dualista que orientara sua produção anterior, a qual caracterizava a região nordestina apenas pelo atraso e adversidades em contraponto com o Sul urbanizado e moderno. Esse novo cinema irá constatar que o subdesenvolvimento estava, também, nas cidades sulistas, não apenas no campo e no Nordeste, espaços da fome e da miséria nacional (ALBUQUERQUE, 1997).

A partir da análise dos filmes escolhidos para estabelecer o contraponto com a “Baía” de Walt Disney - Um dia na Rampa, A Grande Feira e Barravento -, é possível relacionar a construção e divulgação das obras com o contexto em que foram produzidos, permitindo o mapeamento dos anseios daqueles que os produziram, o que pretendiam que Bahia foi “montada” e “projetada” em produções que fizeram tanto sucesso com o público (CARVALHO, 1997). Não se pode

perder de vista a forma como esses filmes foram recebidos pelas platéias baianas, por isso, o uso dos jornais será imprescindível.

Nesse contexto, a Bahia, além de “aprender a ver”, aprende a fazer filmes também. Tanto baianos, quanto cineastas de outros Estados e até de outros países vêm à Bahia ambientar seus roteiros.

A Bahia tornava-se ponto de referência para a arte cinematográfica, no Brasil, e Salvador buscava o título de capital brasileira do cinema. Atraídos pela beleza natural e cultura exótica da cidade, chegavam à capital produtores e realizadores, brasileiros e estrangeiros. Na verdade, era o exotismo da Bahia o motivo maior do interesse, sobretudo dos estrangeiros, pelo meio cinematográfico baiano. Eram constantes as referências à profusão de seus temas, surgidos naturalmente da riqueza de sua geografia e de seu povo. (CARVALHO, 1997, p. 73).

É válido ressaltar que esse interesse que a Bahia passa a despertar nos cineastas, como um local de exploração do “exótico”, do “belo”, vai de encontro à construção de um novo paradigma em processo de formação na cinematografia brasileira, que é a estética da fome. Será este o momento em que, ao destacar as mazelas e injustiças sociais presentes no país, os cineastas envolvidos nesse projeto vão dispor de cenários e atores baianos para projetar uma estética e base conceitual para o desenvolvimento do Cinema Novo (LEAL, W. 1982).

Esse traço é perceptível, sobretudo, no discurso de Glauber Rocha, em vários de seus textos publicados nos jornais da época, pois apresenta uma preocupação constante quando a questão era a vinda de estrangeiros para gravar na “terra da felicidade”, como cantava Dorival Caymmi. Criticava aqueles que se utilizariam das paisagens apenas como postais. A questão

dos cuidados com a imagem do Estado foi uma constante em seus escritos e depoimentos⁵, e esses cuidados permearam a construção de *Barravento*, o longa-metragem que o colocaria no cenário nacional e internacional. Obstinado, inicialmente, em fazer deste seu primeiro filme uma espécie de síntese da cultura baiana, já então cristalizada em artistas como Carybé, Jorge Amado e Caymmi, Glauber vai se deparar com outras realidades no processo de feitura do filme, o que faz com que, em seguida, adote posturas, marcadas por preocupações em representar uma outra Bahia.

O exotismo da cultura negra tão contada pelos artistas de origem baiana não passa de uma romântica e alienada posição diante de um grave problema de subdesenvolvimento, físico e mental. Os negros permanecem escravizados de todas as formas (...) Resolvi contar a mesma história em termos diferentes e fui forçado a modificá-la radicalmente, deixando apenas a estrutura dramática original (GLAUBER ROCHA *apud* CARVALHO, 2002, p. 128).⁶

Assim, ao invés de legitimar concepções sobre a Bahia já existentes, seja por representantes exteriores ou pelos seus, Glauber se empenharia em desenvolver uma outra imagem, “um filme contra candomblés, contra misticismo e, num plano de maior dimensão, contra a permanência de mitos numa época que exige lucidez, consciência crítica, ação objetiva”⁷. Ou seja,

5 Ao fazer uso de periódicos, Carvalho, nos dois livros de sua autoria, *A nova onda baiana e Imagens de um tempo em movimento* (1999), analisa os escritos de Glauber Rocha que foram bastante presentes em jornais e revistas da época. É um material que varia em assuntos e temas, críticas, reportagens etc.

6 “Walter Lima Junior pergunta e Glauber Rocha explica o verdadeiro sentido de *Barravento* no cinema brasileiro” *apud* CARVALHO, 2002: 128.

7 *Idem*.

um momento em que a Bahia deixaria para trás seus maiores problemas, sobretudo o do atraso intelectual e material. Neste discurso, estava implícita a ideia de que fazer cinema era atender às demandas por “progresso” e “modernidade” e, em especial, o desenvolvimento de um cinema pedagógico. A Bahia demonstrada nos filmes deveria expressar um perfil de crescimento em que uma parte significativa da sociedade estava engajada.

Considerações Finais

O cinema tem criado e recriado cidades, mundos e estruturas; tem dado vida novamente a animais extintos, ou até mesmo contando a própria história da humanidade. Encena casos corriqueiros do cotidiano em forma de dramas, comédias, aventuras; reproduz, através da linguagem cinematográfica, eventos históricos. Seja como for, as imagens vão sempre dizer muito sobre o contexto em que foram construídas.

Nesse sentido, as imagens vão, também, determinar lugares pré-estabelecidos de grupos sociais através da legitimação de estereótipos ligados às referências político-sociais da época. A mulher, o negro, o índio, o judeu, o colonizado, o nordestino, dentre outras categorias, passarão num salto para as telas, mas com um dos pés calçado numa realidade histórica que situa e revela determinadas representações capturadas, de maneira conveniente, pela câmara.

A experiência cinematográfica baiana, ao contrário de outros movimentos da história e indo de encontro às necessidades comuns e apelos de referenciais sulistas, tem seus primeiros passos calcados numa liberdade e ousadia que se transformaria num referencial. As trocas técnicas, de temáticas e experiências, enfim, entre produtores e diretores, para além das fronteiras culturais e políticas dos estados, serão as peças chave no desenvolvimento do Cinema Novo que, embora tenha sido

um movimento mesclado por linguagens e temáticas que se aproximavam, produziu obras extremamente diferentes entre si.

Ainda que, *Um dia na Rampa*, *A Grande Feira*, *Tocaia no Asfalto* e *Barravento* sejam filmes construídos nesta região, não falam necessariamente da mesma Bahia encontrada nas produções cinematográficas até então. Isso possibilita a tentativa de compreender as contribuições do Ciclo do Cinema Baiano para a construção de outras identidades do estado, para além dos elementos que a reduziam a um espaço de exotismo, de promessas sensuais femininas e movida a uma musicalidade homogênea tal como foi representada no filme *Você já foi à Bahia?*.

Nas obras do Ciclo do Cinema Baiano, aqui apresentadas, a inserção de elementos da modernidade (urbanização, ideias progressistas, consciência de classe e formação sindical, emancipação feminina) na representação da Bahia, sobretudo, as que contrapõem a imagem canonizada do Nordeste como atrasado, rural, violento e messiânico, aparecem entre outros elementos que se aproximam, negam ou afirmam as “Bahias” existentes. É válido ressaltar que se trata de um momento de grandes transformações e que, por isso, a coexistência de forma imbricada de elementos considerados dicotômicos, como rural/urbano, velho/novo, nos permite discutir as tentativas de construções de visibilidades diferenciadas, feitas por baianos, que recaem nas discussões das formações das identidades do Estado no período.

Referências

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife; Massangana, 1999.

ALEGRE, Maria Silvia Porto. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. *apud* SILVA, Sérgio

Luiz P. Identidade e novas mídias: a cultura visual no processo de investigação das ciências sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 8, n. 2, 2006. RJ: Contra Capa Livraria - UERJ, NAPE.

AMÂNCIO, Tunico. **O Brasil dos gringos**: imagens do cinema. Niterói: Intertexto, 2000.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2003.

CARVALHO. M. do S.S. **A nova onda baiana**: cinema na Bahia (1958-1962). Salvador: EDUFBA, 2002.

_____. **Imagens de um tempo em movimento**: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961). 1. ed. Salvador: Edufba, 1999.

LEAL, Wills. **O nordeste no cinema**. João Pessoa: Editora Universitária: 1982.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes Históricas**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 235-289.

NOVA, Cristiane. “O cinema e o conhecimento da história”. In: **O olho da história**: Revista de História contemporânea. v.2, n. 3, 1996.

NOVAES. Cláudio Cledson. **Cinema sertanejo**: o sertão no olho do dragão. Feira de Santana, UEFB: Edições MAC, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**:

transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

WILLIAMS, Raymond.- **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Referências Filmográficas

Você Já foi à Bahia? (The Three Caballeros, 1945) Walt Disney Productions

O Canto do Mar (1953), Alberto Cavalcanti

Um Dia na Rampa (1959), Luis Paulino dos Santos

Bahia de Todos os Santos (1960), Trigueirinho Neto

A Grande Feira (1961), Roberto Pires

Barravento (1961), Glauber Rocha

Mandacaru Vermelho (1961), Nelson Pereira dos Santos

Tocaia no Asfalto (1962), Roberto Pires

O Pagador de Promessas (1962), Anselmo Duarte

MULTITERRITORIALIDADE NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SERROLÂNDIA/BA

Marcone Denys dos Reis Nunes
Rocío Castro Kustner

Os poderes públicos têm implementado inúmeras políticas de inclusão e reconhecimento das tradições nos quatro cantos do país, reconhecendo os pequenos grupos da cultura popular como peças-chave na formação da identidade nacional. Apenas recentemente, com a transição do poder no Estado da Bahia, a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), tem trazido uma proposta de descentralização dos recursos para a cultura. As ações consistem, dentre outros aspectos, em fortalecer as culturas locais, elegendo grupos (atores sociais) ligados aos movimentos sócio-culturais, para que estes decidam quais as prioridades para suas regiões. Para tanto, foram criados 26 (vinte e seis) territórios de identidade que abrangem todo o Estado.

O Governo Federal define território de identidade como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SECULT, 2008, p. 2).

Como esta categoria classificatória está oferecendo dificuldades, muitos municípios não se reconhecem nos territórios de identidade determinados pelo Governo Federal. Isto porque a cultura popular “não pode ser entendida como a ‘expressão’ da personalidade de um povo, à maneira do idealismo, porque tal personalidade não existe como uma entidade a priori, metafísica, e sim como um produto da interação das relações sociais” (CANCLINI, 1983, p. 42).

Entende-se a cultura como redes de significados construídos pelos seres humanos na sua interação social (GEERTZ, 1989), cujos significados culturais tecidos não são estáticos nem presos a um determinado território. Como nos fala Santos,

A maior parte das pessoas não é, hoje, diretamente responsável por estar aqui e não ali, vítimas de migrações que podem ser qualificadas como forçadas. Os lugares todos se descaracterizam, os antigos cimentos e fidelidades se desfazem, e as novas elaborações são forjadas sem autonomia e autenticidade (SANTOS, 2002, p. 22).

Foi pensando nessa realidade, no surgimento dos multiterritórios e das multidimensões do espaço geográfico interconectado com o todo (o mundo), através dos multimeios, da técnica, dos meios de comunicação em rede, que neste trabalho optamos pela multiterritorialidade como categoria de análise.

A cultura é dinâmica e complexa de compreender e precisa de um conviver que permita uma aproximação à constante resignificação e recriação de representações simbólicas das comunidades locais. Concretamente, no município de Serrolândia, em pleno sertão baiano, ocorreram alterações importantes nas manifestações populares, como sambas-de-roda, reisado, violeiros, quebradeiras de licuri, bumbeiros, boi-

roubado, além de outras menos conhecidas, que sempre foram essencialmente rurais e, conseqüentemente, ligadas ao período de plantio, colheita ou do próprio extrativismo do licuri, no caso das quebradeiras.

O presente trabalho tem como objetivo entender todo o processo de migração campo-cidade das manifestações populares em Serrolândia-BA como fenômeno de multiterritorialidade cultural (HAESBERT, 2004), a partir da visão dos grupos que ainda se apresentam na atualidade no município, assim como dos indivíduos de grupos que já não existem mais, como as quebradeiras de licuri, e jovens da cidade que desconhecem a sua origem. Trata-se de um estudo de caso, ainda em andamento, que foi iniciado com a realização de dois grupos focais - grupo dos bumbeiros e dos reizados - duas entrevistas abertas com quebradeiras de licuri e duas com jovens cujas análises apresentamos aqui.

O Município de Serrolândia e suas Manifestações Culturais

Serrolândia, um pequeno município do interior da Bahia, localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, a 317 km de Salvador, possui uma população de 12.616 habitantes, sendo que, aproximadamente, 51.1% reside na zona rural (IBGE, 2000), e limita-se com os municípios de Miguel Calmon, Jacobina, Várzea do Poço e Quixabeira.

De domínio popular, é contado, através do mito fundador, lá pelos idos do início da década de 1930, que as primeiras residências do município foram erguidas a partir de uma visão profética de um casal de posseiros que ali chegou. Em terras de Jacobina, numa manhã nublada, os dois posseiros avistaram sobre um pequeno monte nuvens muito baixas que pairavam numa delicadeza sem igual. Neste momento, decidiram erguer

uma cruz no alto desse monte e associaram aquele fenômeno a algo divino, um tipo de recado ou missão para os dois. Logo em seguida, convidaram amigos, compadres, vizinhos e conhecidos para erguerem pequenas casas de taipa no sopé do monte, batizado de Serrote, formando um pequeno aglomerado de residências em condições precárias. Alguns anos depois, surgiu a feira livre numa pracinha onde hoje está a igreja matriz da cidade. Foi elevada à condição de vila, depois, povoado e, finalmente, em 1962, a município (REIS, 1994).

Desde sua formação, Serrolândia sempre teve sua base econômica na agricultura. O cultivo de subsistência era essencial para movimentar a pequena economia local, como o é em boa parte do município até hoje. A feira livre é - hoje, em menor grau - o local do escoamento de boa parte dessa produção agrícola. Não há no município qualquer cultivo que envolva técnicas mais avançadas, como irrigação, colheita com maquinário ou qualquer coisa do tipo. A agricultura familiar está presente em todo o campo, salvo em pequenos trechos da margem do Rio Jacuípe, onde se desenvolve a cultura do tomate, irrigado de forma precária e ainda com o uso de agrotóxicos e defensivos. O cultivo da mamona, introduzida posteriormente, servia de sustento para muitas famílias, uma vez que o comércio da região tinha grande interesse na compra dessa produção para a fabricação de óleo. Hoje a produção de mamona está quase extinta (SEI, 1998).

Outra cultura importante para a economia local e para a formação da identidade do povo de Serrolândia foi a do licuri, (*Syagrus coronata*), palmeira nativa do nordeste e norte de Minas Gerais que pode chegar a ter dez metros de altura. Muito útil, pois como diz os nativos, dela se aproveita tudo. O licuri era a base da economia extrativista, pois dele se retirava a baga, vendida para a produção de óleo, sabão, entre outros; e a palha, que servia para cobrir os casebres de taipa, fazer vassouras, abanadores de fogão à lenha, chapéu para o trabalho na roça, esteiras para o descanso

e outros utensílios para serviços domésticos (REIS, 1994).

No processo de extrativismo do licuri, que requer um tempo de secagem de duas a três semanas, o grão é quebrado manualmente e muitas dessas quebras e tiras de licuri eram acompanhadas com sambas, regadas de cachaça, piegas, chulas e muita animação. As **quebradeiras de licuri** podem ser caracterizadas como protagonistas de uma manifestação cultural do município de Serrolândia que está diretamente ligada ao trabalho agrícola, geralmente à colheita, ao período de safra ou de preparação do solo para o plantio em épocas de trovoadas. O trabalho árduo e as cantigas que embalavam as quebras fundiam-se num processo bastante interessante.

Foram identificados alguns grupos importantes ainda existentes na atualidade (a maioria proveniente do campo e gente idosa), como é o caso dos **bumbeiros**. Este grupo, essencialmente formado de idosos, que se parece bastante com as bandas de pífaro presentes em muitas localidades do Nordeste do Brasil, em Serrolândia, adquiriu características próprias, com a simplificação e/ou o abandono de alguns instrumentos presentes no pífaro. Não segue nenhum ritual religioso de data ou de festividade, mas sempre se apresenta em eventos e festas na cidade e nas fazendas da região.

Outro grupo é o do **reisado** que se apresenta, principalmente, no final do mês de dezembro e início de janeiro, mais precisamente até o dia 06, quando termina as comemorações pelo nascimento do Menino Jesus. Diferentemente das folias-de-reis de outras localidades, o reisado em Serrolândia apresentava algumas peculiaridades: a indumentária é bem simples, com chapéu de palha de licuri ou de couro, e os artefatos são comuns à folia tradicional, com seu rei e rainha, bandeiras, estandartes, brilho etc. O ritual também é bem simples: visitam as casas do lugar, cantam nas portas e entram para tocar sambas, chulas,

batuques e piegas⁸ durante, aproximadamente, uma semana sempre nas madrugadas. Além de cantar as músicas típicas das folias tradicionais, também, são entoados outros tipos de sambas próprios com temáticas regionais ligadas ao plantio, à colheita e ao cotidiano de uma maneira geral.

Além dos já citados, ainda aparecem, não como grupos formados, organizados, mas que eventualmente fazem apresentações: **samba-de-roda de mulheres, violeiros e repentistas**. Algumas manifestações relacionadas ao trabalho na zona rural, como por exemplo, o **boi roubado**, praticamente deixou de existir no cotidiano das comunidades rurais.

As Novas Multiterritorialidades das Manifestações Culturais de Serrolândia

Os espaços delimitados pelas manifestações culturais modificaram-se no momento em que as mesmas mudaram de lugar. Festividades essencialmente rurais se instalam no espaço urbano quando do deslocamento dos seus membros. Neste contexto, grupos foram desfeitos e fragmentados ao longo do tempo, recompondo-se mais tarde na junção de indivíduos de outros grupos que se encontraram já na cidade e tentam, até hoje, manter viva essa tradição. Apesar da continuidade, as manifestações foram re-significadas e adquiriram elementos bastante peculiares, inseridos pelo próprio processo de junção e devido à heterogeneidade dos grupos promovida pela troca cultural, tema bastante discutido por Burke (2003), Haesbaert (2004/2005) e Moreira (2005).

8 Segundo o Senhor Aurelino L. Santana, as chulas são canções que contam histórias, de ritmo mais lento, enquanto o samba e o batuque, além de trazerem letras com sagas bem próprias do lugar, embalam a piega, tipo de samba sapateado dançado, principalmente, pelos homens no meio da roda.

As migrações do campo à cidade, em princípio, provocaram a desarticulação de alguns grupos e mesmo o desaparecimento de outros. Em seguida, houve uma readaptação ao ambiente urbano e muitos integrantes dos grupos culturais acabaram por se juntar a grupos de outras manifestações. Gente do reisado se misturou com gente dos violeiros, das quebradeiras, dos bumbeiros, fazendo surgir novos grupos, o que muitos autores até denominam de hibridismo cultural. Nas palavras de Haesbaert (2005, p. 12),

[...] o aumento das migrações provocou a proliferação de micro-espços de identidade, segregados/segregadores, onde o entrecruzamento dos traços culturais produziu espaços efetivamente híbridos, virtuais articuladores de novas e mais abertas identificações territoriais - ou, o que talvez seja mais comum, produziu uma espécie de amálgama em que convivem e se articulam estas duas formas de territorialidade.

Esses movimentos desagregadores e desterritorializantes fazem surgir as chamadas multiterritorialidades culturais, uma vez que indivíduos “perdem” seu referencial identitário e o reconstrói mais adiante com novos elementos do local onde se instalam. Ou seja, em princípio, acontece a desterritorialização, em seguida, a reterritorialização, para mais tarde, já com os elementos de identificação com os lugares muito bem definidos, surgirem as novas territorialidades (HAESBAERT, 2001, 2004; SANTOS, 2005, 2007).

Na verdade, há uma propensão a todas as expressões culturais tornarem-se comuns aos olhos de seus habitantes, sendo que algumas destas acabam se perdendo no tempo, ficando apenas na lembrança das pessoas mais velhas. Outras, talvez, caem no esquecimento, pois não se sabe da existência de

documentos que possam trazê-las ao nosso conhecimento e que poderiam ter ajudado nesta pesquisa. Como se pergunta Burity (2002, p. 13): “onde estão as danças típicas regionais, os antigos ritos e cerimônias de algumas comunidades, a vivência religiosa das cidades pequenas, o modo de vida e as tradições de tantos povos?”. Foi a partir dessa inquietação que buscamos entender a problemática das novas territorialidades expressas no espaço geográfico e sua relação com as culturas populares locais.

Em décadas passadas, era comum nos depararmos com grupos de reisado cantando suas chulas, batuques e sambas no início do mês de janeiro. Os bumbeiros, também, sempre se apresentavam em datas festivas levando a alegria dos ritmos contagiantes a todos. Hoje, os eventos culturais estão se perdendo no tempo. Muitas pessoas entrevistadas, principalmente as mais jovens, não conseguem sequer identificá-los como manifestações que fazem parte da cultura local e, portanto, simplesmente, não os consideram importantes ou sequer sabem distingui-los em suas peculiaridades, quando não os desprezam associando a “coisa de velho”.

Muitos moradores acabam por nos revelar que as festas populares estão mais ligadas ao São João, o chamado “Arraia do Licuri” - promovido pela prefeitura da cidade -, festa esta que em nada se relaciona com os grupos dos quais citamos acima.

O Arraia do Licuri, atualmente, a maior festa da cidade, tem passado por um processo de modernização ao longo das suas quinze edições, se aproximando muito mais de um modelo carnavalesco do que a uma festa junina. É importante frisar que, nesse período, os grupos tradicionais, inclusive sanfoneiros locais, não têm espaço na festa oficial, limitando-se apenas a pequenas apresentações a convite de grupos da sociedade civil organizada. Tudo isto porque “as culturas populares são o resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, realizam uma elaboração específica das suas condições de vida através de uma interação

conflitiva com setores hegemônicos” (CANCLINI, 1983, p. 43-44).

Há, nesse contexto, uma inversão e adaptação do território como pano de fundo para essas manifestações que não ocorrem mais no meio rural. Tendo que se adaptar ao meio urbano, desenvolvem, deste modo, outras relações de troca cultural, ocasionando ressignificações nas formas de apresentação das festividades e ocupando novos espaços que conformam as multiterritorialidades. Estas são entendidas da seguinte forma por Haebaert (2006):

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica, assim, a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais, proporcionadas através do ciberespaço. (HAEBART, 2006, p. 344)

No caso das **quebradeiras de licuri**, as manifestações aconteciam em determinada região da zona rural do município e estavam diretamente ligadas ao período da safra, pois se não tinha licuri, devido à seca, a manifestação não acontecia. Essa peculiaridade se deve ao fato de as “quebradeiras,, diferente dos outros eventos culturais, não se “apresentarem”, mas apenas se reunirem nas casas das comadres e cantarem repentes para descontração, divididas em grupos (umas quebravam e outras tiravam o licuri da casca). Em alguns casos, os repentes transformavam-se em desafios e a “diversão” prosseguia com a repetição de várias cantigas de roda. Os homens, também,

participavam tocando os instrumentos e dançando a piega no meio da roda.

Vejam a explicação da Dona Paula sobre como aconteciam as quebras:

[...] começava assim: chegava... fazia aquela rumona de licuri dentro de casa, né? Aí agora quebrava assim, umas dez lata de licuri e agora ajuntava todo mundo, juntava assim, se quiser fosse só as dez lata bem, se não, umas quarenta a cinqüenta lata de licuri. Botava aquelas rumona no mei da casa pra todo mundo, sentava tudo e agora tudo cantava, né? Cantano batuque e roda, tem batuque e tem roda. É... agora cantava e quando terminava tudo, aí agora limpava a casa e vortava só.. acabava de limpá a casa e agora vortava tudo dançano roda, cantano pegado na mão dos zozoto cantano. (...) E tinha umas quebra roubadas também, aí roubava as quebra assim: aí juntava uma pessoa assim, conversava assim com a outra: “vamo roubá uma quebra na casa de fulano hoje, vai? Aí nós chegava lá, sentava todo mundo assim no escondidinho, batia na porta e cantava um reis e agora invadia a casa e entrava todo mundo, né? (...) Era a festa mais bonita!9

A fala de Dona Paula expressa um misto de alegria e nostalgia, saudade de estar de algo que não existe mais, mas que ainda está impregnado de sentido e referencial para ela.

Por essas e outras limitações, as manifestações populares em Serrolândia vêm lutando para permanecer no cotidiano dos seus participantes, na alegria das brincadeiras, das danças e da própria religiosidade. Vem lutando, também, para ter seu

9 Paula Ferreira dos Santos. Entrevista cedida a Marcone Denys dos Reis Nunes, em 28/04/2001 em Serrolândia.

espaço de direito reconhecido pela sociedade, e sua identidade preservada e transmitida. Assim, o fato de não quebrar mais licuri nem de participar das festas das quebras não impede Dona Paula de sambar junto ao grupo de reisado ou dos bumbeiros quando estes se apresentam, mais uma vez evidenciando todo o processo de adaptação/ressignificação dos costumes e da cultura local.

Enquanto isso, elementos foram acrescentados a outras apresentações, dando singularidade e identidade próprias. É o caso de alguns grupos de reisado, os quais inserem elementos novos nas suas apresentações que ocorrem no início de janeiro, como instrumentos improvisados e formas diferenciadas do caboclo. Segundo os entrevistados, quem anima a festa é o “caboclo de reis” - homem fantasiado, com máscara de cabaça e adereços de jagunço, meio como um bobo da corte ou da festa dos tolos, comum na Europa medieval. Faz apresentações e dança ao som dos batuques, das chulas e dos sambas-de-roda, e está encarregado de recolher as doações nas casas das pessoas que recebem os reizeiros.

Ao se estabelecerem na cidade, a maioria dos integrantes das manifestações culturais não perdeu em definitivo o seu vínculo com o espaço rural, até porque continuam utilizando a terra para plantar. Indo e vindo, alguns deles possuem duas residências - uma na cidade e outra na “roça” - e muitos, ainda, residem apenas no campo. Daí a multiterritorialidade de seus espaços.

Considerações Finais

Os conceitos ora discutidos trouxeram um melhor esclarecimento das relações estabelecidas pelos grupos humanos em seus espaços vividos. Relações estas pautadas, principalmente, no poder, nas trocas culturais e na (re)configuração dos lugares.

A demonstração de que o território não é apenas um conceito geográfico, perpassando praticamente todas as ciências humanas, deixa clara a complexidade do termo e as dificuldades tipológicas para sua conceituação.

Um aspecto que merece destaque reside no trabalho com as manifestações populares em Serrolândia como pano de fundo das relações, mudanças e transformações no espaço geográfico e as configurações territoriais que delineiam as feições do mesmo na atualidade.

Não obstante, a partir desses novos aspectos relacionais, surgem outras derivações em consequência das próprias demandas teórico-analíticas, como, por exemplo, o destaque que se dá quando nos referimos às territorialidades, sendo elas novas ou antigas, aproximando as visões de antropólogos, sociólogos, psicólogos, historiadores, filósofos e geógrafos, buscando entender as configurações atuais dos espaços enquanto cenários para o surgimento das “novas culturas”, denominadas por muitos como híbridas.

Iniciamos uma discussão bastante interessante sobre identidade territorial para retomarmos o que chamamos de manifestações populares. Os grupos, por muito tempo denominados de “folclóricos”, resistiram ao tempo e trazem consigo elementos poderosos para entendermos a dinâmica da formação dos territórios culturais dos micro-espços atuais. Referimo-nos a espaços micro numa alusão aos pequenos municípios de base essencialmente rural, nos quais se originaram as manifestações populares.

Essas escalas chamam a atenção na medida em que despertam nos governos o interesse pelos territórios de identidade, como é o caso da Bahia. Não é porque está em destaque uma ação governamental de valorização das identidades que podemos deixar de lado outras questões não menos importantes no que diz respeito aos artefatos (símbolos) culturais de uma comunidade

como marcas de sua identidade e não apenas como instrumentos ora subsidiados por quaisquer governos ou grupos interessados em transformá-los em algo talvez até comercial.

Nessas primeiras percepções, ficou bastante claro que as manifestações populares precisam de uma atenção muito especial de toda a população da cidade de Serrolândia. A difusão cultural das manifestações tem que estar ligada à abertura do diálogo com crianças e jovens, principalmente, pois esta é a faixa-etária que mais resiste em reconhecer as manifestações populares como elemento cultural importante para o município.

Em Serrolândia, as manifestações eram basicamente provenientes do campo, porém, hoje, se dividem entre a cidade e alguns remanescentes rurais, lembrando que a maioria sofre um processo de re-significação, recriando-se e adaptando-se aos “novos” espaços de convívio.

As manifestações culturais recriam e re-significam os espaços atualmente organizados por territórios de identidade, conformando com as multiterritorialidades, a partir dos arranjos estabelecidos ao longo da história desses indivíduos, na formação da sua identidade.

Referências

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades territoriais**. Rio de Janeiro : Access, 2007.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia -SEI. **Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos** - 2001. Salvador, 2002.

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- BURITY, A. Joanildo (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo : Unisinos, 2003.
- _____ (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARNEIRO, Maria José. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DELLA MÔNICA, Laura. **Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado**. São Paulo: Global, 1999.
- DIAGNÓSTICO municipal 80 / Serrolândia : SEBRAE/BA; Salvador : Serviço de Apoio às Pequenas Empresas do Estado da Bahia, 1999.
- ENGELS, F.; GEERTZ, C.; BAUMAN, Z.; LEONTIEV, A.; MARCARIAN, E. **O papel da cultura nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editora Villa Martha, 1980.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____ (Org.). **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 2001.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre, em 23 de setembro de 2004.

_____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial** (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARCARIAN, Eduardo S. “Lugar e papel das investigações da cultura nas ciências sociais modernas”. In: ENGELS, F.; GEERTZ, C.; BAUMAN, Z.; LEONTIEV, A.; MARCARIAN, E. **O papel da cultura nas ciências sociais.** Porto Alegre: Editora Villa Martha, 1980.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, Diomedes Pereira dos. **Serrote de ontem - Serrolândia de hoje.** Salvador: EDUNEB, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª ed. Rio de Janeiro : Hucitec, 1997.

_____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo : Publifolha, 2002.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SECULT, Secretaria da Cultura do Estado da Bahia. **Conceito global territórios de identidade:** *briefing* dos 26 territórios de identidade. Edital 013/2008, Anexo III, Salvador-BA, 2008.

Disponível em: www.cultura.ba.gov.br. Acesso em: 10 nov, 2008.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Bahia:** crescimento populacional 1980-1996, Salvador, 1998.

SOUZA, Edvaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 4, n. 6, nov. 2007.

Fontes Orais

Aurelino Lino de Santana (70 anos) – Lavrador aposentado. Entrevista concedida a Marcone Denys dos Reis Nunes em 27/04/2001.

Luciene Salete Lima dos Reis (22 anos) – Estudante. Entrevista concedida a Marcone Denys dos Reis Nunes em 18/04/2001.

Paula Ferreira dos Santos (72 anos) – Lavradora aposentada. Entrevista concedida a Marcone Denys dos Reis Nunes em 28/04/2001

A FESTA E SUAS SOCIABILIDADES

Fabiane da Silva Andrade
Carmélia Aparecida Silva Miranda

Sendo o batuque um “território livre” onde o indivíduo fala à comunidade e da comunidade, seus pontos e modas têm sido desde sempre o veículo ideal da crítica social e política (DIAS, 2001, p. 880).

A festa é por excelência espaço de lazer, de diversão e de socialização, uma vez que, nela, os indivíduos têm oportunidade de se relacionar com pessoas de seu convívio cotidiano, mas também mantêm contatos com indivíduos que não são integrantes de sua teia de relações pessoais.

Os momentos festivos fazem parte do cotidiano de muitos indivíduos que passam a organizar seu tempo a partir da preparação de tais comemorações. Podemos observar que isso ocorre em várias festividades, como as comemorações relativas aos Santos Reis, às festas juninas, às congadas, à Marujada, entre outras.

Em relação aos Ternos de Reis, Jorge Amado¹⁰ pontua: “é o teatro e o balé dos pobres, a representação dos mistérios de Belém na transposição afro-baiana”, é uma representação que supera a imposição européia e se ressignifica, a princípio, entre os negros escravizados e, posteriormente, entre as camadas populares da Bahia, tornando-se, assim, fonte de esperança e alegria para aqueles que comemoram com música e festa a visita dos Santos Reis. Este festejo não significa, apenas, a representação de uma passagem bíblica ou a manutenção de um costume, mas,

10 Narração e texto de Jorge Amado no documentário *Festas na Bahia de Oxalá - 1969*, inserido no documentário *Festas e Folias de Reis*.

sim, o momento no qual um mundo novo é criado, quando as mesmas cantorias podem ser desenvolvidas pelos mais diferentes indivíduos, e as comemorações sagradas se confundem com os festejos profanos, não representando uma negação à adoração, mas sua complementação.

Desde o período Colonial, as festividades católicas passaram a ser ressignificadas. A tentativa do colonizador de subjugar os negros por meio da religiosidade lhes proporcionou reelaborar tais práticas, associando-as a suas culturas de origem. Seria enganoso afirmar que os negros naquele período se adaptaram ao modo de vida europeu, como seria do mesmo modo enganoso afirmar que eles mantiveram seus cultos e tradições tais quais faziam na África. No Brasil, foi preciso adaptar seus costumes, suas tradições e entrecruzar elementos culturais de etnias africanas diversas, bem como relacionar cultos afros às tradições cristãs católicas, a fim de manter suas tradições, mesmo que elas tivessem sido amplamente alteradas e adaptadas à realidade imposta pela situação de escravidão e de desterritorialização. Como afirma Sodré (2005, p. 90), apesar de toda estrutura escravagista montada na Colônia “os negros desenvolviam formas paralelas de organização social”.

As festividades católicas do período Colonial foram trazidas para o Brasil pelos europeus. Essas práticas tinham, inicialmente, como um dos objetivos a catequização dos negros e índios da Colônia. No entanto, aqui, os rituais passaram a ser ressignificados, ganhando novas formas de expressão, já que, segundo Abreu (1999, p. 35), as práticas barrocas foram alteradas, mantendo-se “as festas de santos e procissões, expressivos sinais de força do catolicismo, independente da ortodoxia oficial” Dessa forma, as práticas populares passaram a associar ao catolicismo oficial elementos típicos de festividades consideradas profanas. As missas e orações passam a ser associadas a desfiles animados, repletos de música, festa e diversão.

Souza (2002, p. 251) chama atenção para a interligação que havia no século XIX entre a coroação do Rei negro e a Igreja Católica: “no dia de reis, quando a irmandade festejava o ‘santo Baltasar’, o capelão coroava os reis na missa e lavrava no livro da irmandade o termo de eleição do rei, da rainha e dos demais cargos”. O Rei negro era coroado no interior da Igreja Católica e por um representante direto da instituição, o que expressa os imbrincamentos desenvolvidos no Brasil, onde as tradições católicas e afro-brasileiras são influenciadas uma pela outra, sem perder de vista as influências trazidas por outros povos e pelos próprios indígenas.¹¹ No entanto, com o passar dos anos, as festividades de coroação aos Reis negros ganham outros significados, dissociando-se da ação direta da Igreja Católica. A segregação entre as festas e a Igreja possibilitou que os momentos festivos se constituíssem em espaços propícios à diversão livre das amarras da religiosidade oficial.

A festa dá ensejo à ruptura total, a partir da suspensão da ordem vigente e a instauração de uma nova, quando há, então, uma tensão entre a continuidade e a ruptura¹². Durante os festejos, há um esquecimento temporário da vida cotidiana e das preocupações familiares, pois todos os olhares se voltam para as festividades, os rituais, a confecção de roupas, os ritmos e ritos das comemorações. Observamos tais posturas em festas como: os Ternos de Reis, que aconteciam no bairro do Andaiá, em Santo Antônio de Jesus-BA¹³, quando os componentes do terno se

11 Maiores informações sobre tais festividades podem ser obtidas através do documentário: Festas e Folias de Reis - Bahia Singular e Plural. Realização TVE Bahia. Projeto e coordenação Pablo Marconi. Pesquisa, roteiro e edição Josias Pires. Produção Josias Pires e Ednilson Motta.

12 Sobre o tema cf. SOUZA (2002); DA MATTA (1979); DEL PRIORE (1994); FERLINI (2001, p. 45); REIS (2001).

13 Cf. ANDRADE, Fabiane da Silva. Humildes da alegria: o repensar sobre a festa de Reis em Santo Antônio de Jesus-BA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 4., Goiânia, 2008. **Anais...Goiânia**, 2008.

reuniam para os seus festejos; e a festa da Marujada, em Jacobina-BA, quando os seus componentes se empenham para desfilarem no dia de São Benedito e de Santo Antônio, que acontecem após o Pentecostes e o dia 13 de junho respectivamente¹⁴.

Várias festas foram introduzidas pelos colonizadores portugueses, tanto cívicas como populares. Durante o Império, eram muitas as ocasiões em que a realeza se encontrava, como nas aparições públicas, nos cortejos reais, procissões e comemorações cívicas - a exemplo da coroação, dos festejos pela passagem do dia da Independência ou da Maioridade, de aniversários ou de falecimentos da realeza. Por outro lado, nas festas populares - como o Dia de Reis, do Divino, nas Cavalhadas, Congadas e Batuques - reis e rainhas contavam histórias diferentes do lugar, de sua população e de seu destino. Na verdade, as festas misturavam-se, pois um ritual oficial era logo acompanhado por um batuque ou uma encenação de Cavalhadas. Durante a época colonial, as festas populares realizadas, principalmente, por negros cativos e forros chamavam atenção dos brancos que, muitas vezes, saíam às ruas para apreciá-las. Durante esses dias, as vilas eram invadidas pelos sons dos batuques, onde se reuniam escravos de diferentes etnias, vindos dos engenhos e povoados, a fim de participar dos festejos. Nesse momento, encontravam-se diferentes ritmos, ritos e rituais.

A permissibilidade das festas em relação ao encontro, à visibilidade e à coesão dentro de comemorações recriava os padrões metropolitanos, formando uma identidade coletiva, além de trazer descanso, prazer e alegria. Dessa forma, ao se incorporar valores e normas da vida em grupo, partilhavam-se sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários.¹⁵ Segundo Vainfas e Souza (2000, p. 58), se certas manifestações negras causavam

14 MIRANDA, Carmélia A. S. Reinvenções e inserções na Festa da Marujada em Jacobina-BA. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA (Brasil e Portugal: Nossa História Ontem e Hoje), 1., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2007.

15 Cf. DEL PRIORE (1994), FERLINI (2001, p. 45).

medo entre a população branca, suas festas eram, por vezes, consideradas positivas no sentido de manter escravos e forros sob controle. No século XVII, o jesuíta Antonil aconselhava aos senhores de escravos que tivessem tolerância com os folguedos, bailes e reis negros de seus escravos, pois negar-lhes o momento de bailar e cantar proporcionaria melancolia. De sorte que o melhor era deixá-los alegrarem-se em suas festas. As tentativas de proibição continuavam a esbarrar, como sempre, na necessidade de manter os negros distraídos quanto à sua condição servil. No entanto, nas representações, na interação entre as autoridades coloniais, as festas tornavam-se, também, um momento em que os negros conseguiam fazer circular a forma como viam a si mesmos e a cultura que lhes tentavam impor. Ainda segundo Vainfas e Souza (2000),

Se as festas tinham caráter institucional, a ocupação do espaço público as revestia de novo caráter, e usos diferenciados, daí surgiam, reavivando a preocupação da Igreja em controlar os excessos e ordenar os comportamentos. O momento das festas era, muitas vezes, também o momento de bebedeiras, de acertos de contas, de vinganças, de crimes em que transpareciam as fraturas da comunidade. Mas não só com a violência e o derramamento de sangue se profanava o espaço sagrado das festas. Havia aqueles que não respeitavam o silêncio recomendado no interior dos templos, usando-o, ao contrário, como lugar de encontros e negócios, inclusive amorosos (VAINFAS; SOUZA, 2000, p. 58).

A festa se constituía, na verdade, num espaço em que tudo acontecia ou podia acontecer, desde a alegria à tragédia; era um espaço de descontração, mas também, um território de forças

e de poder. As bebedeiras eram comuns, como também brigas e violência. Tais posturas faziam com que os capitães das vilas e os governadores das capitanias justificassem a proibição das festas realizadas por negros¹⁶, com o argumento de que temiam a desordem e o derramamento de sangue. Segundo Del Priore (1994):

A escolha do momento da festa para o acerto de contas não deixava dúvidas quanto a mais esta função das atividades festivas. A festa media as relações dos grupos sociais. Permitia que eles se solidarizassem, mas também que aparecessem as fraturas e as feridas da vida comunitária. A violência emergia em vários níveis no interior da festa e era protagonizada por elementos de variadas camadas sociais. Acertos entre os “grandes” abriam espaços para acerto entre os “pequenos”. Escravos e acólitos, muitas vezes, resolviam com seus desafetos pessoais as pendengas que em outras oportunidades levariam a eles próprios para o aljube. Em meio ao tiroteio, à confusão da festa, à correria e à gritaria, ninguém poderia afirmar quem atingira quem, embora os mandantes fossem quase sempre visíveis para a maior parte da população reunida na igreja ou na procissão (DEL PRIORE, 1994, p. 121).

Com as proibições, os mais penalizados eram os escravos, pois passavam a ser mais vigiados. No entanto, os escravos não se deixavam vencer pelas repressões às suas festas. Resistiam

16 Cf. REIS (2001). Artigo no qual o autor discute os batuques negros e as transformações e continuidades quanto ao perfil dos participantes e atitudes de senhores e autoridades políticas e policiais diante da festa negra, na Bahia, entre o final do século XVIII e meados do século XIX; Silva (2001), discute sobre as formas de sociabilidades existentes entre corporações profissionais e comunidades étnicas na capitania de Pernambuco entre 1776 e 1814.

e faziam seus batuques à noite, com portas fechadas. A festa constituía um grito desafiador contra as dificuldades do cotidiano, representando um exutório para as tensões acumuladas contra as autoridades, fossem elas o senhor de escravos, o funcionário metropolitano, o governo português ou a Igreja Católica, conforme Del Priore (1994, p. 127).

Sociabilidade, Resistência e Fé

Num novo mundo, desconhecido, com valores culturais bem diferentes dos seus, os africanos, aos poucos, incorporaram o novo viver, principalmente através da religião católica. Criaram Irmandades, confrarias, procuravam alternativas de sobrevivência, na tentativa de viver melhor nessas terras da América portuguesa. Ao incorporarem elementos da cultura do branco, criaram e recriaram várias festas que deram um toque de descontração e alegria à cultura brasileira. A escolha de líderes entre as comunidades negras existia sob a forma de eleições de reis ou governadores, festivamente comemoradas com danças e ritmos africanos, em diversas localidades das Américas. A necessidade de se organizarem em associações étnicas e escolherem líderes que servissem de intermediários entre o grupo e outras esferas da sociedade colonial foi por demais difundida como uma importação ou imposição dos senhores.

Entretanto, várias foram as alternativas utilizadas pelos escravos para driblar o olhar dos brancos em relação aos seus rituais, muitos destes não entendidos pelo colonizador, o que dificultava a prática de suas expressões culturais. E sobre esse aspecto Dias (2001) comenta:

As danças de terreiro dos escravos negros, designados batuques, são qualificadas comumente como diversão desonesta, sobretudo pelos representantes do poder

político e religioso, manifestando-se o temor de que se tratassem de rituais pagãos e atuassem como fermento de desordem social e revolta (DIAS, 2001, p. 859-860).

No polo oposto aos batuques proibidos, situavam-se os festejos públicos dos reis congos (congadas), considerados diversões honestas e incentivados pelos senhores, pelas autoridades políticas e eclesiásticas. Para Dias (2001), trata-se de dois aspectos complementares da festa negra no Brasil: no terreiro, a celebração intracomunitária recôndita, noturna, onde se reforçam, sem grande interferência ou participação do branco, os valores de pertencimento a uma matriz cultural e religiosa africana; na rua, a festa intracomunitária, em que o negro, por meio das danças de cortejo, busca inserir-se nas festividades dos brancos e ganhar certa visibilidade social, mediante a adoção de valores religiosos e morais da classe dominante. Nessas festas, os senhores contribuíam com doações e acompanhavam os cortejos.

Os negros reinventaram formas de expressar sua cultura, seja reverenciando sua nobreza ancestral, perdida do outro lado do oceano, recompondo, simbolicamente, em terras da diáspora, os elos de linhagem rompidos no cativeiro; ou realizando os batuques noturnos, com seus cultos afro-brasileiros - religião ou sambas de terreiro -, a fim de manterem seus rituais sagrados e profanos, e, assim, reafirmarem seus valores culturais e étnicos. Para Reis (2001),

[...] A festa foi referência básica de identidade étnica e também escrava, desde que se entenda que identidade não é ponto fixo da experiência de um grupo, como não é do indivíduo. Identidade também muda e é múltipla. O que permanece é seu sentido de alteridade e freqüentemente de oposição conflituosa. Daí porque toda festa negra, embora umas mais que

outras, constituíram um meio de expressão da resistência escrava e negra, e, portanto motivo de preocupação branca (REIS, 2001, p. 340).

A permissão de tocar e cantar não foi dada, apenas para que os escravos se tornassem mais produtivos. Acreditava-se que a partir das danças, sexualmente muito estimulantes, os escravos procriariam com mais facilidade, aumentando a população escrava. A permissibilidade estava ligada aos interesses dos senhores.

As opções pela permissão ou pela proibição de práticas sociais e culturais identificadas com a comunidade negra e suas culturas de origem estavam, intimamente, relacionadas com as situações nas quais os senhores se definiam por oposição aos escravos. Em momentos de maior tranquilidade nas relações entre senhores e escravos, assim como nos espaços que permitiam formas pacíficas de convivência, como as irmandades, as festas e batuques eram permitidos e mesmo estimulados. Entretanto, proibidos em outras conjunturas de maior tensão e medo com relação às sublevações. Para os escravizados, por vezes, as festas eram momentos de articulação política, já que constituíam, também, em uma oportunidade de encontrar outros negros, de diferentes localidades e donos. As festas tornam-se, assim, um espaço de organização e de resistência.

Nessa conjuntura de proibições, ao final do século XVIII e início do XIX, para que suas festas fossem realizadas, era necessário que os escravos solicitassem permissão, por escrito, às autoridades locais. Foi o que ocorreu, em 1786, com os devotos de Nossa Senhora do Rosário, em Salvador, que solicitaram licença para realizar sua festa durante oito dias e para que pudessem dançar e cantar no idioma de Angola.

O receio de que essas festas se transformassem em sedição era uma preocupação constante das autoridades, pois, como vimos, em tempos anteriores, a Colônia havia passado por tal experiência. Segundo Reis (1986, p. 87), “ao contrário dos rebeldes modernos, que concentram seus protestos nos dias de

trabalho - a greve sendo o modelo típico -, os rebeldes escravos agiam, principalmente, durante o tempo de lazer”.

Esses dias eram os mais temidos pelas autoridades que se sentiam receosos com a sedição, pois para eles, qualquer tipo de ajuntamento de negros era uma ameaça à paz urbana. Em Pernambuco, em 1811, tal atitude chegou ao extremo levando à proibição, também, das corporações profissionais e das comunidades étnicas africanas da vila do Recife e da cidade de Olinda (SILVA, 2001, p.328).

Nesses cerceamentos ao mundo das representações religiosas negras que viviam os africanos, sofrendo repressões das autoridades locais, o dançar e o folgar já não eram mais permitidos. Segundo Tinhorão, (1972, p. 121-127), “a expressão *dança desonesta* significava - do ponto de vista da boa moral estabelecida pelas elites do tempo – uma dança livre, desenvolta, propiciadora de eventual contato direto entre dançarinos de sexos diferentes, e de coreografia à base de negações, volteios (como uma carrapeta”, dizia a Relação da Fofa), e acrescentada ainda que “diversos movimentos do corpo”, conforme escrevia o Conde de Pavolide em sua descrição dos bailes de pretos, que “dançam e fazem voltas como arlequins”.

Considerações Finais

Os batuques negros, tão proibidos pelas autoridades da época, deram origem, de um lado, aos candomblés, grupos organizados de culto afro-brasileiro (religião), e de outro, aos batuques ou sambas de terreiro (tradição), como o Samba de Roda, o Samba de Véio e o Samba de Lata de Tijuacu¹⁷. Segundo Dias (2001, p. 859), os batuques de terreiro, que hoje se espalham pelo Brasil sob diferentes formas e estilos, mantêm, em certa

17 Tijuacu, comunidade quilombola, localizada ao norte da Bahia, que tem como tradição o Samba de Lata. Cf.: MIRANDA (2006).

medida, muitas das funções sociais que assumiram no passado, destacando-se o da crônica do “negro para o negro”, manifestada pela via de uma poética metafórica.

Todavia, ao longo do Período Colonial, percebe-se a marginalização dessas manifestações afro-descendentes de terreiro nutrida pelo preconceito de setores hegemônicos da sociedade branca e de suas instituições e, também, devido ao resguardo que as próprias comunidades impõem às suas práticas, visando à manutenção de códigos de compreensão interna ao grupo e à preservação de segredos de ordem religiosa.

Os negros, inicialmente, preferiram cultivar seus batuques no estilo das diferentes nações africanas de onde se originavam. Quando, porém, os brancos perceberam que muitos desses batuques não eram simples danças de diversão, mas práticas rituais denominadas *calundus*, a perseguição a essas manifestações teve início e os negros foram obrigados a adotar, pelo menos de forma ostensiva, os gêneros de danças impostos pelos brancos (MACHADO FILHO *apud* TINHORÃO, 1972, p. 121).

Assim, a festa cumpre o papel não somente de divertimento e adoração, mas também a função de socialização, pois é a partir dela que ocorre o aprendizado dialético sobre os significados da fé e da festa. Abreu (1999, p. 38) considera fundamental “observar que as festas são sempre recriadas e reapropriadas, contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais”. A festa revela para o pesquisador não apenas os momentos de comemoração de uma localidade, mas também as vivências cotidianas que se articulam através de sua organização e realização.

Referências

- ABREU, Marta. **O império do divino** - Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ANDRADE, Fabiane da Silva. Humildes da alegria: o repensar sobre a festa de Reis em Santo Antônio de Jesus –BA”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 4., Goiânia, 2008. **Anais...** Goiânia, 2008.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- ARAÚJO, Nelson de. **Pequenos mundos**: um panorama da cultura popular da Bahia. Tomo I. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (EMAC), Fundação Jorge Amado, 1986.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIAS, Paulo. A outra festa negra. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Imprensa Oficial, 2001.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Folgedos, feiras e feriados: aspectos sócio-econômicos das festas no mundo dos engenhos. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Imprensa Oficial, 2001.
- MAHFOUD, Miguel. **Folia de Reis**: festa raiz: psicologia e experiência religiosa na Estação Ecológica Jurúia-Itatins.

Campinas: Centro de Memória, 2003.

MIRANDA, Carmélia A. S. Festas e comemorações: versos, danças e memória - a Festa da Marujada em Jacobina. **Projeto História**, n. 28, São Paulo: EDUC, 2004. p. 451-458.

_____. **Vestígios recuperados**: experiências da Comunidade Negra Rural de Tijuacu - BA. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006

_____. Reinvenções e inserções na Festa da Marujada em Jacobina-BA. COLÓQUIO DE HISTÓRIA (Brasil e Portugal: Nossa História Ontem e Hoje), 1.,2007, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2007.

MORAES FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1979.

PORTO, Liliane de Mendonça. **A reapropriação da tradição a partir do presente**: um estudo sobre a Festa de N. Sr^a. do Rosário da Chapada do Norte –MG.1997. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília,1997.

REIS, João José. Batuque negro: repressão e permissão na Bahia Oitocentista. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Imprensa Oficial, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América Portuguesa, (1776-1814). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, Imprensa Oficial, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. 3^a. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons negros:** cantos, danças e folguedos. São Paulo: Art Editora, 1988.

_____. **Música popular de índios, negros e mestiços.** Petrópolis: Vozes, 1972.

VAINFAS Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz. **Brasil de Todos os Santos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TURISMO ÉTNICO-AFRO NA BAHIA: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NA FESTA DA BOA MORTE EM CACHOEIRA

Maria da Paz de Jesus Rodrigues
Adalberto S. Santos

No limiar do século XXI, o crescente fenômeno do turismo vem se afirmando no cenário mundial como um vetor econômico preponderante, principalmente, no que tange à circulação de capital, geração de renda e (re) ordenamento de territórios. Considerando que as novas perspectivas mundiais priorizam aptidões competitivas, as políticas públicas têm valorizado e estimulado as vantagens competitivas, as quais estão vinculadas, entre outros fatores, à capacidade organizacional que há nos territórios, à qualificação de mão-de-obra, à modernização do sistema modal e, fundamentalmente, à ampliação e diversificação das atividades econômicas (CASTRO, 2000), entre estas, o turismo.

No âmbito do estado da Bahia, a atividade turística vem se caracterizando como uma das principais e mais rentáveis alternativas econômicas, assumindo papel de destaque nos segmentos privados e públicos. Durante décadas, os órgãos governamentais formulam políticas e implantam programas e ações estratégicas no intento de incrementar o turismo na Bahia, na medida em que perceberam, nesse setor, a possibilidade de dinamização da economia, de atração de investimentos e de geração de divisas.

Considerando as diversas modalidades de roteiros turísticos existentes¹⁸, observa-se nos últimos anos um crescimento salutar do turismo cultural na Bahia, testificado pela demanda por destinos que apresentem peculiaridade em sua diversidade

¹⁸ De acordo com o Ministério do Turismo brasileiro, os roteiros turísticos podem ser classificados em: sol e praia, cultura, ecoturismo, negócios e eventos, esportes, aventura e rural.

cultural, ou seja, pluralidade de manifestações, festejos, ritos, bens e patrimônios históricos, culturais e artísticos preservados.

Assim, na busca por atrair maiores fluxos de visitantes, o Governo do Estado da Bahia realizou vultosos investimentos em infra-estrutura nos polos turísticos, incentivou a implantação de grandes complexos hoteleiros e o surgimento de novas zonas potenciais, divulgou, de forma massiva, esses atrativos tanto no cenário nacional como internacional e, fundamentalmente, projetou a multifacetada, miscigenada e peculiar cultura baiana como o grande fetiche local.

[...] o consumo cultural parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. [...] Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo (SERPA, 2007, p.158).

O turismo cultural vem se constituindo como o novo paradigma propiciador do “consumo cultural” dos territórios; assim, é explícita a mercantilização das singularidades, das identidades, das tradições, das expressões culturais, na intenção de galgar vantagens competitivas no mercado global. O Governo Estadual procura, ainda, diversificar a gama de roteiros e atrativos por meio do lançamento de novos “pacotes” ou “novos produtos”, como ecoturismo, turismo gastronômico, a rota das aldeias, turismo histórico, místico, esotérico, religioso e étnico-afro.

Diretrizes e Encaminhamentos do Turismo Étnico-Afro na Bahia

A Secretaria de Turismo da Bahia, seguindo a lógica das novas tendências requeridas pelo mercado turístico - a crescente procura por roteiros que permitam vivências “autênticas” e possibilidades de conhecer e interagir com a cultura local - e almejando oferecer alternativas diferenciadas, vem se utilizando da diversidade cultural baiana, especificamente das riquezas de suas manifestações culturais/religiosas resultantes da simbiose entre heranças culturais de diversas etnias africanas presentes na Bahia, para alavancar o desenvolvimento do Programa de Ação do Turismo Étnico-Afro. O Programa tenciona projetar, mundialmente, o patrimônio cultural baiano de origem africana e potencializar a geração de renda nos territórios inclusos nos roteiros.

As primeiras iniciativas governamentais para o processo de turistificação do potencial étnico-afro baiano começaram a ocorrer em 2005, através de ações incipientes, como sondagens de possíveis investidores internacionais e contatos com as agências de turismo especializadas no público afro-descendente norte-americano, de modo a avaliar a viabilidade de parcerias externas e o interesse por essa modalidade de turismo.

Todavia, somente em 2007, houve o lançamento oficial do Programa, impulsionado pela criação da Coordenação de Turismo Étnico na Setur - BA. Desde então, a referida coordenação vem executando ações incisivas no sentido de firmar parcerias com empresas de turismo internacionais, assegurando com as companhias aéreas norte-americanas a ocorrência de vôos diários entre os Estados Unidos e a Bahia, além de promover exposições, eventos e propagandas em veículos de comunicação internacionais. Para as ações de divulgação, criou-se o instrumento bilíngue denominado Guia Cultural do Turismo

Étnico e o folheto O Dia-a-Dia da Negra Bahia, onde constam: calendário anual de atividades e festividades relacionadas ao turismo étnico, roteiros musical, etnopolítico e gastronômico, além de informações sobre os principais atrativos.

O Programa - que conta com a parceria e financiamento do Ministério do Turismo para realizar diagnósticos, levantamentos e efetivar ações - planeja propagar o conceito de turismo étnico-afro e coletar dados que contribuam para a elaboração de políticas públicas e modelos de gestão. Ainda prevê desenvolver esse tipo de turismo como uma atividade econômica sustentável, bem como aperfeiçoamento da infra-estrutura turística, atração de investimentos, indução ao empreendedorismo e realização de cursos de qualificação e profissionalizantes, objetivando contribuir para o crescimento econômico dos territórios contemplados a partir da intensificação do fluxo turístico.

O turismo afro é a parte do que se chama de “novo turismo” [...] tendo em vista três pilares: turismo sustentável, resgate da identidade por meio das raízes étnicas e estímulo ao empreendedorismo nas comunidades locais. Este potencial, se desenvolvido com foco na sustentabilidade, pode aumentar a renda, a oferta de trabalho, a valorização da cultura tradicional e auto-estima nas comunidades afro-descendentes brasileiras (KRONES, 2007, p. 15).

No entanto, para que as metas projetadas e os supostos benefícios advindos com o pleno desenvolvimento do turismo étnico-afro sejam atingidos, é imprescindível que haja articulação entre órgãos governamentais, agentes do setor privado, grupos e representações envolvidas no processo; participação paritária desses segmentos sociais nas tomadas de decisões; planejamentos e estruturação que conduzam a uma sociabilização da provável

renda gerada, evitando a histórica concentração de renda nas mãos de poucos e a segregação/exclusão da maior parte da população.

Inicialmente, o Programa empenha-se em atrair como público-alvo os afro-descendentes norte-americanos, utilizando como estratégia de *marketing* e sedução a oportunidade de experienciar e/ou reviver manifestações autênticas da cultura negra, de forma que os remetam às origens de seus ancestrais africanos. Sobre esse aspecto, Rodrigues (1996) sustenta que uma das motivações mais freqüentes do turismo internacional é a busca da aventura, do autêntico, do inusitado, do lugar e da expressão identitária.

Os roteiros étnicos afro permitem aos turistas: experiências culturais em bairros tradicionais de Salvador, como a Liberdade, Curuzu, Pirajá, Ribeira, Bonfim e Pelourinho; contagiar-se com a musicalidade dos grupos Ilê Ayê, Didá, Cortejo Afro, Olodum, Malê, Afoxé Filhos de Gandhi, entre outros; conhecer os fundamentos religiosos de matriz africana por meio de visita aos terreiros Ilê Axé Opô Afonjá, Casa Branca e Gantois; enveredar pelos caminhos do Recôncavo e encontrar resquícios do período colonial e resistência negra nas cidades de Maragogipe, São Félix, Santo Amaro e São Francisco do Conde; ou se dirigir a Cachoeira e ter a oportunidade de vivenciar, no mês de agosto, a manifestação religiosa/cultural que impulsionou a organização do turismo étnico-afro na Bahia: a festa de Nossa Senhora da Boa Morte.

Simbolismos e Especificidades da Festa da Boa Morte em Cachoeira

Com o intuito de facilitar a compreensão dos fatores que conduziram a cidade de Cachoeira a torna-se monumento nacional e possuir uma identidade intrinsecamente relacionada à

cultura de matriz africana, além dos motivos que possibilitaram a inserção e afirmação da Irmandade da Boa Morte nessa localidade, faz-se necessário rememorar, brevemente, o processo histórico de surgimento desse município, localizado às margens do Rio Paraguaçu, na micro-região do Recôncavo Sul baiano, aproximadamente, a 110 km da capital, Salvador.

Os primórdios de Cachoeira remetem ao século XVI, com o início da colonização portuguesa na Baía de Todos os Santos e a instalação de engenhos de cana-de-açúcar nas margens esquerda do rio Paraguaçu, o que demandou o uso do trabalho escravo (SANTOS, 2001). Durante séculos, levas de negros africanos foram trazidas para as terras cachoeiranas e, atualmente, seus descendentes representam a parcela mais significativa da população local, estimada em, aproximadamente, 32.252 habitantes. É importante frisar a proeminência dos atores sociais dessa etnia na constituição da identidade cultural não só de Cachoeira, mas de todo o Recôncavo baiano.

Paralelo ao destaque econômico, Cachoeira notabilizava-se por um acervo arquitetônico constituído de suntuosos sobrados, solares e igrejas decoradas com a exuberância da arte barroca que marcou o período colonial na Bahia; pela preponderante participação nas lutas pela Independência da Bahia, em 1823 (na qual a atuação dos negros alforriados e escravizados foi decisiva para as vitórias nas batalhas); e por apresentar manifestações populares singulares e multifacetadas.

O agrupamento desses fatores rendeu a Cachoeira o título de Cidade Monumento Nacional, tombada através do decreto nº 68.045 de 13 de janeiro de 1971. É nesse cenário que se insere uma das mais significativas representações dos bens culturais de natureza imaterial do Recôncavo Baiano: a Festa da Boa Morte.

A festa é promovida todos os anos, impreterivelmente, nos dias 13, 14 e 15 de agosto pela secular Irmandade da Boa Morte, que se incumbe de toda organização como forma de

louvar a morte e assunção de Nossa Senhora da Glória e cumprir a promessa feita pelos seus ancestrais em agradecimento pela libertação da escravidão.

Em decorrência da forte herança religiosa de cunho católico, legado dos colonizadores portugueses, são bastante expressivas as devoções e festas em louvor aos santos no Recôncavo baiano e a reprodução de uma mesma veneração em diversas localidades. Nesta perspectiva, pesquisadores como Costa (2008) afirmam que a festa em homenagem a Boa Morte não se restringe apenas ao município de Cachoeira, em escala estadual, pois ocorre, também, em São Gonçalo dos Campos e Santa Brígida. Vestígios levam à suposição que já houve tal manifestação, também, em Salvador, Santo Amaro e Maragogipe. Entretanto, a festividade religiosa/cultural em Cachoeira, assim como nas demais localidades citadas, possui peculiaridades que devem ser analisadas isoladamente, uma vez que são permeadas por influências culturais distintas e apresentam conjuntura, espacialidade, dinâmica e ensejos próprios.

O surgimento da Irmandade da Boa Morte é repleto de suposições e datas imprecisas, mas, de acordo com a tradição oral, sua existência remete ao século XIX. Sua concepção inicial surgiu em Salvador, na Igreja da Barroquinha, com propósitos políticos e religiosos, ou seja, além de louvar a Nossa Senhora da Glória, seus adeptos buscavam estratégias para alforriar seus irmãos escravos e apoiavam as lutas pela libertação.

Em função das perseguições sofridas, a Irmandade da Boa Morte transferiu-se, provavelmente em 1820, para Cachoeira, local onde fincaram raízes efetivas. A princípio, a Irmandade não possuía uma sede específica e, a cada ano, realizava suas devoções em diferentes casas locadas para o período festivo; apenas na década de 90 do século XX que conseguiu, através de doações de organizações internacionais, afro-descendentes norte-americanos e do Governo Estadual, adquirir três casas

integradas, onde funcionam a sede da irmandade, a Capela da Boa Morte, um pequeno memorial e o salão para cerimônias e recepções.

A respeito da relevância das irmandades negras e sua função estratégica de propiciar a preservação das tradições do povo baiano, Castro (2006) ressalta que:

[...] contribuem decisivamente para a preservação e difusão de valores étnicos e de resistência cultural, além de fazer com que os negros encontrem, por meio delas, espaço que possibilite autonomia num país de regime escravocrata, implacável na arte de descaracterizar uma parcela considerável de sua população (CASTRO, 2006, p. 45).

A Irmandade da Boa Morte em Cachoeira é uma sociedade religiosa fechada, formada exclusivamente por mulheres negras acima dos 40 anos que, durante a festa, se vestem e assumem a postura de “rainhas negras”, comungam da fé tanto no catolicismo através do culto a Nossa Senhora, como na religião de matrizes africanas, já que quase todas as integrantes possuem ligação com terreiros de candomblé. Os critérios que propiciam a filiação à Irmandade são bastante rigorosos; talvez, por isso, o número de irmãs tenha se reduzido para 22, enquanto no passado, a irmandade já contou com 200 integrantes. A Irmandade da Boa Morte realiza rituais fechados, além de ser envolta em mistérios, fato que as irmãs negam com veemência.

Existem informações que não são transmitidas para o público em geral, são conhecimentos restritos às componentes da irmandade. Este conjunto de conhecimentos velados é denominado entre elas como “Segredo da Boa Morte”. Alguns historiadores acreditam que este

segredo está associado ao sincretismo religioso (PEREIRA, 2007, p.2).

A festa da Boa Morte em Cachoeira encanta pelo seu caráter de afirmação de uma tradição e por mesclar, nitidamente, uma celebração religiosa de cunho católico com práticas típicas do candomblé, exaltando assim o sincretismo religioso, típico da Bahia. Durante a ocorrência da festividade, são perceptíveis expressões do sincretismo nas vestimentas e adereços utilizados pelas irmãs nas missas, procissões e vigílias noturnas; na participação de integrantes do candomblé e grupos afro nas celebrações; no oferecimento de banquetes. Estes são realizados no primeiro dia, quando acontece a Ceia Branca em homenagem às irmãs falecidas, e no último, quando distribuem uma feijoada para os participantes da festa. Para finalizar as comemorações oficiais, ocorre o animado e empolgante samba-de-roda das irmãs.

No entanto, a atratividade e a dinamização da Festa da Boa Morte não ficam apenas a cargo da vivência do sagrado, mas também da incidência de práticas interligadas ao profano que ocorrem concomitantes com a parte de cunho religioso. Desta forma, é possível presenciar nas ruas e estabelecimentos, no entorno da Casa e Capela da Irmandade da Boa Morte, inúmeras e diversificadas manifestações e expressões culturais de origem negra, a exemplo de sambas-de-roda, grupos de afoxés, bandas de percussão, grupos folclóricos mirins, além da comercialização de artesanatos, vestuários, adereços, livrarias especializadas em literatura negra, entre outros.

A realização da festa atrai milhares de turistas nacionais e internacionais, que a vivenciam com múltiplas finalidades: conhecer, observar, pesquisar, registrar, investigar os mistérios subjacentes, reverenciar Nossa Senhora ou cultuar os Orixás. Calcula-se, que no ano de 2008, aproximadamente dez mil pessoas freqüentaram a festa da Boa Morte nos seus três dias

de ocorrência e, como reflexos da política do turismo étnico-afro, trezentos afro-descendentes norte-americanos se fizeram presente para prestigiar a festividade (LIRA, 2008). Já no ano de 2009, as estimativas foram de quinze mil visitantes, entre eles quinhentos norte-americanos (BAHIA, 2009).

Por toda essa grandeza, significado cultural e potencialidade é que a festa da Boa Morte se consagra como um dos principais chamarizes para elaboração do Programa de Ação do Turismo Étnico-Afro na Bahia e justifica a intenção do Governo Estadual em criar o Memorial da Irmandade e a abertura do processo, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), para registrá-la como Patrimônio Imaterial do Estado.

Porém, é fundamental atentar para o fato da Festa da Boa Morte:

[...] não se tratar de um mero fenômeno turístico, cheio de aspectos folclóricos, que atraem curiosos, como pode aparentar à primeira vista. Esta festa tem uma história que comporta uma profundidade que ultrapassa as próprias integrantes da Irmandade, os participantes e os numerosos turistas que vêm participar do evento (COSTA, 2008, p. 93).

Assim, é imprescindível um planejamento coerente para que não transformem a Festa em algo descaracterizado ou em um espetáculo teatral para a apreciação turística, fazendo com que a mesma perca sua originalidade e, fundamentalmente, a sacralidade.

Considerações Finais

As proposições do turismo étnico afro ainda estão em fase embrionária do ponto de vista organizacional, porém, sua conjuntura atual possibilita suscitar expectativas de que a

divulgação da cultura de matriz africana promova uma efetiva valorização e afirmação da identidade cultural negra e, talvez, por meio dessa iniciativa haja uma minimização do preconceito étnico, que ainda sobrevive camuflado no discurso da igualdade e/ou democracia racial brasileira.

Assim, esse despertar para valorização da identidade negra não deve ocorrer apenas com o intuito de atender as expectativas e interesses com finalidades turísticas. Torna-se substancial o estabelecimento de propostas e ações concretas que visem despertar, na população local e segmentos envolvidos, o reconhecimento da legitimidade e relevância social das manifestações culturais e identidade afro-brasileira e, principalmente, para que se reconheçam como elementos fundamentais e integrantes dessa cultura.

Tais medidas são necessárias, pois, a título de exemplificação, em Cachoeira, é visível a reduzida participação e integração dos munícipes nas comemorações e atividades relacionadas à Festa da Boa Morte, bem como são nítidas as expressões de desinteresse ou recriminação em decorrência do sincretismo religioso apresentado pela festa.

Mediante a análise e reflexões sobre as metas propostas e as iniciativas do Programa de Ação do Turismo Étnico-Afro na Bahia, uma série de questionamentos e suposições emergiu: Quais implicações e impactos sociais, políticos, espaciais e econômicos essa modalidade de turismo pode provocar? Quais segmentos serão beneficiados com o desenvolvimento do Programa? Os afro-descendentes brasileiros conseguiram se inserir em todos os níveis da cadeia produtiva dessa modalidade de turismo e, realmente, beneficiar-se com o processo ou serão apenas “personagens” essenciais para o “espetáculo” do turismo Étnico-Afro?

Outro aspecto a ressaltar é a emergência do planejamento para o desenrolar do turismo, visto que a referida atividade

provoca apropriação e (re) ordenamento do território e pode gerar efeitos negativos na localidade receptora se for não definido, previamente, um planejamento sensato.

Associado a esses fatores há, também, a preocupação com a descaracterização da manifestação em função da espetacularização. Sodré (2007, p.39) alerta que “uma simples inobservância de parâmetros norteadores mínimos, e poderíamos incorrer no campo da ‘folclorização’, que desqualifica o fato cultural, violentando-o e fornecendo um falso produto aos visitantes”. Desta forma, é indispensável uma integração efetiva entre as instâncias governamentais e a sociedade civil organizada, visando a definição de diretrizes para formulação de um plano de desenvolvimento do turismo étnico coerente com as realidades apresentadas pelas localidades que serão contempladas.

Referências

BAHIA. Festa da Boa Morte atrai público afro-americano para a Bahia. **Diário Oficial**. Salvador, Bahia · Quinta-feira, 13 de agosto de 2009. Ano · XCIII · Nº 20.055. Disponível em: http://www.egba.ba.gov.br/diario/DO13/DO_frm0.html. Acesso em 23 de agosto de 2009.

CASTRO, Armando. **Irmãos de Fé** - tradição e turismo no Recôncavo baiano. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

CASTRO, Iná. E. de. **Ilhas de tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano V, n ° 9 . jul./dez. 2000.

_____. “Cachoeira e a Boa Morte”. **A Tarde**. Salvador, Sábado, 09/08/2008 (p.5)

COSTA, Sebastião H. Vieira. **Imagística de Cachoeira: Ilá Deleci**. Salvador: Faculdade Dois de Julho, 2008.

Jornal Recôncavo Repórter. Ano III. Nº 006. Salvador - Bahia. Fev./Março 2008.

KRONES, Joachim Michael. “Turismo e baianidade: a construção da marca Bahia”. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 3., 2007, Salvador **Anais...** Salvador: UFBA/FACOM, 2007.

LIRA, Mariana Machado. “Festa da Boa Morte: ritual de fé e tradição”. **Diário Oficial.** Salvador, Bahia. Sábado e Domingo, 16 e 17 de agosto de 2008. Ano XCII. Nºs 19772 e 19773. (p. 6 e 7)

PEREIRA, Manoel Passos. “O segredo da Boa Morte”. **Folha Literária.** Cachoeira - Bahia. Nº 09. Ano 01. 12 de agosto de 2007. (p. 2)

RODRIGUES, Adry A. B. “Desafios para os estudiosos do turismo”. In: RODRIGUES, Adry A. B. (Org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Jadson L. dos. **Cachoeira, três séculos de história e tradição.** Salvador: Contraste Editora Gráfica, 2001.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SODRÉ, Jaime. Turismo étnico, uma nova relação. **Viver Bahia,** Revista de Turismo da Bahia, ano 1, n. 4, nov./dez. 2007.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO DO POVOADO DO “RAPA BOLSO”

Renilton da Silva Sandes
Rocío Castro Kustner

Este estudo tem como objetivo compreender as representações sociais da comunidade de Elísio Medrado, cidade do Recôncavo baiano, com relação às mulheres, majoritariamente negras, que tiveram um protagonismo na organização do território por meio da prática de prostituição, na Bahia escravocrata de finais do século XIX até a metade do século XX. Nessa perspectiva, a pesquisa também objetiva analisar até que ponto essa realidade histórica continua determinando a geografia do gênero no município, buscando um outro olhar, ou outros olhares, através da memória, da história oral e das falas nas entrevistas abertas e nos grupos de discussão, os quais darão voz aos atores sociais, mulheres e homens, que vivenciaram o cotidiano das mulheres “rapa bolso”.

A proposta da pesquisa é a construção de uma Geografia do Gênero, bastante inovadora no âmbito acadêmico, que analise as diferenciações da utilização dos espaços e territórios alternativos de prostituição e as relações de poder “contra-hegemônico” que neles as mulheres estabeleceram. Essas mulheres determinaram, com suas práticas cotidianas, a organização territorial das ruas, dando nomes a elas e até à própria cidade, então povoado, que passou a ser chamado de “Rapa Bolso”, precisamente por serem elas as que “rapavam o bolso” de seus clientes. Algumas dessas mulheres ainda são vivas, e todas elas estão muito presentes no imaginário coletivo de Elísio Medrado.

Nossa intenção é, sobretudo, a partir da sistematização da ideia de território, problematizar e ampliar a esfera do debate sobre a geografia do gênero, visando enriquecer o nosso diálogo com outras ciências sociais. Essa questão, de fato, oferece

diferentes desafios para a geografia e para o geógrafo que tem o território como categoria de análise e necessita estudá-lo a fim de contribuir para sua compreensão e transformação.

O Território como Cenário das Representações Sociais

No âmbito da ciência geográfica, muitos geógrafos têm trabalhado com o conceito de território a partir de uma leitura restrita e pobre da realidade, sem abranger as esferas e contextos políticos e sócio-históricos. Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como categoria essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, permeada por uma teia de significados políticos marcados pelo poder. Portanto, como afirma Campos (2005, p.63), sabemos que “historicamente os grupos dominantes produziram o inusitado: a ‘estigmatização dos espaços e territórios’ apropriados pelas classes subalternas”. Em nosso caso concreto, as prostitutas foram consideradas “classes perigosas” ao longo da história, justamente por representar o diferente, o outro, no que se refere à ocupação e o uso das mais distintas áreas geográficas.

É óbvio que a representação social que os atores fazem não esgota o conteúdo do território. Assim, a representação compõe o cenário, tendo o território como o espetáculo da tomada original do poder. Raffestin (1993) nos fala que a construção do território é marcada pelas relações de poder exercido por pessoas ou grupos sociais, mediada pelas ações políticas do trabalho humano no espaço. Nesse sentido, o autor entende o território como sendo:

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território

se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993, P. 144).

Isso nos faz entender que o território é a materialização da existência humana, envolvida por uma ordem de subjetividade individual e coletiva. Vale ressaltar que o território, nesse sentido, passa a ser compreendido segundo as relações sociais, econômicas e culturais que o criou e o mantém a partir de uma forma de poder.

O espaço é a matéria-prima que o ator utiliza para produzir o território. Assim, a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de negociações geradas no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar certas porções do território. É no bojo desse contexto que emergem as análises sobre as ações políticas cotidianas das prostitutas. Portanto, essas atrizes sociais fazem a ocupação e o uso do território não apenas como um trunfo de marcar uma área, mas também como meio essencial de elaboração de suas estratégias de sobrevivências, frente à exclusão social que são postas pelas classes dominantes.

O território, também, pode ser construído a partir das representações que os atores sociais fazem a seu respeito. As leituras sobre representação social de Goffman (1985) nos ajudam a interpretar as falas, práticas e ações construídas acerca das impressões da realidade que nos é dada, entendida como atividade que exerce uma influência constante sobre um grupo particular de observadores. Já as reflexões sobre representações sociais pautadas no pensamento de Roger Chartier (1990) nos permitem compreender como esta realidade social é construída e pensada em diferentes lugares.

Desde essa compreensão, Haesbaert (2002) analisa o território numa perspectiva culturalista, priorizando dimensões

simbólicas e mais subjetivas. O território, para ele, é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário, das representações e da identidade territorial e social sobre o espaço, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos. O autor, também, nos alerta que esse espaço que compõe nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, limites, imagens, é o grande universo em que, ali e aqui, procuramos desenhar nossos “territórios alternativos” de inclusão social. A respeito dessa questão, é relevante retomar Santos (1999), quando este explica que enquanto, para os atores hegemônicos, o território usado é visto como um recurso, na garantia da realização de seus interesses particulares, para os atores contra-hegemônicos, trata-se de um abrigo, em que buscam, constantemente, se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Em relação ao nosso caso concreto sobre as práticas de prostituição das mulheres “rapa bolso”, elas marcam seu território em virtude das necessidades que lhes permitam, minimamente, a sobrevivência nas ruas do povoado “Rapa Bolso” e enquanto espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, mediatizado pelas relações sociais, econômicas e simbólico-culturais, como integração entre um sistema de objetos e um sistema de ações.

Compreender as dimensões do conceito de território é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos sociais que lutam por suas existências na conquista de seus espaços e territórios alternativos. Muitas vezes, estes sujeitos, atores e atrizes, são denominados de baderneiros, perturbadores da moral, dos bons costumes e da ordem social vigente, por terem penetrado e modificado espaços e territórios não considerados seus, por conta da desigualdade econômica e do controle social.

Nesse contexto, também é possível mapear as ações do poder hegemônico sobre o espaço geográfico, quando transforma as paisagens, cria e destrói espaços, territórios e estigmatizá-os. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações sócio-espaciais e sócio-territoriais. Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia do Gênero pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade da territorialidade das práticas da prostituição no povoado “Rapa Bolso”. Portanto, os conceitos de gênero e geografia do gênero são tentativas de desfragmentação das análises relacionadas aos espaços e territórios. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir desses conceitos, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo individual e coletivo que só pode ser compreendido no movimento de todos.

Geografia do Gênero e Prostituição

Na esfera da vida cotidiana, mulheres e homens pensam, agem, sentem e fazem usos e experiências diferenciadas dos territórios e espaços de modo completamente distintos. Esse é o desafio colocado para o pesquisador da Geografia do Gênero - um ramo cujo objetivo, assim nos fala Martínez *et al.* (1995, p.17-18), “não é fazer uma geografia das mulheres - igual não teria sentido fazer uma geografia dos homens ou da população de cor - mas, incitar a uma reinterpretação da Geografia desde um perspectiva de gênero”. Poderemos, então, falar com propriedade sobre a força das mulheres na produção, reprodução e transformação dos espaços territoriais que, por sua vez, são espaços portadores de um sentido e uma função representados pelas ações sociais das mulheres e mediatizados pelas relações de poder derivadas das diferenças de gênero.

É trilhando esse caminho que esta pesquisa se insere, pois buscará analisar a manutenção da condição de subalternidade feminina nos distintos territórios usados e praticados nos espaços urbanos como se fossem um caminho natural, e não uma construção simbólica, cultural, arraigada na história da humanidade. Um simbolismo que tem no alicerce a conservação das desigualdades entre homens e mulheres e ocasiona diferentes oportunidades entre ambos.

As relações de gênero que permeavam o cenário da sociedade colonial tinham como pano de fundo a sustentação da ordem na manutenção do poder do homem sobre a mulher de um modo geral. Nesse contexto, o papel representado pelas mulheres, especificamente as negras que eram estigmatizadas pelo caráter corrosivo da moralidade e dos bons costumes pregados pelo poder patrimonialista estabelecido, ficavam submissas às relações de mando e obediência de seus maridos e/ou de, seus senhores. Sobre essas práticas rotineiras, assim Saffioti (1976, p.164) argumenta, “cabia a escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, cumprir a função de mero instrumento de prazer sexual de seu senhor”. A leitura que se faz implica em compreender que o papel da mulher negra, nessa ordem, completava toda a exploração econômica que seu senhor tinha direito de fazer. Contudo, utilizada como trabalhadora, como reprodutora da força de trabalho, a mulher negra estava sujeita ainda aos expedientes do aluguel de seu corpo para o comércio erótico, o que fechava o círculo de exploração de seu senhor sobre sua “mercadoria”.

As razões da disseminação das práticas de prostituição, no período colonial, eram justificadas por vários fatores. Dificuldades de toda ordem rondaram o cotidiano das classes sociais menos favorecidas e, em conseqüência, muitas mulheres entregavam-se a prostituição devido à ausência de trabalho feminino e de uma sólida base familiar. Segundo Saffioti (1976),

Na época escravocrata, entretanto, o grosso da prostituição, formaram-no as negras, alugadas que eram pelos seus senhores, numa exploração completa da escravidão. É bem verdade que muitas mulheres, oprimidas pelo pai ou marido, contribuíram para a formação de uma contracorrente de irregularidades sexuais para os desejos e sentimentos não passíveis de manifestação dentro dos limites da família patriarcal (SAFFIOTI, 1976, p. 170-172).

Basta lembrar que o fim da abolição da escravidão significou inúmeras conseqüências para a vida das mulheres tanto da camada senhorial como da classe inferior. Vale salientar que, tanto no período colonial como na República, a preservação do modelo de família nuclear patriarcal sustentado nos valores tradicionais - virgindade, castidade, casamento - foi possível graças à prostituição de mulheres não pertencentes à camada alta da sociedade. No novo regime político, a prostituição da mulher negra continuaria, mas, não em virtude de sua condição de escrava e, sim, por motivos em grande parte econômicos, um dos elementos mais significativos do comércio do sexo.

Beauvoir (1987) argumenta ser ingênuo perguntar que motivos levam à mulher a prostituição. No entanto, para a autora, o fenômeno da prostituição é bastante complexo; uma das profissões mais antigas do mundo, deve ser compreendidas por distintos fatores, a partir dos fantasmas que o cercam, e que não pode ser confundida com criminalidade. A autora descreve uma gama variada de razões que levam as mulheres a ingressarem no universo da prostituição, tais como:

[...]serventes de casas de prostituição, explorada, escravizada e tratada antes como objeto que como pessoa, a servente era para 'todo serviço'; marginalizadas socialmente, defloradas, por

horror a sua sexualidade nascente; por alguma enfermidade onde a mulher fica incapaz de realizar um outro trabalho; quando nasce um filho onde a mãe solteira converte-se numa prostituta para nutrir seu filho; rancor familiares - muitas jovens que são prostitutas, abandonadas por seus pais, começam sendo mendigas e ali passam a fazer a vida na rua” (BEAUVOIR, 1987, p. 341).

O olhar vigilante da Igreja se fez sentir sobre essas práticas. O discurso religioso era caracterizado por uma intensa repressão à sexualidade em todas as suas formas, pois era necessário domesticar a mulher dentro do casamento, para moldar à forma perversa de seu comportamento. Assim ao que consta, Priore (1988, p.16) nos alerta que “a ideia de adestrar a sexualidade dentro do ‘tálamo conjugal’ decorre do interesse de fazer da família o eixo irradiador da moral cristã”. A preocupação com a pureza física e mental do poder hegemônico estabelecido atua sobre o corpo da prostituta, na colônia, de forma a discipliná-la, fazendo assim a manutenção da normatização desses corpos. Para Priore (1988,) o que se observa é a formação de uma hipocrisia social à luz das posições desse sistema normativo, pois na prática, a moral sexual que se estabeleceu na colônia era de um tipo diferente dos preceitos teoricamente ditados pela Igreja.

Em resposta ao discurso religioso moralizador dos corpos, a Igreja Católica assistiu, na colônia, à formação dos concubinatos, mancebias e prostituição, comportamentos contrários a moral sexual brasileira. Em contraposição a essa realidade, a velada cumplicidade com a prostituição, tanto do poder religioso como do poder patriarcal, era defendida segundo o argumento de que uma boa ordem familiar dependia de um meretrício organizado. Dessa forma, esclarece Priore (1988),

Este [o meretrício] deveria pacificar os ânimos [dos homens] nos bordéis com mulheres públicas e postas a ganho, cuja sexualidade era uma mercadoria que caracterizasse o seu ofício. A prostituição, embora aparentemente transgressora, constituía-se numa prática a serviço da ordem sócio-espiritual (PRIORE, 1988, p.22).

A territorialidade do meretrício era tão comum na colônia que passava longe dos esforços metropolitanos de conter o nascimento de mestiços, fato que tanto afligia as autoridades daquele período.. Assim, relata Priore (1988, p.22), “mais do que perseguidas por seu ofício, as meretrizes são perigosas por engendrarem uma prole ilegítima, pois concebida fora do casamento e miscigenada, porque contrariava o ideal da ‘pureza de sangue’ tão caro aos colonizadores”.

Representações Sociais sobre o Povoado do Rapabolso, atual Município de Elísio Medrado

O município de Elísio Medrado, no Recôncavo baiano, fica situado entre Santo Antônio de Jesus e Amargosa, tendo uma população estimada, em 2008, de aproximadamente 8 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 78,22hab/Km², totalizando 73% da população, predominantemente, na zona rural, e 27%, na zona urbana, segundo projeções do IBGE (2008). O município de Elísio Medrado está localizado na Microrregião Homogênea de Feira de Santana, na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul. A sede do município de Elísio Medrado fica a uma distância de 224km de Salvador, pela via rodoviária BR 101 e BR 324, com estrada pavimentada, em linha reta, a 108km, e pelo acesso via Ferry Boat, a 135km. Tendo como ponto de convergência a rodovia estadual, a BA 246 liga esta cidade ao

terminal hidroviário de Bom Despacho e aos municípios de Santo Antônio de Jesus e Amargosa.

Segundo o Arquivo Público Municipal, a história do município de Elísio Medrado remonta à época da colonização brasileira por volta do século XVI, quando bandeirantes penetraram na região em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata, pedras preciosas e semipreciosas, de indígenas para escravização ou para extermínio de quilombos. Por vezes, o reconhecimento do território para a Coroa Portuguesa e o controle de levantamentos dos índios era também objetivo dos bandeirantes. O principal deles, Gabriel Soares, organizou uma bandeira exploradora em 1591, quando construiu uma fortaleza, na Vila de Pedra Branca, para armazenar mantimentos, armas e munições, bem como para combater e aldear os “ferozes” índios Cariris e Sabujas que povoavam a região e constituíam uma “ameaça” ao processo de colonização.

No entanto, o povoamento efetivo só ocorreu em 1900, com a chegada de agricultores que ali se estabeleceram em virtude da fertilidade das terras e passaram a cultivar uma produção agrícola voltada para a cana de açúcar, feijão, fumo e café. O município foi criado com os territórios dos distritos de Monte Cajueiro, com a denominação de São Francisco do Cajueiro, em 1900, mudado para Sousa Peixoto em 1938, posteriormente, pelo Decreto Estadual de 30/10/1953, para Novo Paraíso e, finalmente, em 1962, passou a se chamar Elísio Medrado, desmembrado do município de Santa Terezinha. O Deputado José Medrado apresentou ao Legislativo Estadual um projeto de Lei nº 224/62, que, após sua aprovação, transformou-se na Lei nº 1741 de 20/07/1962, sancionada pelo então Governador Juracy Magalhães e publicada no Diário Oficial de 24/07/1962. O nome foi dado em homenagem ao médico Elísio Medrado muito influente em Santa Terezinha (ARQUIVO PÚBLICO).

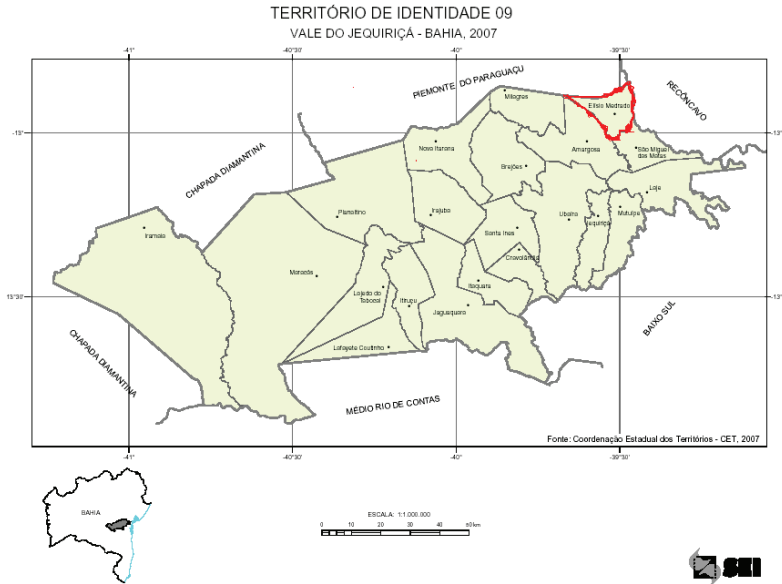


FIGURA 1 - Mapa de Localização Geográfica da Área de Estudo (SEI, 2007)

Referente à origem do nome “Rapa Bolso”, não se sabe ao certo o período em que este surgiu. A construção simbólica do referido nome e material desse espaço e território alternativo de prostituição é carregada de significados, permeada por curiosidades, inquietações e interrogações. Ora este nome é caracterizado por um saudosismo facial expresso pelas risadas dos homens, como um tempo e um espaço de puro prazer; outras vezes, é desprezado pelos olhares sombrios e caras fechadas das mulheres de família, que retorcem seus corpos no sofá, enquanto suas mãos tremem de raiva, sendo possível perceber que, na profundidade de sua respiração, está refletido o incômodo de cada pergunta lançada sobre o dia-a-dia das mulheres “rapa bolso”, numa clara insatisfação por evocar uma lembrança que elas fazem questão de apagar do seu subconsciente.

A data de seu nascimento parece que foi esquecido no tempo e no espaço, “sepultado e apagado” da memória da história do município, embora este nome seja fruto de três versões bem distintas. De acordo com os documentos presentes no Arquivo Público Municipal, a primeira versão é sustentada pela existência de um pequeno comércio de roupa e alimentação (secos e molhados), no qual os produtos eram bastante caros e, por essa razão, acabavam “rapando o bolso” dos fregueses locais e de outros lugares. Segundo uma antiga moradora do “Rapa Bolso”, o nome foi dado por conta da migração de donos de bancas de jogos de azar, como roletas, dados, baralhos, jaburu, que vinham de outras cidades nos finais de semana e em dias de festas para o povoado. Os jogos “rapavam o bolso” dos homens que acabavam gastando o dinheiro da feira, quando tentavam alcançar os prêmios oferecidos, como galinhas, perus, doces e brinquedos.

Uma outra versão, recolhida em vários depoimentos, diz respeito à existência de um número considerável de “mulheres da vida”, as quais “rapavam os bolsos” dos mais distintos clientes, tais como fazendeiros, comerciantes, delegado, inspetor, políticos, tropeiros, quando estes iam para a feira nos dias de sábado, como afirmam os seguintes depoimentos: “O Rapa Bolso” é de muitos anos, não se sabe quando começou. Aqui tinha muita pobreza. Tinha muita rapariga, meretriz, muita mulher ruim, que rapava o dinheiro dos homens”.¹⁹ “Pelo que minha mãe contava é que se dava o nome de “Rapa Bolso” porque as mulheres da vida devoravam e sugavam o dinheiro dos homens”.²⁰

A leitura que se faz da dinâmica do nome Rapa Bolso é permeada por relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

19 Derita Maia, 78 anos. Entrevista concedida em 20 de Junho de 2007 a Renilton da Silva Sandes. Acervo do autor.

20 Maria Aurelina Santos Silva, 70 anos. Entrevista concedida em 25 de Outubro de 2007 a Renilton da Silva Sandes. Acervo do autor.

Os documentos e depoimentos revelam que o significado do nome Rapa Bolso varia, pois às ideias de comércio, das apostas em jogos de azar e da prostituição estavam a serviço dos interesses das mais distintas classes sociais, construindo, assim, as fantasias individuais e coletivas elaboradas pelas imagens que pintavam o espaço cotidiano desses sujeitos sociais.

Esses fatores, mais tarde, fizeram ecoar as vozes a favor das medidas de higienização física e moral e de civilização nos espaços públicos, como valores a serem impostos, abertamente apoiadas pelo pensamento político, religioso e pelo modelo de família nuclear. Assim, o povoado foi evoluindo e o seu nome mudado de Rapa Bolso, pelo Decreto Estadual de 30/10/1953, para Novo Paraíso.

Pelo que consta, os depoimentos orais nos asseveram que a prática do agenciamento de mulheres para a prostituição no povoado “Rapa Bolso” estava assentada no personagem de José Veneno que construía e alugava casas de palhas e trazia prostitutas de outras cidades para fazer vida no povoado. Tudo indica que o José Veneno representava a figura do intermediário no comércio erótico entre o cliente e a prostituta, estruturando assim uma relação na qual a mulher era vista como uma mercadoria de consumo e produção no mundo da noite. Percebe-se que as atividades das mulheres “rapa bolso” eram administradas por um terceiro. José Veneno, em troca de local e serviços derivados, retirava parte de seus ganhos e lucro pela exploração dessas mulheres.

Como podemos notar, de acordo com os depoimentos orais, o José Veneno nunca agia sozinho, pois frequentemente era auxiliado por figuras dos poderes locais, como fazendeiros, políticos, policiais e comerciantes. Esses grupos poderosos a todo o momento buscavam gastar suas riquezas com diversão, lazer, jogos de azar, bebida, entretenimento fácil e, principalmente, com prazeres libidinosos. José Veneno desempenhava o papel

de negociador das relações comerciais entre as mulheres “rapa bolso” e os seus clientes. Dessa maneira, a prostituição vai se firmando como um mercado de comércio erótico no povoado “Rapa Bolso”.

Conforme as entrevistas, grande número de mulheres trazidas para realizar a prostituição no povoado “Rapa Bolso” eram oriundas de cidades vizinhas, como Amargosa, Castro Alves, Santo Antônio de Jesus e a Bahia, como era chamada Salvador. De acordo, ainda, com as narrativas orais, algumas das prostitutas eram do povoado e outras chegavam na sexta-feira à tarde, quando iniciavam o movimento, com a chegada dos tropeiros, e voltavam na segunda-feira pela manhã da semana seguinte, com algumas delas permanecendo mais dias no povoado.

Dentre os motivos que levavam as prostitutas a serem agenciadas e a migrarem para o povoado “Rapa Bolso”, um deles se refere à situação de pobreza vivida por essas mulheres, cuja dificuldade de ingressar no mercado de trabalho as conduzia a buscarem uma alternativa de sobrevivência. Essa realidade fica mais evidente a partir dos depoimentos que põem em xeque a difícil batalha cotidiana das mulheres “rapa bolso” e a ação do agenciador José Veneno que se utilizava de vários artifícios com o fim de arregimentar prostitutas, para o exercício da prostituição.

José Veneno era homem branco, alto, sarará, tinha família, comerciante e lavrador. Por ser vendedor, viajava muito e conhecia vários lugares, o que lhe facilitava arregimentar mulheres para “fazer vida” no “Rapa Bolso”. Construía casas de palha para alugar às prostitutas. As casas eram de vara de assa-peixe, madeira, sapé, e as camas, de tábuas; tirava palha de palmeira na serra chamada de Andaia. A casa tinha um quarto, sala, cozinha e o chão era todo de barro pisado; era, ainda, uma mistura de venda e bar. Em função do protagonismo de José, uma das ruas do povoado “Rapa Bolso” passa a ser chamada de Rua do Veneno que, mais tarde, ganha uma outra representação

simbólica, desta vez dada pelas mulheres casadas, numa alusão ao “veneno” das mulheres “rapa-bolso”.

Um outro fator que fazia as mulheres prostitutas migrarem para o “Rapa Bolso”, principalmente as que vinham de Salvador, com objetivo de fazer o comércio erótico nesse povoado, nos faz, portanto, levantar a hipótese de que foram pressionadas a sair da capital, em grande parte, devido às campanhas repressivas com medidas de higienização física e moral dos espaços públicos, levadas a efeito na Bahia durante o governo de J.J. Seabra (1912 - 1916 e 1920 - 1924), o que fez com que as prostitutas procurassem outras cidades e povoados do interior para fazerem o comércio de seu corpo.

Vamos Botar o Sirigó no Trapiá: representações sociais no território da prostituição do “Rapa Bolso”

O título dado a este capítulo é uma metáfora referente ao momento em que a mulher e o homem se colocam dispostos a realizarem o ato sexual, mesmo sendo numa relação comercial. A referência feita ao sirigó é uma analogia a uma espécie de cipó utilizado na fabricação de diversos produtos artesanais, sendo comparado com o pênis do homem. Já o trapiá faz referência a uma cuia feita de madeira para apanhar água, sendo comparada com a vagina da mulher. No entanto, na memória dos sujeitos pesquisados, não raras vezes, aparecia à expressão “vamos botar o sirigó no trapiá”, que simboliza, metaforicamente, a procura pelos clientes dos serviços sexuais das mulheres “rapa bolso”, fazendo-nos pensar em algumas das práticas e representações sociais que suscitam provocações no sentido de perceber qual era a motivação da procura desses espaços e territórios.

Nesse item, busca-se analisar, a partir das representações sociais, cinco espaços nos quais foram demarcados os territórios

da prostituição no povoado “Rapa Bolso”, classificados aqui como consagrados territórios dos desejos e do prazer, em seus diversos conteúdos e significados.

A força das mulheres do “Rapa Bolso” possibilitou a organização de verdadeiros territórios, nos distintos espaços que faziam a composição das ruas do povoado. Nestes espaços, tais mulheres delimitavam seus territórios, principalmente, a partir do uso e ocupação das distintas ruas, como também estavam localizadas nas esquinas, nas praças, feira-livre, em quitandas, espaços compreendidos entre as principais ruas em que se exercia a prostituição. Foi possível identificar, por meio de vários depoimentos, o significado simbólico e material dado ao nome das ruas e o número aproximado de casas de prostituição, estando distribuídas espacial e territorialmente da seguinte forma:

- **Rua da Arrepiada** - atual Rua XV de Novembro e Rua São José - devido ao fato de haver, muita bagunça e briga entre os tropeiros por causa das mulheres “rapa bolso”, e também porque essas mulheres deixavam seus cliente todos arrepiados ou “arrupiados” (cerca de 13 a 15 casas de palha).
- **Rua do Veneno** - atual Rua Nossa Senhora de Fátima - numa alusão ao veneno destilado pelas mulheres “rapa bolso” ao modelo de família nuclear patriarcal e, também, em “homengsm” ao cafetão José Veneno (cerca de 11 a 13 casas de palha).
- **A Rua do Tranca Cú** - atual Rua Genésio Braga - em função da prática do sexo anal (cerca de 10 a 12 casas de palha e sapé).
- **A Rua do Pinga Pus** - atual Rua Moises Santos - era chamada assim, porque comentava-se haver muitas doenças venéreas (cerca de 9 a 11 casas de palha).
- **A Rua da Palha** - atual Rua Santo Antônio - uma referência ao material usado na construção das casas de prostituição (cerca de 8 a 10 casas de palhas).

As ruas do “Rapa Bolso” foram a matéria-prima que as atrizes sociais utilizaram para produzir o território. Assim, a

transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de negociações geradas no enfrentamento entre as mulheres “rapa bolso” e o poder hegemônico local, os quais procuram controlar certas porções do território. É no bojo desse contexto que emergem as análises sobre as ações cotidianas das prostitutas na ocupação e uso do território, não apenas como um triunfo que marca e delimita uma área, mas também como meio essencial de elaboração de suas estratégias de sobrevivências frente à exclusão social que foram postas pela sociedade machista patriarcal.

O meretrício organizado pelas mulheres “rapa bolso” tem sido representado ora como os espaços e territórios da contra-ordem, da algazarra, da bagunça, ora como espaços dos prazeres libidinosos, da diversão, do lazer, como dos jogos de azar, da bebida, da música, do entretenimento fácil e, porque não, o do espaço alternativo à sexualidade conjugal. O depoimento abaixo, confirma como as representações sociais são apropriadas pelos sujeitos sociais pesquisados, nas distintas relações cotidianas individuais e coletivas.

Em pleno calor do verão, numa sexta-feira do mês de janeiro de 1945, por cerca das 17h30min, a Rua da Arrepiada foi cenário de uma grande agitação. A meretriz Zurmira, de cor negra, com 20 anos de idade, originária de Amargosa, estava atentando contra o pudor na referida rua, quando, após uns goles de cachaça, alterando a consciência e o comportamento, ficou completamente nua, para mostrar seu corpo, no intuito de atrair e seduzir os clientes, tropeiros viajantes que terminara de chegar ao povoado Rapa Bolso. Tal cena, causando grande escândalo, fez com que o delegado Belmiro Francisco de Souza e o Inspetor João

José intervissem e prendessem a mulher ‘rapa-bolso’.”²¹

Cenas como esta, diz o sujeito pesquisado, eram constantes no povoado Rapa Bolso, já que a prostituição era uma prática de comércio erótico com presença marcante nos distintos espaços e territórios alternativos dos desejos e do prazer. Nas quitandas, nos becos, na praça, na feira-livre, nas ruas e nos prostíbulos organizados em casas de palhas, lá estavam às mulheres “rapa-bolso”.

Segundo depoimento, em novembro de 1941, Otacílio Souza, com 23 anos, branco, noivo, recebeu dois ferimentos de navalha de Santinha, “rapa bolso” de, aproximadamente, 29 anos, cor negra e residente à Rua da Arrepiada. A vítima era freqüentador das casas das mulheres “rapa bolso” e, após uma bebedeira, não cumpriu com o pagamento do serviço sexual prestado, fato que gerou grande ira na autora do incidente que, num rápido “descontrole emocional”, mas dentro de sua razão, vibrou-lhe duas navalhadas, uma no pescoço e a outra no rosto de seu cliente.

Um outro depoimento deixa claro como as mulheres “rapa-bolso” estavam investidas por um forte poder de negociação que as permitia burlar e driblar as medidas de controle e vigilância pregadas pelo poder hegemônico local, freqüentemente com a cumplicidade das autoridades policiais que ora exercia um papel repressor, ora de extorsão, no caso das prostitutas. Assim, as ruas para as mulheres “rapa-bolsos” significavam espaços e territórios cotidianos que legitimaram a conquista da liberdade e a manutenção de sua sobrevivência, por meio do dinheiro arduamente ganho no comércio erótico.

21 Antônio Nunes Souza, 79 anos. Entrevista concedida em 09 de Julho de 2007 a Renilton da Silva Sandes. O depoimento foi sistematizado e interpretado para melhor compreensão e faz parte do acervo do autor.

Últimas reflexões para Novas Discussões sobre Geografia do Gênero

O Rapa Bolso não acaba. O conhecimento do Rapa Bolso é grande, a gente se acaba e a história fica para os outros contar. (Seu Nezinho)

Em que pese à especificidade do cotidiano da prostituição nas ruas do povoado “Rapa Bolso”, o presente capítulo é um esforço de analisar as ações e as pequenas negociações diárias das mulheres “rapa bolso” frente às dificuldades de toda ordem de sobrevivência, como também uma alternativa de andar na contramão dos valores tradicionais, preferindo a vida livre à vida obscura da casa e do lar. No entanto, não pretendemos esgotar todas as questões teóricas e metodológicas que envolvem o estudo dessa atividade tão antiga quanto à própria civilização. Para muitos, a prostituição representa a fuga de casamentos falidos, de casamentos sem diálogo. Para outros, é o “câncer” da sociedade, que concebe essa prática como atividade transgressora em relação à conduta sexual dita moral, elaborada e produzida pelo imaginário social. Enfim, um tema sempre polêmico, e de certo modo muito antigo.

Enfim, o presente trabalho oferece uma análise das representações sociais permeada pela geografia do gênero e forma parte da primeira fase da pesquisa sobre como essa territorialidade é construída pelas mulheres “rapa bolso” - mulheres, majoritariamente, negras - que exerciam a prostituição na comunidade de Elísio Medrado, na época pós-abolição e pós-colonial. A análise aponta para as relações de poder e suas interferências com as relações de gênero, na configuração do espaço urbano de Elísio Medrado, até o ponto de receber a denominação de “Rapa Bolso”. Frente ao poder hegemônico há sempre um movimento contra-hegemônico e, nesse sentido,

podemos considerar as mulheres “rapa bolso” como atores sociais que desafiaram os poderes instituídos, no caso, o poder municipal e a Igreja Católica, e demarcaram um território em Elísio Medrado, fato ainda vivo no imaginário coletivo da comunidade.

A pesquisa aponta, também, para a necessidade de atender tanto às relações de poder como às de gênero - recordemos que gênero implica em relações de poder do homem sobre a mulher, a imposição do masculino sobre o feminino - na construção da territorialidade no espaço urbano, pois essas relações tanto potencializam como dificultam, ou seja, interferem, diretamente, no desenvolvimento local, tema que hoje em dia preocupa a academia, o poder público e a sociedade como um todo. É reconhecido, e os movimentos de mulheres como os clubes de mães e as creches comunitárias estão como testemunha, o protagonismo das mulheres das classes populares no sustento das famílias e, conseqüentemente, na construção dos espaços cotidianos e públicos como extensão do lar - “o pessoal é político” nos lembra o lema do feminismo. Este fato continua desafiando o poder estabelecido, pois nossa cultura continua sendo predominantemente patriarcal e, na Bahia, ainda patrimonialista.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Buenos Aires: Ediciones Siglo XX, 1987. V.2.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado em Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S/A, 1990.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** S.P: Contexto, 2002.

MARTINEZ, MOYA, MUÑOZ. **Mujeres, espacio y sociedad:** hacia una geografía del género. Madrid: Síntesis, 1995.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Prefácio de Antonio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, v. 13, n. 2, ago./dez. 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** tempo e técnica. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

O PAPEL DA SEMIÓTICA PEIRCEANA NA ANÁLISE DE TEXTOS PUBLICITÁRIOS

Maria Joselene de Quadros Reis Borges
Paulo de Assis de Almeida Guerreiro

É fato incontestável, hoje, o papel relevante que a publicidade exerce na sociedade atual. Esta é marcada, sobretudo, pelo consumismo exacerbado, incentivado, a todo instante, por textos publicitários que atraem, interessam e convencem as pessoas. São textos que seduzem, mexem com desejos, satisfazem aspirações, além de proporem novas experiências, novos comportamentos e atitudes.

Muitas vezes, as pessoas nem precisam sair de suas casas para sentirem o efeito avassalador dessa mensagem. Diariamente, são acometidas por anúncios publicitários que se configuram em forma de apelos emocionais, visando vender produtos e/ou suscitar necessidades repentinas e demandas de consumo. Esses anúncios se realizam por diversos veículos comunicacionais como *outdoors*, panfletos, faixas, jornais alternativos, carros de som, entre outros, que utilizam as mais variadas estratégias para atingir seus fins específicos. Iasbeck (2002) afirma que:

A publicidade é, hoje, algo que nos envolve por completo. Engana-se quem pensa que ela só existe na televisão, nos jornais, nas revistas e nas rádios. Ela está nos muros das cidades, nas paredes das casas, nas embalagens, nos cartazes, folhetos, adesivos, nos livros, nos rótulos, nas roupas, nos utensílios domésticos, em quase tudo que é consumido pelo homem (IASBECK, 2002, p. 22).

A presença da publicidade na vida das pessoas se dá de forma tão acentuada que é possível percebê-la integrada a cada

indivíduo. Basta um olhar mais atento ou uma escuta mais sensível para poder perceber o quanto o discurso publicitário “faz parte hoje da conversa das pessoas, pontua o discurso dos burocratas, dos políticos, dos homens de negócio, dos oradores, está na boca de pessoas dos mais diversos níveis culturais” (IASBECK, 2002, p.188), transformando sua subjetividade, promovendo intensas mudanças em sua forma de ver, pensar e se comportar na sociedade.

Os anúncios publicitários que circulam diariamente não captam os olhares e ouvidos das pessoas apenas para informar, mas, também, para incutir-lhes, por meio de apelos emocionais, necessidades repentinas e demandas de consumo até então desconhecidas. E são justamente essas necessidades materiais e imateriais que vão orientar e permear suas falas, seus textos diários.

Para Santos (1983), os meios de comunicação, e aí, em especial, a publicidade,

Não só transmitem informações, não só apregoam mensagens. Eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar (SANTOS, 1983, p. 69).

Tal afirmação nos leva a analisar acerca do poder da publicidade, na medida que esta extrapola o âmbito do mercado. É possível percebê-la e, principalmente, reconhecê-la como de fundamental importância no processo de estabelecimento das práticas culturais, assumindo, como afirma Harvey (1998, p. 259), “um papel muito mais integrador” dessas práticas e interagindo com os sistemas simbólicos da cultura. Afinal, segundo Geertz (1989, p. 9), “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas”.

Para Geertz (1989), a cultura é entendida como um sistema simbólico formado pela interação entre os indivíduos e destes com a comunidade. É uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento, pois resulta de valores e crenças, códigos morais e costumes que são socialmente construídos, transmitidos e apreendidos através de signos e símbolos.

Em face disso, a publicidade, compreendida como sistema simbólico, se dedica a divulgar e promover a venda de outros sistemas, além de contribuir para regular e padronizar atitudes e emoções. Afinal, ela veicula, em sua mensagem, valores culturais, bem como crenças e padrões de comportamento. Gastaldo (2001) reafirma essa ideia:

Os anúncios não vendem apenas produtos, mas estilos de vida, padrões de consumo, representações da sociedade, da família, (...) vende-se ideologia, estereótipos, preconceitos, forja-se um discurso que colabora na construção de uma versão homogênea da realidade, legitimando uma dada configuração de forças no interior da sociedade. (GASTALDO, 2001, p.129-130)

Com o advento da Pós-Modernidade, uma época caracterizada por Harvey (1998, p. 49), dentre outros aspectos, como “a total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”, o ritmo do tempo ganhou uma roupagem marcada pela aceleração e efemeridade das coisas. O tempo de giro de produtos encurtou-se drasticamente, exigindo acelerações paralelas na troca e consumo desses produtos. Essas acelerações implicam na “[...] volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (HARVEY,

1998, p. 258), uma verdadeira mudança no ritmo cultural da sociedade.

À publicidade, também, fora imposta um ritmo diferente, capaz de informar e, ao mesmo tempo, formar posturas e comportamentos condizentes com os paradigmas pós-modernos. É importante ressaltar que essa nova roupagem publicitária extrapolou o âmbito da informação e divulgação, galgando espaços em uma área mais complexa e sofisticada: a motivação.

Assim, é possível perceber que, no decorrer do tempo, a descrição da qualidade e do atributo de determinado produto, em uma mensagem publicitária, não são mais o motivo principal da compra, como há um tempo atrás, principalmente, se se considerar a disponibilidade de produtos semelhantes dispensados pelas indústrias em decorrência do efeito avassalador da Revolução Industrial, a qual deu início à formação de uma sociedade capitalista, ligada à produção e ao consumo de produtos industrializados, produzidos em série e em grande escala.

De acordo com Sant'anna (1998):

Antes do impetuoso avanço da tecnologia, as fábricas se limitavam a produzir aquilo que o consumidor realmente necessitava e estava em condições de adquirir. Com o avanço da produção em massa para um mercado que já superava a fase de consumir apenas o essencial, viram-se os industriais forçados a encontrar meios rápidos de escoar o excesso de produção de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas e velozes. E o meio encontrado foi à propaganda. Esta deixou de ser um simples instrumento de venda para se transformar num fator econômico e social dos mais relevantes (SANT'ANNA, 1998, p. 4-5)

A produção em série representou uma grande mudança, pois passou a exigir nova roupagem publicitária. Não cabia mais a apresentação de um produto de maneira objetiva. Agora, era necessário seduzir o consumidor, despertar desejos para levá-lo ao ato da compra.

Houve, então, um deslocamento da mensagem publicitária, que deixou de visar apenas o produto e começou a focar-se, também, no consumidor e em suas vontades não expressas. A propaganda passou a representar o produto e a injetá-lo na mente do consumidor. Isso é muito mais complexo e sofisticado do que simplesmente relatar uma série de pontos positivos do produto e suas vantagens reais. Corroborando com esse pensamento, Harvey (1998, p..259) afirma que, no pós-modernismo,

[...] a publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (HARVEY, 1998, p. 259)

Além disso, a Pós-Modernidade imprime, também, à publicidade um paradoxo bastante interessante: comunicar a perenidade de um produto e ser, ao mesmo tempo, efêmera, fugidia. Todo anúncio publicitário traz, subjacente a si, a promessa de outro novo, marcando sua transitoriedade e, concomitantemente, buscando perenizar um produto, quando apresenta suas qualidades e atributos. Sendo assim, o que, em uma mensagem publicitária, por um lado, se traduz ou parece permanente, por outro se revela passageiro.

Em um *outdoor*²², por exemplo, a fragilidade do suporte papel fragiliza, também, a promessa veiculada pela mensagem, a princípio fixa e certa, capaz de atuar como referência estável

22 Suporte publicitário dessa análise.

de aspirações, desejos, fantasias, da perenidade e qualidade de determinado produto; afinal, durante dias um produto/serviço fica exposto em um *outdoor*, fazendo parte da paisagem natural da cidade. Mas, repentinamente, desaparece, o que revela, de forma brusca sua radical provisionalidade.

Essa tensão dialética entre permanência e fugacidade, veiculada pelo texto publicitário, condiz com o contexto socioeconômico e cultural do mundo Pós-Moderno. Tem-se, hoje, um cenário marcado pela explosão de informações, da comunicação global, da cibernética, das mudanças vertiginosas tecnológicas e da perda do valor de uso de um objeto em função do seu valor simbólico. Tal cenário caracteriza-se pela perda ou ganho de valores sociais de um instante a outro, moldando a chamada “sociedade do descarte”, o que “[...] significa mais do que jogar fora bens produzidos; significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de ser e agir” (HARVEY, 2000, p. 258).

A forma como uma mensagem publicitária se articula, capaz de dar conta dessa tensão dialética entre permanência e fugacidade, pois cria totalidades destinadas a dissolver-se no decorrer de dias ou semanas, pode ser algo fascinante, assustante, dramático e/ou curioso. Isso sem mencionar sua capacidade de interferir na subjetividade do público consumidor, através de uma linguagem mais emotiva do que objetiva, contribuindo, dessa forma, “para o estabelecimento de um consenso social sobre determinados significados” (GASTALDO, 2001, p.123)

A mensagem publicitária, “por não ter uma língua própria”, faz uso de uma linguagem mais dinâmica e sintética, utilizando-se de “determinadas habilidades e técnicas lingüísticas” que funcionam como estratégia argumentativa para atingir seus fins específicos (MARTINS, 2008, p. 33).

A argumentação, portanto, pode ser entendida como uma arma utilizada na produção de uma mensagem publicitária para persuadir os indivíduos a mudarem de atitude diante do que lhes é oferecido ou apresentado por meio da comunicação.

Essa pesquisa objetiva compreender a mensagem publicitária e, assim, entender o papel desempenhado pela semiótica no processo de construção das estratégias argumentativas utilizadas em texto publicitário.

No que tange à linguagem, podemos dizer que o século XX foi palco de nascimento e crescimento de duas ciências da linguagem: a Linguística, centrada na linguagem verbal, e a Semiótica, ciência de toda e qualquer linguagem. Esta última se propõe a estudar todas as linguagens possíveis, aquelas que extrapolam o universo verbal, encontrando campo de estudo nas imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes, sons, cores, gestos, enfim, em toda forma de representação.

A linguagem publicitária é, sem dúvida, um terreno fértil para o exercício da semiótica, visto que apresenta uma variedade enorme de linguagens. Assim, entender como a linguagem publicitária se articula para atingir tais objetivos é a tarefa central deste trabalho, com o propósito de observar e entender, à luz da semiótica peirceana, como as estratégias argumentativas são articuladas a fim de tornar a mensagem sedutora.

A partir da semiótica peirceana, sobre a qual falaremos mais adiante, pretendemos compreender como se realiza uma mensagem publicitária, conhecendo seus diferentes níveis de objetivação, referencialidade e significação, a fim de verificar como, na maioria das vezes, uma mensagem não é apenas o que percebemos à primeira vista.

O Texto Publicitário: um olhar sobre sua linguagem

Como já fora mencionado na discussão anterior, a publicidade exerce um papel crucial na formação do ambiente cultural e social de nossa época, pois ela age sobre o indivíduo, a família, os grupos sociais, a comunidade, enfim, a sociedade como um todo, estabelecendo e/ou ressignificando práticas culturais através do efeito de suas mensagens. Entender, então, como a linguagem utilizada no meio publicitário é articulada para seduzir o público/consumidor e conduzi-lo a adquirir determinado produto ou serviço oferecido deve ser uma preocupação constante, dada à importância indiscutível dos efeitos que esse mundo produz em nós.

Em uma mensagem publicitária, é possível perceber o uso de um conjunto de efeitos retóricos, como figuras de linguagem e estratégias argumentativas, articuladas com elementos lingüísticos e extralingüísticos, que incitam o receptor/consumidor a adquirir determinado produto (bem ou serviço), a praticar um determinado ato, motivado por uma linguagem persuasiva que se consubstancializa em argumentos estratégicos.

Para Koch (2006, p. 17), a argumentatividade é característica fundamental da interação social pela linguagem. Em todas as situações do cotidiano, o homem critica, julga, opina, manifesta-se de alguma forma e, com isso, forma juízos de valor.

Conforme estudos dessa autora, quando o homem interage através da linguagem, tem sempre fins a serem atingidos e pretende atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira e obter dele(s) determinadas reações verbais ou não-verbais. O uso da linguagem (verbal ou não) pode ser visto como estratégia argumentativa, vez que o homem sempre está orientando os discursos que produz no sentido de determinadas conclusões, ou seja, influencia no comportamento do outro, no seu fazer.

A origem etimológica do termo argumentação ratifica tal postura. O termo provém do grego “*arg*”, que significa brilho,

luz. Assim, um dos papéis da argumentação é clarear o raciocínio do outro, conduzindo-o a uma determinada conclusão. Isto posto, torna-se claro que o ato de argumentar consiste no ato de orientar para alcançar determinadas conclusões. Para tanto, pode-se realizar de duas maneiras: através da persuasão e/ou do convencimento.

O ato de persuadir diferencia-se do ato de convencer. Para Carrascoza (1999),

[...] um discurso que deseja convencer é dirigido à razão, por meio de raciocínio lógico e provas objetivas, podendo atingir um “auditório” universal. O discurso que deseja persuadir tem um caráter mais ideológico, subjetivo e intemporal: busca atingir a vontade e o sentimento do interlocutor por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, visando obter a sua adesão, dirigindo-se assim mais para um “auditório” particular (CARRASCOZA, 1999, p. 17).

Assim, é possível dizer que o ato de convencer conduz a certezas, ao passo que o ato de persuadir conduz a inferências que podem levar o interlocutor à adesão aos argumentos apresentados.

Um outro aspecto caracterizador do discurso persuasivo que merece destaque é a necessidade de liberdade de expressão e de escolha. Afinal, se não há outro caminho a seguir, não haverá também a necessidade de se construir um texto persuasivo. É por isso que a persuasão identifica-se com o discurso publicitário, o qual depende do livre mercado para manifestar-se.

Pode-se dizer, então, que a publicidade é marcada por uma linguagem persuasiva, pois procura levar o interlocutor a praticar determinado ato. O discurso publicitário quase sempre apela

mais para a subjetividade do que para o julgamento “frio” do público; a adesão deste ao argumento é resultado de um conjunto de elementos que não depende apenas da qualidade inerente de um produto.

O homem, em suas interações sociais, se utiliza da comunicação e da persuasão como condições da própria vida em coletividade, pois é por meio destas que se viabilizam os movimentos de adoção de determinadas modalidades de conduta e de rechaço de outras. Enquanto a comunicação se configura em um meio através do qual o homem aprende quem é e quem poderia ser, a persuasão é uma atividade consciente e relacionada à intencionalidade e, de algum modo, ligada à noção de inadequação. A persuasão envolve a ideia de que alguém deve mudar, o que leva à concepção de que o persuadido está, de alguma forma, inadequado ao modo de ver idealizado pelo persuasor, e que, nessa medida, aquele se constitui como uma ameaça para este.

De acordo com Carvalho (2002), a linguagem persuasiva é usada em vários setores, como na política - nas campanhas de convencimento do eleitorado -, quando se quer convencer o público alvo a comprar determinado produto e, até, na própria vida pessoal. O ser humano faz uso da linguagem persuasiva a todo momento em sua vida. Quando deseja obter uma vaga de emprego, por exemplo, o homem usa um discurso mais sedutor, o mesmo ocorre quanto visa a obter um desconto em sua loja preferida. Usa-se a linguagem persuasiva até mesmo em propostas de casamento, pedidos de namoro, conversas com a pessoa amada. Enfim, o discurso persuasivo está impregnado em nosso dia-a-dia.

No campo da publicidade, mais especificamente, o uso de uma linguagem persuasiva, de um discurso sedutor se configura em uma estratégia de atrair a atenção do público e cumprir o papel de convencê-lo. Carvalho (2002) caracteriza bem este processo:

A linguagem publicitária usa recursos estilísticos e argumentativos da linguagem cotidiana, ela própria voltada para informar e manipular. Falar é argumentar, é tentar impor. O mesmo se pode dizer da linguagem jornalística, dos discursos políticos (sobretudo em época eleitoral), da linguagem dos tribunais (com defesas e acusações apaixonadas) e até do discurso amoroso. Em todos esses casos, há uma base informativa que, manipulada, serve aos objetivos do emissor. A diferença está no grau de consciência quanto aos recursos utilizados para o convencimento e, nesse sentido, a linguagem publicitária se caracteriza pela utilização racional de tais instrumentos para mudar (ou conservar) a opinião do público-alvo (CARVALHO, 2002, p. 9).

Na esfera econômica mundial, onde impera o capitalismo, o discurso persuasivo da publicidade é um item indispensável. É esse discurso que, na maioria das vezes, gera a venda: a publicidade constrói uma imagem sobre o produto e vende essa imagem ao consumidor, que é estimulado à compra, através de uma linguagem que busca convencer o público-alvo da ideologia que o produto a ser vendido apresenta.

A publicidade tem o papel, portanto, de seduzir o consumidor de maneira que ele sinta a necessidade de obter o produto; tem o papel de convencê-lo da importância de tal produto para sua vida, fazendo-o sentir a necessidade de comprá-lo.

Além disso, é válido mencionar que o discurso publicitário muda constantemente, de acordo com as necessidades de mercado e as características do público-alvo a ser atingido. Esse mesmo público-alvo é estimulado a mudar as suas ideologias de acordo com as necessidades do mercado; isso, através do discurso persuasivo trazido pela publicidade.

Carrascoza (1999) afirma que:

Hoje, não há dúvida entre os estudiosos da comunicação de que a publicidade é um complexo notável de discurso persuasivo, com a finalidade de chamar a atenção do público para as qualidades deste ou daquele produto/serviço (...). Seu objetivo preclaro não é apenas informar, mas informar e persuadir (...), qualquer peça publicitária intenta alcançar um alto grau de persuasão, uma vez que idealmente deve desencadear uma ação, o ato de consumo, ainda que num futuro impreciso (CARRASCOZA, 1999, P. 18)

Há pouco mais de um século, a publicidade se limitava a informar o produto e seu endereço (na rua tal, número tal, vende-se tal coisa), mas logo se afastou desse modelo, passando a adotar uma lógica e uma linguagem diferentes, nas quais a sedução e a persuasão substituem a objetividade informativa. Assim, o discurso publicitário quase sempre apela mais à subjetividade do que ao julgamento frio do público; a adesão deste ao argumento é resultado de um conjunto de elementos que não depende apenas da qualidade inerente de um produto.

No tocante a isso, alguns autores argumentam que o discurso publicitário não criaria necessidades, mas apelaria ou apontaria para as necessidades preexistentes nos indivíduos, despertando neles uma ilusão ou comoção necessária que o impulsiona em direção ao produto. Um exemplo claro disso é o efeito que um outdoor da Duloren²³, por exemplo, causa em seu público feminino. Dispondo de uma bela foto e o logotipo do anunciante, o outdoor desperta o pensamento de que mulheres sensuais vestem Duloren; então, se a mulher quer se

23 Uma das marcas mais famosas de *lingeries* do mercado brasileiro, fundada no ano de 1962.

sentir sensual, logo, precisa comprar uma peça íntima daquela marca. São de estratégias argumentativas como essas que os publicitários lançam mão para alcançar seu objetivo primordial: vender o produto.

De acordo com essa ideia, Carvalho (1996) afirma que:

A função persuasiva da linguagem publicitária consiste em tentar mudar a atitude do receptor. Para isso, ao elaborar o texto, o publicitário leva em conta o receptor ideal da mensagem, ou seja, o público para o qual a mensagem está sendo criada. O vocabulário é escolhido no registro referente a seus usos. Tomando por base o vazio interior de cada ser humano, a mensagem faz ver que falta algo para completar a pessoa: prestígio, amor, sucesso, lazer, vitória. Para completar esse vazio, utiliza palavras adequadas, que despertam o desejo de ser feliz, natural de cada ser. Por meio das palavras, o receptor “descobre” o que lhe faltava... (CARVALHO, 1996, p.19).

Afinal, conforme afirma Carrascoza (1999, p.18), “nenhum emissor quer ver sua mensagem perdida, qualquer peça publicitária quer obter um elevado grau de persuasão”, já que pretende ter como consequência “uma ação”, “o ato de consumo”, mesmo que num prazo de tempo indeterminado.

Como já fora mencionado anteriormente, a mensagem publicitária faz uso de uma linguagem composta por um conjunto de efeitos retóricos que funcionam como estratégias para a venda de um produto e/ou serviço. Assim, chama a atenção, desperta interesse, estimula o desejo, cria convicção, induz à ação.

O papel desempenhado pelas agências de publicidade pode ser percebido como fundamental para a manutenção de práticas de consumo, sobretudo, na era Pós-Moderna, caracterizada pela cultura do ter. Estratégias de linguagem são criadas e reinventadas a cada momento, seduzindo, convencendo e, por

que não, manipulando os consumidores a agirem conforme o *status quo* - que é consumir.

Um Breve Passeio pela Semiótica Peirceana

Charles Sanders Peirce (1839-1914) é considerado um nome expoente na filosofia americana, devido a sua contribuição no processo de abertura de novos caminhos para o questionar filosófico, além de ser o fundador e precursor da filosofia científica da linguagem, a Semiótica. Comumente chamada como ciência geral dos signos, a semiótica se propõe a estudar qualquer fenômeno cultural como um sistema sógnico, ou seja, um sistema provido de significação.

Para Pierce, o passo inicial para um estudo filosófico é o fenomenológico. A fenomenologia tem origem na palavra grega *phaneron*, no português, fenômeno, e consiste na descrição do fenômeno, concebido como tudo aquilo, qualquer coisa que se apresente à percepção humana.

É por meio da fenomenologia que Peirce vai demonstrar como enfrentar uma das tarefas mais difíceis da filosofia: identificar como os fenômenos são apreendidos pela mente. Pierce concluiu que tudo o que aparece à consciência faz numa gradação de três propriedades que correspondem aos três elementos formais de toda e qualquer experiência. Essas categorias foram denominadas primeiridade, secundidade e terceiridade.

A primeiridade (ou qualidade) é a qualidade das coisas como elas são de fato, sem referência a qualquer outra coisa. Essa qualidade se refere à “qualidade de sensação” que, para Peirce (1980, p.18), “[...] é a verdadeira representante psíquica da primeira categoria do imediato em sua imediatidade”, ou seja, a apresentação daquilo que é, sem nenhuma relação com outra coisa. No aspecto psicológico, é pura qualidade de sentimento.

A segunda categoria universal denominada Secundidade (ou reação) definida por Peirce está ligada à ideia de dependência, dualidade: há uma qualidade (primeiridade), mas esta é apenas uma parte de um fenômeno, que para ganhar existência tem de, necessariamente, incorporar-se em um existente, em uma matéria.

Já a *terceiridade* (ou mediação) diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência. É uma categoria de inter-relação de triplo termo, ou seja, interconexão de dois fenômenos em direção a uma síntese, lei, regularidade, convenção, continuidade etc. Sua forma mais simples se encontra na noção de signo.

Mas, afinal, o que é o signo? “Qualquer coisa que esteja presente à mente tem a natureza de um signo. Signo é aquilo que dá corpo ao pensamento, às emoções, reações etc”. (SANTAELLA, 2007, p. 10). Em uma linguagem bem simplificada, podemos dizer que signo é algo que está no lugar de algo. Assim, a mesa não é a palavra mesa, a palavra mesa é que se refere ao que chamamos mesa. Da mesma forma, que a televisão não é a palavra televisão, mas a palavra televisão se refere ao meio de comunicação a que chamamos televisão.

Peirce classifica os signos, dividindo-os em o três *tricotomias*: a relação *signo-meio*, *signo-objeto* e *signo-interpretante*. O primeiro corresponde ao signo que pode ser mera qualidade (*quali-signo*), o segundo, o signo é um existente concreto (*sin-signo*) e, o terceiro, trata-se do signo que pode ser uma lei geral (*legi-signo*).

De acordo com a segunda tricotomia (dependência da relação do signo com o objeto - *quali-signo*), o signo pode ser de três tipos, a saber: *ícone*, *índice* ou *símbolo*. O *ícone* consiste em um signo cuja qualidade significativa provém meramente de sua qualidade. Dessa forma, o ícone, na opinião de Peirce (*apud* NOTH, 2005, p. 82) se manifesta como um fenômeno da primeiridade. Ele comunica de forma imediata porque é

imediatamente percebido. São exemplos de ícones, os quadros, desenhos, modelos, esquemas, metáforas, comparações etc.

O *índice*, de acordo com Noth (2005, p. 82), manifesta-se como um fenômeno de segunda categoria, pois é um signo que estabelece relações entre representação e objeto e cujas relações possuem caráter de causalidade, espacialidade e de temporalidade. São exemplos de índices, o cata-vento que indica a direção do vento, a fumaça, como indicadora da presença do fogo, dentre outros vários.

Sobre o *símbolo*, Noth (2005, p. 82) afirma ser um signo da segunda tricotomia que participa da categoria de terceiridade. O símbolo é o signo cuja relação signo-objeto designa seu objeto independentemente da semelhança (ícone) ou das relações casuais com o objeto (índice). É resultado de uma forma arbitrária que estabelece uma relação convencionalizada entre o signo e o objeto.

Com o propósito de facilitar a compreensão sobre as relações do fundamento do signo com seu respectivo objeto, Peirce (ANO) faz uma distinção entre objeto dinâmico e objeto imediato.

Quando pronunciamos uma frase, nossas palavras falam de alguma coisa, se referem a algo, se aplicam a uma determinada situação ou estado de coisas. Elas têm um contexto. Esse algo a que elas se reportam é o seu objeto dinâmico. A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o objeto dinâmico. Quando olhamos para uma fotografia, lá se apresenta uma imagem. Essa imagem é o signo e o objeto dinâmico é aquilo que a foto capturou no ato da tomada a que a imagem na foto corresponde.[...] O modo como o signo representa, indica, se assemelha, sugere, evoca aquilo a que ele se refere é o objeto imediato. Ele se chama imediato porque só temos acesso ao objeto dinâmico através do objeto imediato, pois, na sua função mediadora,

é sempre o signo que nos coloca em contato com tudo aquilo que costumamos chamar de realidade. (SANTAELLA, 2007, p. 15)

O objeto imediato (objeto representado no signo), portanto, consiste em um objeto dentro do signo, e o objeto dinâmico (objeto real) é um objeto fora do signo. O objeto imediato é um signo que representa o objeto dinâmico, isto é, o objeto tal como o signo permite que o conheçamos. O objeto dinâmico é, inevitavelmente, mediado pelo objeto imediato, que já é sempre de natureza sígnica. O objeto dinâmico “provoca” o signo, que é determinado “de alguma forma” ou por alguma correspondência com esse objeto.

Premissas para Análise: encontro entre a semiótica peirceana e o texto publicitário

A um primeiro olhar, uma peça publicitária é bastante simples, pois a observamos superficialmente. Mas, quando conhecemos os princípios da semiótica peirceana e dos processos que envolvem seu estudo, abre-se um caminho para uma análise mais profunda.

Lúcia Santaella, em seu livro *Semiótica Aplicada*, realiza um estudo de análise semiótica no qual tenta explicar, ou melhor, aplicar de forma coerente a teoria e conceitos peirceanos concernentes a categorias universais, tricotomias e classes de signos, mediante recursos como publicidades, embalagens, mídia, arte, vídeos, literatura e instituição.

Antes de adentrarmos na metodologia proposta pela autora, é necessário frisar que a semiótica peirceana apresenta três ramos: a gramática especulativa ou teoria e classificação dos signos, a lógica crítica e a metodêutica ou retórica especulativa.

A gramática especulativa é o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam. A lógica crítica toma como base as diversas espécies de signos e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se estruturam através de signos. Esses tipos de argumentos são a abdução, a indução e a dedução. Por fim, [...] a metodêutica tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem. Portanto, a metodêutica estuda os princípios do método científico, o modo como a pesquisa científica deve ser conduzida e como deve ser comunicada (SANTAELLA, 2007, p. 3-4)

O ramo da gramática especulativa, para Santaella (2007, p. 47) “é certamente a mais importante quando se pretende analisar semioticamente linguagens manifestas”, pois ela fornece “as definições e classificações gerais de todos os tipos de códigos, linguagens, signos, sinais etc. de qualquer espécie e dos principais aspectos que os envolvem, a saber: significação, representação, objetivação e interpretação”.

São de ingredientes como esses que precisamos lançar mão para encontrar o método mais viável para a análise de quaisquer peças publicitárias, sejam elas veiculadas em meios impressos, fotografias, filmes, vídeo, televisão etc.

Santaella, seguindo o pensamento triádico de Peirce, propõe uma metodologia de análise bastante eficaz. O primeiro passo consiste na análise da mensagem em si mesma - momento marcado por uma descrição pura e sem julgamentos da peça em estudo; propõe a contemplação do objeto que nos levará a perceber quais signos estimulam nossos sentidos e como o fazem. O segundo passo é a referencialidade da mensagem - momento no qual trataremos das singularidades do objeto, observando suas sugestões e ao que a mensagem se refere. E, por último, a

interpretação da mensagem - esta nos levará a um entendimento de como, em quem e para que os efeitos, raciocínios e lógicas são provocados.

Estas são, portanto, as categorias analíticas e metodológicas que nos permite dar conta das questões concernentes às diferentes naturezas que as mensagens podem ter, inclusive suas misturas possíveis com palavra e imagem, cenário fortemente presente em peças publicitárias. Além de entender essas diferenças e compreender sua união em um mesmo espaço, essas categorias nos permitem compreender como as mensagens são recepcionadas por seus receptores e como esses reagem diante delas.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a fazer um investigação teórica em torno da teoria peirceana, a fim de encontrar meios metodológicos viáveis que possibilitem a análise semiótica de peças publicitárias, compreendendo a composição de sua mensagem e os efeitos causados em seus receptores.

Após esse breve passeio pelo universo da publicidade e pelo fascinante mundo da semiótica, temos uma ideia de como uma análise semiótica extrapola o olhar superficial que comumente direcionamos às mensagens comunicacionais, em especial, as publicitárias. Apropriamo-nos das composições e articulações resultantes das relações dos signos em si mesmo, com seus objetos e com seus interpretantes cruciais para compreender a natureza dos signos.

É válido lembrar que este é apenas um trabalho de pesquisa que ora se inicia e que, ainda, tem muitos caminhos a percorrer, mas que se alicerça fortemente na teoria peirceana, a fim de analisar, a partir da semiótica, textos publicitários veiculados em *outdoor* em Santo Antonio de Jesus. Direcionado ao local, visa-se

responder a alguns questionamentos, a seguir, dentre outros que, possivelmente, surgirão, a partir da pesquisa de campo - nossa próxima etapa: como são construídas as mensagens veiculadas no *outdoor*? De quais fundamentos e teorias esses produtores se utilizam? Ou será que se trata de um trabalho marcado por certo amadorismo, sem conhecimentos específicos? Que efeito esse *outdoor* tem provocado no público consumidor?

Referências

- CARRASCOZA, João Anzanello. **A evolução do texto publicitário**: a associação de palavras como elemento de sedução na publicidade. São Paulo: Futura, 1999.
- CARVALHO, Nelly de. **Publicidade**: a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 1996.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1993.
- GASTALDO, Édison Luis. **Um tempo para jogar**: o “ser brasileiro” na publicidade da copa do mundo de 1998. São Paulo: Ática, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IASBECK, Luiz Carlos Assis. **A arte dos slogans**: as técnicas de construção das frases de efeito no texto publicitário. São Paulo: Annablume; Brasília:Upis, 2002.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça . **A interação pela**

linguagem. São Paulo: Contexto, 1992.

_____ ; BARROS, K. S. M. (Org.). **Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação.** Natal: EDUFRN, 1997.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX.** Coleção E, volume 5. São Paulo: Annablume, 1996.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos.** 1 ed., São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

_____. **O que é semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos).

_____. **Semiótica aplicada.** 3^a ed., São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

_____ ; NÖTH, W. **Imagem - cognição, semiótica, mídia.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** Coleção primeiros passos. n° 110. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Políticas Públicas,
Desenvolvimento Local
e Sustentabilidade

O PAPEL DAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS
E DE CONVIVÊNCIA
PROMOVIDAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL (PETI) EM RETIROLÂNDIA-BAHIA

Aline dos Santos Lima
Ely Souza Estrela

O trabalho infanto-juvenil, por muito tempo, não era visto como problema a ser combatido; ao contrário, tinha-se como solução para o problema da infância abandonada ou desvalida, bem como, instrumento para prevenir a criminalidade ao preparar essa mão-de-obra para a agricultura e a indústria.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, essa prática se tornou proibida. Segundo Antuniassi (1983), após a Segunda Guerra Mundial os temas relacionados à infância passaram a fazer parte dos programas de desenvolvimento em países considerados centrais, já que aspectos como alfabetização e saúde das crianças e adolescentes tornaram-se indicadores do nível sócio-econômico nacional.

Como desdobramento, o uso da mão-de-obra infanto-juvenil se tornou depreciada e sua exploração passou a ser erradicada em âmbito internacional, ideia que se ramificou nas legislações de diversos países em vias de desenvolvimento. As crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, e o trabalho, como responsabilidade inerente ao mundo adulto, impediria o seu pleno desenvolvimento. Em virtude disso, a ideologia dominante estabeleceu um limite de idade abaixo da qual o trabalho infantil deveria ser eliminado. Entretanto, essa mudança paradigmática se espalhou com diferentes perspectivas e intensidade entre os países.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2004) apontam que o Brasil tinha, em 1998, cerca de 7,7 milhões de

crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando em serviços considerados penosos e degradantes. Para reverter esse quadro, o Estado brasileiro, pressionado pela sociedade civil, criou o Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma política pública que se propunha a retirar as crianças e os adolescentes do trabalho precoce mediante um auxílio financeiro mensal às famílias, denominado de “Bolsa Criança Cidadã”.

O Programa - que tem como público alvo crianças e adolescentes de baixa renda, na faixa etária entre 7 e 16 anos - foi lançado no país a partir de 1996. Três estados foram os primeiros selecionados, devido à concentração de crianças e adolescentes envolvidos em situação de trabalho penoso: primeiro, o Mato Grosso do Sul, nas carvoarias; em seguida, em Pernambuco, no setor canavieiro; e, por último a Bahia, na sisalicultura e nas pedreiras.

O PETI foi implantado na Bahia no segundo semestre de 1997, em municípios que concentravam os maiores índices da mão-de-obra infanto-juvenil, localizados na área que corresponde ao chamado Território do Sisal²⁴, conforme Figura 1.

24 O território é uma forma de divisão do espaço, proposto pelo governo federal brasileiro, a partir de 2003 em seus 26 estados. Baseados na ideia de identidade e de pertencimento, o objetivo inicial era implementar políticas públicas voltadas para o setor agrário e demandas da agricultura familiar. O Território do Sisal, que é composto por 20 municípios, é um dos 26 territórios existentes no estado da Bahia.

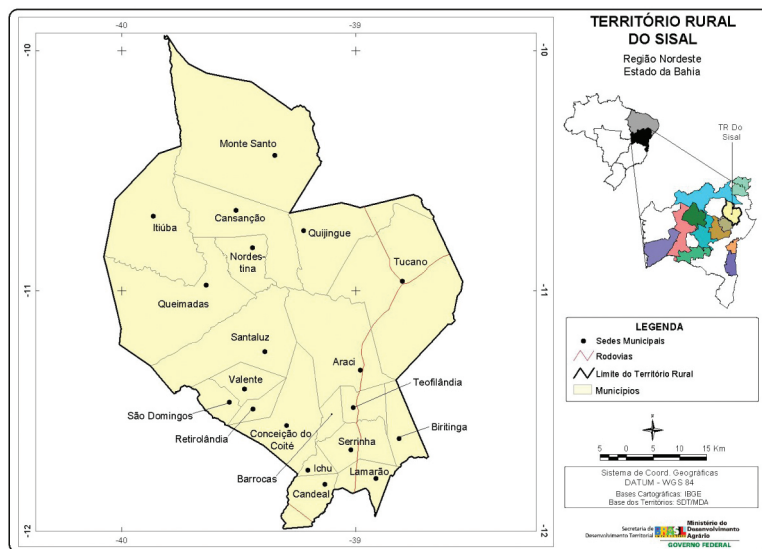


FIGURA 1 – Território do Sisal/Bahia:

Fonte: MDA. Disponível em: <<http://serv-sdt-1.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 de abril de 2008.

Crianças e adolescentes do Território do Sisal: do trabalho infantil às jornadas ampliadas

O Território do Sisal, não obstante possuir um emergente “capital social” representado por uma rede de entidades (associações, sindicatos de classe e grupos eclesiais) e ONGs atuantes, apresenta baixos indicadores econômicos e sociais. Nas últimas décadas do século XX, alguns municípios do Território ganharam visibilidade nacional por apresentar um número significativo de mutilações e altos índices de crianças exercendo atividades ligadas ao aproveitamento/beneficiamento do sisal ou *agave sisalana*.

O sisal ou agave sisalana é um vegetal semi-xerófilo, originário do México, que começou a ser plantado na Bahia desde as primeiras décadas do século XX, por conta da boa adaptação às características ambientais do semi-árido. Desde então, tornou-se costumeira a presença de crianças e adolescentes trabalhando na cadeia produtiva desse vegetal.

A cadeia produtiva do sisal se divide em três etapas. A primeira ocorre nos espaços rurais e se constitui de plantio, colheita e desfibramento da folha de sisal através de um processo rudimentar que a transforma em fibra. A segunda fase, que sucede tanto no campo quanto nos sítios urbanos, é o beneficiamento para retirada das sujeiras e classificação das fibras que são colocadas em fardos e revendidas. A terceira fase, que acontece no sítio urbano, ocorre através da industrialização dos fios que são transformados em cordas e outros produtos para comercialização.

O emprego da mão-de-obra de crianças e adolescentes causa um sobre-trabalho, que Antuniassi (1983) reputa como prejudicial ao seu desempenho na escola. Azevedo *et al* (2000), Schwartzman (2001) e Rizzini (2002) concordam que o trabalho infanto-juvenil, remunerado ou não, traz conseqüências negativas à escolarização, porque dificulta, quando não impede, a freqüência à escola e acarreta a defasagem idade-série.

Dados do Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) ratificam que o trabalho, de fato, afastava as crianças e adolescentes da escola. No estado da Bahia, em 1991, a média da taxa de freqüência bruta à escola era de 47,5%. Já a inadequação entre a faixa etária e o nível de escolaridade, no mesmo ano, era de 63,5%.

Uma das alternativas criada pelo governo federal para minorar esse quadro é o PETI. O Programa passou a atender às famílias das crianças trabalhadoras através da promoção de projetos de geração de trabalho/renda e da oferta de atividades

sócio-educativas, favorecendo o acesso e a permanência na escola regular e, em turno oposto, na jornada complementar.

As atividades socio-educativas, também chamadas de Jornada Ampliada, constituem-se em ações pautadas nos seguintes objetivos:

- a) enriquecer o universo de informações, cultural e lúdico por meio de atividades que desenvolvam a comunicação e a sociabilidade;
- b) apoiar a criança e o adolescente no seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua auto-estima, em estreita relação com a família, escola e comunidade;
- c) atividades artísticas que favoreçam a sociabilidade e preencham necessidades de expressão e trocas culturais;
- d) atividades desportivas que promovam o auto-conhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico;
- e) atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental, ações de educação para a saúde, dentre outras de acordo com interesses e demandas.

Uma das medidas criadas para a concretização da Jornada Ampliada foi o Projeto Baú de Leitura (PBL)²⁵. Essa experiência surgiu em 1999, proposta e incentivada pelo UNICEF às entidades locais, visando estimular as crianças inseridas no Programa e nas escolas do campo às práticas e ao hábito da leitura e, ao mesmo tempo, garantir-lhes acesso a uma leitura lúdica e reflexiva. Essa medida foi baseada nas seguintes constatações:

- a) os estudantes das escolas do campo/PETI tinham pouco acesso a livros de história; e
- b) a maioria dos professores se preocupava em ensinar a decodificar as palavras sem usar a leitura como instrumento de cidadania e lazer.

25 Doravante nos referiremos ao Projeto Baú de Leituras como PBL.

O Baú de Leituras consiste em uma maleta itinerante composta por obras agrupadas em três eixos norteadores ou “motes”, que orientam a escolha do acervo que compõe cada Baú. O primeiro mote aborda questões relacionadas à identidade pessoal, cultural e local; o segundo, sobre a relação dos indivíduos com a natureza e ambiente; e o terceiro aborda o papel social dos leitores na família e na comunidade. Cada Baú contém 45 volumes com 15 títulos que abordam os três motes. São livros da literatura infanto-juvenil, nos quais podem ser encontradas fábulas, histórias, poemas, lendas indígenas e africanas, dentre outras.

Segundo a cartilha proposta por Baptista *et al* (2006), o PBL tem como objetivos:

- a) despertar nos educadores e educadoras envolvidos/as no Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, quer os/as professores/as da escola regular, quer os/as da Jornada Ampliada, o interesse pela leitura prazerosa, sensibilizando-os/as para gostar de ler, tornar-se educadores/as leitores/as e praticar a leitura com seus alunos/as;
- b) incentivar professores/as e monitores/as e seus respectivos alunos/as para a prática da leitura de histórias infanto-juvenis, como instrumento de conhecer a própria história, aquela da região e do país, de encantar-se e distrair-se, desenvolver a imaginação, a criatividade, a linguagem, o processo de comunicação e reflexão;
- c) fazer a relação texto e contexto, leitura e vida. Desenvolver a habilidade de ler como instrumento de construção da cidadania;
- d) ajudar as crianças a refletirem sobre a sua realidade e aquelas de suas famílias, a partir das histórias lidas, efetivando a relação texto X contexto, leitura e vida.

No ano de sua criação o PBL, atingiu, inicialmente, 675 crianças/adolescentes em 3 municípios. A experiência foi sendo ampliada e, conforme Relatórios do Movimento de Organização Comunitária (MOC)²⁶ (1999-2007), em 2007, o PBL passou a atuar em 52 municípios do estado, envolvendo 28.539 crianças e adolescentes acompanhadas por 1.004 educadores que atuam em, aproximadamente, 942 Baús, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 – Bahia/Brasil: Projeto Baú de Leituras – 1999 a 2007:

ANO	Nº DE BAÚS	Nº DE EDUCADORES	Nº DE CRIANÇAS/ ADOLESCENTES
1999	27	27	675
2000	93	93	2.700
2001	153	153	3.825
2002	560	560	8.400
2003	760	760	19.744
2004	773	773	19.744
2005	785	785	21.611
2006	864	864	26.380
2007	942	1.004	28.539

Fonte: Relatórios MOC (1999-2007).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

No Território do Sisal, em 2007, o PBL foi utilizado em 19 dos seus 20 municípios, envolvendo 13.535 crianças/adolescentes acompanhadas por 478 educadores, conforme Tabela 1.

26 O MOC é uma entidade criada em 1967, sob orientação da Cáritas Brasileira - órgão assistencial fundado em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atualmente, o MOC desenvolve programas em 36 municípios que integram os Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Portal do Sertão, no estado da Bahia/Brasil. Com a missão de contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana, a entidade atua através de sete Programas, desenvolvendo ações nas áreas de comunicação, educação do campo, agricultura familiar, recursos hídricos, gênero, criança e adolescente e políticas públicas.

MUNICÍPIOS	Nº BAÚS	Nº EDUCADORES	Nº CRIANÇAS/ ADOLESCENTES
ARACI	20	20	847
BARROCAS	52	50	1.131
CANDEAL	7	5	143
CANSANÇÃO	16	16	475
C. DO COITÉ	35	31	720
ICHU	14	13	269
ITIÚBA	27	25	598
LAMARÃO	2	2	62
MONTE SANTO	12	13	251
NORDESTINA	49	56	1.582
QUEIMADAS	13	14	398
QUIJINGUE	16	14	416
RETIROLÂNDIA	32	30	659
SANTA LUZ	33	32	1.227
S. DOMINGOS	11	12	263
SERRINHA	34	32	836
TEOFILÂNDIA	40	34	737
TUCANO	7	7	157
VALENTE	56	72	2.764
TOTAL	476	478	13.535

TABELA 1 – Território do Sisal/Bahia: número de baús, educadores e crianças envolvidas no Projeto Baú de Leituras – 2007:

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Segundo Hitti & Souza (2006, p. 137-139), desde 2004, uma equipe do Movimento de Organização Comunitária (MOC), entidade responsável pela implementação do PBL, vem efetuando diagnósticos sobre o mesmo. Essa sistematização identifica alguns indicadores que apontam dados qualitativos do Projeto. Dentre as informações, são apontados o número de crianças e educadores que estão lendo, tanto as obras do acervo como outras; o número de contos, poesias, histórias, paródias, músicas, jornais e murais produzidos por crianças e educadores; identifica a participação de familiares que estão tendo acesso aos livros do Baú; e identifica-se, igualmente, se crianças e educadores fazem apresentações nas comunidades, visando socializar as produções e dar visibilidade ao projeto.

Os dados que compõem o diagnóstico são adquiridos, anualmente, pelos técnicos do Programa de Educação do Campo do MOC juntos aos professores da escola regular e monitores da Jornada Ampliada. Seguem os dados referentes ao ano de 2006 e 2007, conforme Quadro 2.

QUADRO 2 – Território do Sisal: diagnóstico Projeto Baú de Leitura – 2006 e 2007:

DIAGNÓSTICO	2006	2007	TOTAL
NÚMERO DE BAÚS EXISTENTES	363	568	931
NÚMERO DE EDUCADORES ATUANDO COM O BAÚ	381	578	959
NÚMERO DE CRIANÇAS ENVOLVIDAS NO BAÚ	10.652	13.229	23.881
NÚMERO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS	7.277		7.277
NÚMERO DE CRIANÇAS PARTICIPANDO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS		16.062	16.062
ATUAÇÃO NOS ESPAÇOS SÓCIO-POLÍTICOS	4.265		4.265
NÚMERO DE CRIANÇAS E EDUCADORES ATUANDO NOS ESPAÇOS SÓCIO-POLÍTICOS		2.948	2.948
TEXTOS PRODUZIDOS PELA COORDENAÇÃO	373	473	846
TEXTOS PRODUZIDOS PELOS EDUCADORES	5.373		5.373
TEXTOS PRODUZIDOS PELOS ALUNOS	9.193		9.193
NÚMERO DE CRIANÇAS QUE PRODUZEM TEXTOS		17.583	17.583
TÍTULOS DO ACERVO LIDOS PELA COORDENAÇÃO	632	798	1430
TÍTULOS DO ACERVO LIDOS PELOS EDUCADORES	601	609	1210
TÍTULOS DO ACERVO LIDOS PELOS ALUNOS	9.767	8.394	18.161
TÍTULOS DO ACERVO LIDOS PELOS FAMILIARES	1.123		1.123
TÍTULOS LIDOS FORA DO ACERVO DO BAÚ PELA COORDENAÇÃO	637	654	1.291
TÍTULOS LIDOS FORA DO ACERVO DO BAÚ PELOS EDUCADORES	913		913
TÍTULOS LIDOS FORA DO ACERVO DO BAÚ PELOS ALUNOS	4.113		4.113

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

As lacunas constantes no quadro demonstram que o diagnóstico vem sendo aperfeiçoado ano a ano. Fomos informados que, nos primeiros diagnósticos, a participação dos educadores e coordenadores produzindo texto e lendo obras não era exigida, sendo uma prática restrita às crianças e adolescentes. Porém, os idealizadores do projeto passaram a cobrar que

todos os envolvidos - familiares, educadores e coordenadores - participassem do processo de leitura, produção e socialização das experiências.

A leitura dos livros, as produções escritas e as apresentações em espaços públicos, tanto pelos beneficiários quanto pelos professores e coordenadores, constituem o “produto final” dos investimentos públicos, ou seja, se constituem nas metas previstas pelos gestores/entidades responsáveis. Assim, à proporção que esses “produtos” aumentam quantitativamente sinaliza que as propostas/projetos estão indo bem, mesmo que as mudanças qualitativas não estejam no mesmo patamar.

Vale salientar que o PBL se consolidou como um atrativo da Jornada Ampliada do PETI, para além da Bolsa Criança Cidadã. Fizemos entrevistas coletivas, chamadas de grupo focal²⁷, com beneficiários do PETI em Retirolândia, um dos municípios do Território do Sisal, e o PBL foi exaltado como um dos motivos para a frequência diária à Jornada. O grupo focal foi organizado com 10 crianças que participam do PETI no município. Propomos a elas que confeccionassem desenhos mostrando o que mais as atraía no Programa; a figura mais representada foram os livros e o Baú.

Como mencionamos, o Baú é itinerante. Depois de explorados todos os livros com as crianças e adolescentes, ou mesmo com adultos, o educador troca de Baú com outro educador do mesmo município. No geral, essa etapa é festejada,

27 Para Gomes (2005), o grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados, originalmente proposta pelo sociólogo Robert King Merton, com o objetivo de obter respostas de grupos sobre textos, filmes e questões. Gomes (2005, p. 280) salienta, ainda, que Merton recomendava os seguintes procedimentos para a condução da entrevista do grupo focal: 1) os envolvidos no grupo focal devem ter testemunhado um evento em comum; 2) Os elementos sob investigação devem ser examinados antecipadamente, de forma que o investigador vá à entrevista de grupo focal com um conjunto de hipóteses pré-formuladas; 3) O investigador deve desenvolver um guia para a entrevista de grupo focal; 4) A atenção da entrevista de grupo focal deve fixar-se nas experiências subjetivas das pessoas participantes.

se caracterizando como uma oportunidade para os alunos-leitores exporem a aprendizagem através de danças, dramatizações e músicas.

Essa prática, na Jornada Ampliada da comunidade de Lagoa Grande, no município de Retirolândia, se consolidou como um motivo de festa e mudou a dinâmica da Jornada. Durante uma visita à comunidade, conhecemos alguns membros da União da Juventude Popular (UJP), grupo “nascido” como desdobramento das atividades de troca do Baú e que atua em apresentações musicais e danças.

Um dos idealizadores do grupo foi o próprio monitor que atua na comunidade e que começou a estimular a criatividade de jovens artistas durante a atividade de troca de Baú. Essa prática, que em outras Unidades de Jornada Ampliada (UJA)²⁸ acontece sem muito envolvimento dos integrantes do Programa, deu dinamicidade à UJA da comunidade de Lagoa Grande, transformando-a em “Jornada modelo”.

Segundo os integrantes da UJP, a mesma garotada que bagunçava; “jogava comida dentro do filtro”; e “atirava um ao outro contra as cercas” que separam a UJA das demais propriedades, passou da condição de desacreditada à referência. A UJP, formada por egressos e atuais beneficiários, hoje se apresenta em diversos eventos dentro e fora do estado.

Na oportunidade, aplicamos questionários a 99 ex-integrantes do PETI perguntando-os, dentre outras coisas, sobre o motivo de freqüentar a Jornada. Neste universo, 56,6% responderam que o motivo principal era a Bolsa e 31,3% era a Baú de Leituras, conforme Quadro 3.

28 São os locais onde acontece a Jornada Ampliada, esses espaços devem ter infraestrutura adequada ao desenvolvimento das diversas ações educativas propostas pelo PETI.

QUADRO 3 – Retirolândia: motivos para os egressos frequentar a Jornada Ampliada – 2008

MOTIVOS PARA FREQUENTAR A JORNADA	NÚMERO DE RESPOSTAS
BOLSA CRIANÇA CIDADÃ	56
BAÚ DE LEITURAS	31
OUTROS	16
ALIMENTAÇÃO	8

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Considerações finais

As atividades socio-educativas do PETI são precárias. Falta, além de formação dos professores, uma infra-estrutura que viabilize o desenvolvimento das ações educativas, como salas adequadas, quadras de esporte, salas de informática, dentre outros. Algumas unidades da zona rural não contam sequer com energia elétrica. Percebemos ainda, nas pesquisas de campo, que existem incertezas em relação aos rumos do PETI. O Programa vem se descaracterizando e perdendo seus traços originais que prezavam pelas ações sócio-educativas, tanto junto às crianças que freqüentavam a Jornada, como junto às suas famílias. Consequentemente, a Jornada Ampliada e sua principal atividade, o PBL, também, não têm um direcionamento preciso.

Essa instabilidade é fruto da racionalização de gastos com programas sociais, o que em relação ao PETI vem se acentuando desde 2005, quando esse Programa foi integrado ao Programa Bolsa Família. Segundo o Governo, a junção dos dois programas foi uma forma de evitar a duplicidade de benefícios e ampliar o atendimento às demandas registradas do trabalho infantil, permitindo, assim, unificar o valor do serviço sócio-educativo, universalizar o acesso e melhorar a gestão.

Na Bahia, o quadro se mostra bastante problemático, pois o contrato dos educadores está prestes a terminar e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SEDES) abriu

um edital para as entidades da sociedade civil se encarregarem do Programa a partir de 2009. Ou seja, os governantes estão, paulatinamente, transferindo as responsabilidades do Estado, na condição de órgão gestor das políticas públicas, para entidades da sociedade civil organizada.

O fato traz insegurança aos monitores e coordenadores do programa, haja vista que as entidades não dispõem de técnicos capacitados que possam assumir essa tarefa em todos os municípios e territórios, descaracterizando e fragmentando o Programa.

Referências

ALVES, Jussara do Nascimento; BAPTISTA, Francisca M. Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella. **Cartilha Projeto Baú de Leituras**. Feira de Santana: MOC, 2006.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1981.

ATLAS DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de; MENEZES, Wilson Ferreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Fora do lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: ABET, 2000. (Coleção Teses e Pesquisas). V. 2.

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal.

Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 2. p. 275-290, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/715/71570203.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

HITTI, Sueli M. Gonçalves; SOUZA, Zhara Leite. Experiência do MOC (BA) com o Baú de Leitura. In: BAPTISTA, F. M. C.; BAPTISTA, N. Q. (Org.). **Baú de leituras: lendo histórias, construindo cidadania**. João Pessoa, 2006. p. 130-144.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **PETI: manual de orientações**. Brasília: MPAS, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Análise situacional do PETI**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/relatoriofin>>. Acesso em: 14 fev.2008.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO MOC. Feira e Santana: Movimento de Organização Comunitária, 1995-2007.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 376-406.

SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/trabajoifantil_no_brasil.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2008.

A POLÍTICA DE ISENÇÃO FISCAL E A FORMAÇÃO DO POLO CALÇADISTA DO SUDOESTE BAIANO

Carlos Eduardo Ribeiro Santos
Alicia Ruiz Olalde

É notável a discussão a respeito do processo e busca de iniciativas em prol do desenvolvimento. Uma das ferramentas que mais demonstram efetividade, nesse sentido, é a implementação de políticas públicas destinadas a estimular a composição de variáveis que, juntas, possam estabelecer um processo de desenvolvimento regional fundamentado numa estrutura multidimensional (BROSE, 2000). Tal estrutura deve compreender, além do desenvolvimento econômico, também o social, o cultural, o ambiental, bem como o caráter inovador da gestão pública.

Nesse sentido, a implementação de uma política pública que vise à promoção do desenvolvimento tem de apresentar, como resultado, ao menos inicial, o fator econômico e de estabelecer, assim, uma base para as demais dimensões do desenvolvimento regional.

Este artigo, como parte inicial de uma pesquisa de mestrado na área de políticas públicas de desenvolvimento regional, tem o objetivo de estimar, a princípio, os fundamentos e parâmetros de uma política que se intitula com caráter de promocional do desenvolvimento regional. Dessa forma, o artigo trata da política pública de isenção fiscal estabelecida pelo Estado da Bahia, a partir dos anos 1990, a qual teve como objetivo promover o desenvolvimento regional e se constituir como ferramenta para a criação de um polo calçadista na Região Sudoeste da Bahia.

Estruturalmente, a primeira parte do trabalho apresenta uma discussão teórica sobre conceitos de políticas públicas, sua utilização e desdobramentos. Na segunda parte, tratar-se-á da criação do Polo Calçadista da Região Sudoeste da Bahia e, por

fim, serão registradas as considerações preliminares em relação à pesquisa que se inicia e com a qual se pretende entender, a realidade e funcionamento dos objetivos dessas políticas no contexto do desenvolvimento regional, observando se há uma consequência multidimensional ou apenas econômica.

Política Pública: origem e conceitos básicos utilizados

O que vem a ser, de fato, uma política pública? Para Souza (2006), não existe uma definição única. Política pública é “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas” (MEAD, 1995). Outro conceito se refere a “um conjunto de ações do governo que irá produzir efeitos específicos” (LYNN, 1980). Pode tratar-se, ainda, da “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação” (PETERS, 1986).

De uma maneira mais específica, Dye (1984) citado, ainda, por Souza (2006, p.24), garante que a política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Já Laswell (1958) se empenha em defender não a importância de uma definição, mas o interesse da ação, no sentido de que é relevante determinar o que a política é capaz de fazer: “quem ganha com ela? Quem se beneficia? Que diferença ela fará para o contexto existente?”.

Fundamentando-se nestas abordagens, este artigo toma como conceito fundamental, e mais apropriado - no sentido da política pública de cunho social (e nesse intuito a busca do desenvolvimento regional) -, as definições de Lynn (1980) e Dye (1984), permeadas pelas considerações de Laswell (1988). Ou seja, tratar-se-á, neste trabalho, da política pública como a ação do governo no ato de optar por realizar, ou não, determinadas ações de intervenção nos “nós” ou problemas de ordem socioeconômica, de forma que produza efeitos específicos sobre

tais “nós”, para tentar, senão solucioná-los ou desatá-los, ao menos minimizá-los de uma maneira que todos ganhem com esta ação, indiferente ao público ou contexto aplicado (classe social, etnia, gênero, idade ou setor produtivo).

Em um sentido mais amplo, a política pública trata da intervenção estatal em relação a um determinado fato (problema identificado - “nó”) que atrai a atenção do poder público e que precisa, da parte deste, de reconhecimento, de análise e elaboração de alternativas que venham proporcionar as melhorias necessárias. Para Souza (2003), apenas se implementará uma política pública após se reconhecer (pelo poder público) um quadro de necessidade (nó) - “estado da coisa” - e este, por sua vez, se transformar em um problema - “problema de fato” - que precise de intervenção, vindo, então, a ter a devida atenção por parte do poder público.

A análise, formulação, implementação e avaliação de políticas de ação do Estado surgem nos Estados Unidos e na Europa, com objetivos semelhantes, porém sob aspectos opostos. Do ponto de vista estadunidense, tal área surge como disciplina acadêmica que buscava compreender e analisar as formas de ação do Estado - uma maneira de analisar a produção dos governos sob o aspecto estritamente academicista.

Na Europa, contrariamente, a instituição da categoria política pública não surge para acompanhar o andamento da administração governamental, mas para analisar a ação das instituições do Estado e apresentar alternativas ou soluções para o que se considerasse como falha. Assim, segundo Souza (2006),

Na Europa a área de políticas públicas vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o Governo -, produtor, por excelência de políticas públicas. Nos EUA,

ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Assim sendo, de forma contraditória, mas no mesmo sentido, pode-se analisar que o processo de origem das políticas públicas surge como forma de entender porque os governos optam por não atuar em todas as áreas e porque buscam agir em determinada situação em detrimento de outra e não em todas as áreas simultaneamente (no mesmo período de tempo ou de gestão).

A formulação das políticas depende da necessidade de uma intervenção pública. Nem sempre o problema surge imediatamente antes da busca de solucioná-lo. Em algumas situações, o “nó” já convive na sociedade há algum tempo, porém, ainda, não tinha sido “identificado” como problema por parte dos governos. Durante o processo de formulação e implementação de tais políticas, pode-se dar um sentido de cunho elitista, pluralista e/ou estruturalista/funcionalista.

No processo decisório de forma elitista, observa-se sua determinação segundo as intenções/interesses de quem está no poder. O “nó” é identificado e procura-se desatá-lo de acordo com uma percepção “individual” de necessidade ou, talvez, de um ponto de vista paternalista - como podem ser vistas as políticas de desenvolvimento regional baseadas em políticas industriais, as quais definem as regiões “preferidas” de acordo com a disputa ou aliança política.

Acerca do processo estruturalista ou funcionalista de decisão, a intervenção será pautada no atendimento aos pedidos de determinadas classes sociais ou de interesse. Pode-

se utilizar como exemplo as políticas de incentivo ao turismo para o litoral norte baiano, seja doméstico ou internacional; a política agroindustrial, que só atende aos interesses dos grandes produtores rurais, tendo em vista a utilização de grandes áreas rurais e modernos equipamentos - ferramentas indisponíveis para a agricultura familiar (que acaba preterida).

Por último, se evidencia o processo plural de decisão, que abarca a identificação dos “nós” a partir de um processo de organização e pressão social por parte de grupos de interesse em relação ao Estado, exigindo a criação de políticas públicas que venham a solucionar seus problemas. De forma geral, pode-se ter como exemplo, neste sentido, a pressão dos jovens em prol do primeiro emprego - e a criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE); a pressão dos agricultores familiares - e a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a pressão e o clamor social em relação à fome e à pobreza - e a criação do Programa Bolsa Família, entre outros.

Fato determinante para o processo de implementação de tais políticas, seja de cunho social ou econômico, é o interesse do poder público em atuar junto ao problema eleito como prioridade de ação. Nesse sentido, logo de início, a própria escolha de “nó” a ser desatado já perpassa por uma opinião ou análise individual (por parte ideológica ou partidária do governante ou de sua equipe de governo) - como a escolha de determinado bairro a ser asfaltado; determinado local para a construção de uma praça; uma ação que gere emprego em determinado setor produtivo ou para um estrato específico da população etc. Dessa forma, é válido lembrar, conforme afirma Souza (2006), que o desenho das políticas públicas e as regras que regem a sua política gestora de decisão, elaboração e implementação influenciam, também, os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.

A respeito do processo de implementação, para Lowi (1972) citado por Souza (2006), o tipo de política implementada depende do interesse do Estado e de como tal ação repercutirá na sociedade, podendo ser, principalmente: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e/ou constitutivas.

A política distributiva visa a “solução” imediata de determinados “nós” e é implementada em favor de uma parcela específica da sociedade em detrimento do todo. Sua utilização, por ser emergencial, independe, às vezes, dos recursos limitados e podem ser sentidos através de impactos mais individuais que universais - como o Programa Bolsa Família. Assim,

Suas caracterizações por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. [...] Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários (FREY, 200, p. 223).

A política regulatória é mais visível à sociedade já que busca solucionar questões identificadas por determinados grupos de interesse - como a implantação de indústrias em determinados locais em detrimento de outros.

As políticas redistributivas e constitutivas são, talvez, as mais eficientes em prol do saneamento definitivo de pontos de estrangulamento, tendo em vista que não agem de forma específica nem direta como as políticas distributivas e regulatórias, mas de forma ampla e transversal, atingindo e beneficiando toda a sociedade. São políticas mais difíceis de se implementar, tendo em vista o seu caráter amplo, já que nem sempre beneficiará a todos da mesma maneira - como a política agrária, a previdenciária, a política tributária. Uma classe tende a se sentir prejudicada, quase

sempre as classes sociais mais “abastadas”: grandes capitalistas ou proprietários de grandes áreas rurais. Sendo assim,

São orientadas para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros diretos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade (FREY, 2000, p. 224).

As políticas podem ser, ainda, horizontais e/ou transversais. Sendo as primeiras diretivas, abrangem, apenas, uma parcela específica da população (ou segmento). As segundas são mais amplas, pois, mesmo com um objetivo específico, irão abarcar diversos grupos com suas medidas. Pode-se observar como uma política horizontal a política agroindustrial que, diretamente, só atingiria a uma parcela da população (os grandes produtores rurais). Quanto à política transversal, observe-se o PRONAF ou o PNPE que, embora seja voltado para os agricultores familiares e jovens, respectivamente, atingirão outros grupos de pressão como as mulheres e os negros (discriminados, ainda, no mercado de trabalho).

A implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam aplicadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação de políticas, com base num diagnóstico prévio alcançado na fase de pré-formulação, na qual se definem as metas, os recursos e o tempo necessários para se obter os resultados esperados. Entretanto, para Silva e Melo (2000), o processo de implementação é visto como um jogo de interesses no qual só quem tem voz, vez e poder de decisão é o gestor governamental, o que acaba por implementar políticas orientadas de cima para baixo, de acordo com os interesses do gestor. O fato do individualismo político, mesmo quando se trata de uma ação geral e que visa atingir uma amplitude social em relação às decisões implementadoras em política públicas, fica evidente, a partir da análise de Klaus Frey (2000) que:

As reações e expectativas das pessoas afetadas por modelos políticos têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação [de políticas]. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político (FREY, 2000, p. 223).

As fases pelas quais passam a política pública são identificadas como ciclo político ou ciclo da política e registram os processos de formulação, implementação e avaliação/ controle dos impactos das políticas públicas. Nesse sentido, a etapa mais conturbada e controversa é a de avaliação, tendo em vista o seu objetivo que é a apreciação da efetividade das políticas implementadas. Nessa fase, deve-se observar a real influência da política junto ao seu objetivo, buscando determinar pontos fracos e fortes e a busca de suas melhorias. Em alguns casos, pode-se ainda cancelar a política por falta de efetividade ou a readequação ao contexto necessário.

Porém, o processo de avaliação de políticas encontra, segundo Faria (2005), diversos impedimentos que levam a uma avaliação não eficaz do processo, sendo, entre eles, o principal, o fato de o próprio Estado avaliar a efetividade ou não de sua ação (a política pública). Nesse processo, tais avaliações expressarem um simples “jogo de valor” em relação aos interesses governamentais, o que nem sempre expressa a real “utilidade” da política.

Ainda no contexto teórico da política pública, é importante evidenciar a diferença entre uma política de Estado e uma política pública na origem de seu sentido. Pode-se destacar que a política de Estado é uma política pública, mas uma política pública nem sempre é uma política de Estado. A política de Estado apresenta-se como um conjunto de ações que, prioritária e exclusivamente, tem de ser desenvolvida pelo Estado em relação ao bem estar social, político e/ou econômico, tal como a política monetária,

a política cambial, educacional e/ou a de segurança nacional. Já a política pública é uma ferramenta diretiva, por meio da qual se construirá um arcabouço de ferramentas e objetivos que possam solucionar o problema em questão (nó), muitas vezes como resultado da falta de eficiência da política estatal específica.

A Política Pública e sua Aplicação ao Desenvolvimento: a ferramenta da isenção fiscal na Bahia

Do ponto de vista produtivo, a Bahia figura como uma das maiores economias nacionais. Segundo o IBGE, o Estado se apresenta como a sexta economia brasileira e responde por 1/3 da atividade econômica nordestina. Entretanto, pode-se observar que este perfil foi construído baseando-se numa concentração dos parques industriais em torno dos grandes centros urbanos, principalmente o da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A partir dos anos 1970, começa a ser estabelecido um processo de descentralização industrial nacional que vem, de fato, tomar fôlego nos anos 1990 devido ao processo de globalização e estabilização econômica e à competitividade privada aliada à sua busca por conquistar maiores parcelas de mercado. Nesse sentido, segundo a observação de Souza e Pacheco (2003), a partir dos anos 1990, as mudanças pós-estabilização econômica induziram ao uso de novos parâmetros de desempenho e competitividade por parte das indústrias e também pelos Estados da Nação que tomaram para si uma maior participação ativa, no que tange à busca e ao direcionamento dos projetos industriais. Assim, Brandão (2004) destaca que:

Durante os anos 90, a caracterização dos movimentos regionais da atividade econômica

em geral tornou-se mais complexa. Tivemos mudanças no padrão de consumo nacional, queda geral da massa de rendimentos, acentuação do processo de concentração de renda e riqueza, o aumento do poder da grande empresa (nacional e estrangeira) no Brasil. {...} A ação estatal esvaziava-se com o deslocamento das “estratégias territoriais” do âmbito público (do planejamento regional) para o âmbito privado (das estratégias empresariais) e com a transformação das instituições responsáveis pelo planejamento regional em meras agências de repasse de fundos (BRANDÃO, 2004, p.12).

Após um período em que a concentração industrial estadual tendia a se manter numa determinada região, observa-se que, nos anos 1990, foi possível uma

Reaglomeração de setores industriais tecnologicamente mais desenvolvidos e intensivos em capital e mão-de-obra especializada nas Regiões Sul e Sudeste, paralelamente a um brando movimento de desconcentração industrial motivado principalmente pelo amplo oferecimento de incentivos fiscais, ao baixo custo da mão-de-obra e pela melhoria da infraestrutura, favorecendo a periferia nacional, sobretudo com investimentos em setores com menor conteúdo tecnológico (BRANDÃO, 2004, p.12).

Nesse sentido, o Estado da Bahia passa a adotar políticas de desenvolvimento regional, através do estímulo à implantação de indústrias e/ou parques industriais nas mais diversas regiões de seu território, além da RMS. Essa política é fundamentada na criação, em 1991, do Programa de Promoção

do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) que, segundo Pessoti, Sampaio e Spínola (2008, p. 10), “contribuiu para mitigar os impactos funestos do cenário recessivo brasileiro sobre a estrutura produtiva baiana”. A meta do programa era diversificar o setor industrial baiano por meio da interiorização da produção industrial, criando, assim, um “ambiente mais dinâmico no Estado, produzindo vetores de desenvolvimento nas mais diversas regiões” (PESSOTI; SAMPAIO, SPÍNOLA, 2008, p.10). E objetivava, ainda, “fortalecer a economia baiana e proporcionar seu recrudescimento assentado em um vetor de crescimento endógeno menos dependente do ambiente externo” (PESSOTI; SAMPAIO, SPÍNOLA, 2008, p.12).

Esta política de descentralização industrial é analisada por Diniz (2004) como uma das principais ferramentas de geração do desenvolvimento, pois a criação de aglomerados industriais gerará investimento de outras empresas que alimentará o processo de concentração e, assim, uma revitalização ou ampliação da capacidade regional. Dessa forma, o Estado passa a promover um processo de desenvolvimento das regiões mais atrasadas de seu território, por meio de políticas públicas diretas (como a política de isenção fiscal), buscando potencializar o desenvolvimento.

A política de atração de investimentos industriais tem como objetivo principal alcançar um processo de desenvolvimento baseado, conforme Lastres e Cassiolato (2003, p.11), “na reunião de empresas, especialmente em regiões pouco desenvolvidas e de baixo nível de emprego”; contando, ainda, que os novos investimentos instalados em bloco ou na construção de um polo industrial evidenciam a possibilidade da atração de outros investimentos ligados ao principal. Observa-se, também, que no caráter regional/local

A aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias coletivas geradas por suas interações, e destas com o ambiente onde se

localizam, vêm efetivamente fortalecendo suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p.11).

A isenção fiscal, então, pode ser considerada, ainda, do ponto de vista teórico, uma política de desenvolvimento regional formulada de maneira elitista e/ou estruturalista e implementada de maneira regulatória e com objetivos transversais. Ou seja, possui um perfil elitista e estruturalista no sentido de que pretende criar um conjunto de instrumentos que possibilite o desenvolvimento regional baseado na criação de uma estrutura industrial (exógena), em que a cultura local não perpassa, ainda, por uma prática da atividade de forma ampla e especializada; e é, também, elitista por se tratar de um mecanismo voltado a uma parcela específica da população - os grandes industriários - que estão diretamente ligados às estruturas de poder e com mais fácil acesso ao plano gestor. A sua formulação é planejada para garantir uma estrutura de benefícios que somente serão acessados (diretamente) por essa classe, tendo os outros estratos sociais benefícios secundários.

A implementação de forma regulatória registra o caráter diretivo do governo em criar a estrutura necessária para o funcionamento da política, como a manutenção da isenção fiscal e a subvenção na construção da estrutura de atração dos investimentos industriais.

No que tange à ação da política, tendo em vista seu caráter elitista e estruturalista, ela tende a ser considerada de caráter horizontal, mas num sentido mais amplo de seus resultados e, por buscar um desenvolvimento regional, ela apresenta uma característica transversal - afinal, o alcance do desenvolvimento vai abarcar a ampliação dos preceitos econômicos e sociais, como a inclusão social, a ampliação do mercado de trabalho, da renda

do trabalhador e, dessa forma, de maneira “indireta”, a política atinge todos os indivíduos que estão ao redor da indústria instalada (objetivos secundários que compõem o objetivo principal).

E no compasso do desenvolvimento regional multidimensional, os mesmos autores garantem que a formação do aglomerado produtivo tende a “equacionar o aproveitamento, mobilização e irradiação de potencialidades e sinergias locais, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p.26).

O Processo de Instalação das Indústrias de Calçados na Bahia

Como já foi exposto, na década de 1990, o Governo do Estado da Bahia passa a se utilizar do modelo federal de atração de investimentos e começa a empregar a isenção fiscal como política pública de atração industrial. Assim, Souza e Pacheco (2003) destacam que o Estado da Bahia aposta na dinamização da economia estadual, respaldada na expansão e no fortalecimento das bases produtivas, bem como na diversificação das atividades setoriais estimuladas por políticas de desenvolvimento que visam ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sócio-regional.

O uso de políticas de atração de investimentos industriais demonstra a necessidade de ferramentas que possam descentralizar o sistema industrial nacional. A situação e a necessidade de mudanças no quadro de centralização são definidas por Brandão (2004) da seguinte forma:

Apesar do crescimento medíocre e desarticulado dos anos recentes, a dinâmica regional brasileira se mantém sob o comando da economia paulista, com persistência de relações centro-periferia. Permaneceu uma divisão inter-

regional do trabalho a partir de **um núcleo de acumulação de capital** no país, que concentra os segmentos mais importantes e estratégicos da estrutura produtiva nacional e, particularmente, os setores industriais mais modernos dos grupos de bens de consumo não-duráveis, de bens intermediários e de bens de capital e de consumo duráveis; e **uma periferia**, com baixa auto-determinação de crescimento, continuando bastante subordinada às decisões cruciais cêntricas (BRANDÃO, 2004, p. 11 - grifos nossos).

As políticas estaduais, inclusive a baiana, foram adaptadas da política nacional de descentralização industrial que planejava fomentar uma integração nacional e industrial fora do eixo Rio-São Paulo. No caso específico da indústria do calçado, observa-se que

Parte substancial dos investimentos nestes setores, que se desconcentraram geograficamente orientados pelas fontes de recursos naturais ou por políticas governamentais, ainda são maturações do II PND²⁹, com pequenas alterações na década de 90 em termos de montagem de novas plantas (*greenfields*). O grupo produtor de bens tradicionais, basicamente calçados de couro, vestuário e têxteis não-padronizados, agroindústria de alimentos de baixa elaboração e bebidas puderam apresentar alguma trajetória centrífuga, em direção a áreas bastante específicas da periferia nacional (BRANDÃO, 2004, p.10).

29 Segundo Silva (2003), o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foi parte integrante e núcleo da estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro para o período 1974-1979. Contava com uma política industrial e teve como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e de insumos básicos, além do fortalecimento da empresa privada nacional.

E ainda:

Esses segmentos produtivos lograram se desconcentrar, pois se caracterizam por ser pouco exigentes de ambiente mais complexo de externalidades e, assim, puderam ser atraídos para vários polos periféricos de maior porte, sobretudo em espaços metropolitanos, através de ampla concessão de subsídios e outros fatores, custos salariais menores, maior flexibilidade trabalhista e ambiental e, alguns casos, pelo fácil acesso a recursos naturais abundantes e baratos (BRANDÃO, 2004, p.10).

Nesse contexto, ganha destaque a isenção fiscal como política de atração de investimentos³⁰, cujas vantagens fiscais oferecem às empresas a oportunidade de escolher ambientes que melhor expressem condições para a instalação de suas atividades. Sobre este aspecto, Souza e Pacheco (2003) afirmam, ainda, que as políticas estaduais de desenvolvimento industrial, cujas dimensões são dadas pela “guerra fiscal³¹”, pressupõem a capacidade de induzir novos investimentos, bem como de determinar a sua localização espacial.

30 Para Santos e outros (2002), a política de incentivos fiscais possui, também, um aspecto financeiro e estrutural, sendo composta pelos benefícios fiscais (estaduais e municipais), isenção do imposto de renda, concessão de empréstimos bancários com o Estado como avalista, além do apoio institucional através do fornecimento de área para implantação da fábrica, garantia de sistema de escoamento da produção (rodovias: construção e/ou manutenção) e infra-estrutura física (prédios, água, luz, comunicação etc).

31 O termo “guerra fiscal” é utilizado para designar o “leilão” de vantagens que os governos (estadual e municipal) oferecem às indústrias para que escolham sua localidade como novo *locus* produtivo. A empresa aguarda até o momento em que mais benefícios lhes são ofertados para definir a sua instalação. Quanto mais benefícios, maior será a atratividade local. Inclusive, segundo Souza e Pacheco (2003), a Bahia registrou, no auge do processo de atração de novos investimentos, altos níveis de renúncia fiscal, muitas vezes através de uma política mais vantajosa e agressiva que as oferecidas por outros estados.

Assim, pautados na quantidade e qualidade dos benefícios oferecidos, a indústria irá escolher o Estado onde se instalar e, nesse sentido, proporcionar uma ferramenta ao processo de desenvolvimento daquela região escolhida. Entretanto, é importante salientar que a utilização dos benefícios implementados pelas políticas do Estado, por meio das indústrias, acompanha uma necessidade própria delas, inerente ao sistema capitalista e ao aumento da competitividade que as levou a buscar, assim, uma mudança de ambientes para onde a percepção de lucratividade fosse melhor sentida, e que encontrou no interesse dos Estados, quanto à promoção do desenvolvimento de suas regiões, aparato estrutural propício aos seus interesse, conforme asseguram Ferreira Júnior e Santos (2006).

A primeira iniciativa de política pública com esses objetivos foi o PROBAHIA que contava, também, com outras políticas diretas de atração de investimentos para setores específicos da produção. Sobre o PROBAHIA pode-se afirmar que:

Declaradamente, as políticas formuladas pelo governo baiano na década de 1990 tiveram como objetivo a indução de um novo ciclo de acumulação visando superar as dificuldades manifestadas anteriormente e impulsionar a economia para um patamar de competitividade condizente com a nova realidade. As prioridades foram dirigidas para a interiorização da indústria e a diversificação produtiva - principalmente através da implantação de indústrias de bens de consumo, e ao adensamento das cadeias produtivas do estado, estimulando uma dinâmica econômica endógena, setorialmente encadeada, menos suscetível aos “espasmos” da demanda de outras regiões (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p.6).

Em 2002, é lançado pelo governo baiano uma nova ferramenta de ação, o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), com intuito de unificar o PROBAHIA e os demais programas setoriais existentes. É um novo mecanismo de desenvolvimento proposto pelo Estado que amplia os objetivos anteriores através do estabelecimento de metas de longo prazo e da diversificação da matriz industrial, incluindo a agroindústria. No caráter multidimensional do desenvolvimento regional, a política abarcava todas as ferramentas ideológicas necessárias:

O DESENVOLVE foi acoplado a uma visão de longo prazo, inserindo-se no planejamento estratégico do governo do estado da Bahia como um mecanismo capaz de aumentar a competitividade empresarial, o aporte de tecnologia e melhoramentos na deficiente infra-estrutura estadual. A ideia traçada pelo planejamento governamental era, em um horizonte de 20 anos, tornar a Bahia socialmente justa e coesa, economicamente diversificada e competitiva, espacialmente integrada e ambientalmente limpa (PESSOTTI; SAMPAIO; SPÍNOLA, 2008, p.17).

Tais objetivos foram traçados com base no planejamento estratégico baiano para o período 2003-2006, o qual determinava que:

O acirramento da concorrência empresarial demanda políticas de incentivos voltadas para a articulação das cadeias produtivas, envolvendo o fortalecimento tecnológico, a capacitação de pessoas e a redução de custos de produção e de circulação interna. A Bahia do futuro deve estreitar os vínculos intersetoriais, adensando e verticalizando as cadeias produtivas existentes,

inclusive com a ampliação de sua rede de serviços. Deve ser capaz, adicionalmente, de inovar e desenvolver um aparato técnico-científico e de infra-estrutura que garanta a competitividade dinâmica de sua economia. Vislumbra-se um cenário de incremento da ação competitiva de pequenas e médias empresas, geradoras de emprego e articuladoras da rede de relações intersetoriais (BAHIA, 2003, p.41).

Utilizando-se da estratégia criada pelas políticas de atração fiscal, e pautada na busca de novos espaços geográficos de produção e mercado consumidor, a indústria de calçados passou a se descentralizar. No caso específico dessa indústria, percebe-se que a mudança do centro de produção se deu de maneira diferente aos demais setores produtivos. As grandes indústrias de alta tecnologia, por exemplo, orientaram suas localizações (seus investimentos) de acordo com as vantagens aglomerativas (proximidade de parceiros produtivos, mercado de consumo, acesso fácil e barato ao sistema de distribuição da produção), se dirigindo aos grandes centros regionais. Ao contrário dessas indústrias, a produção calçadista (embora utilize, em sua cadeia produtiva, elementos de alta tecnologia) procurou se instalar em regiões sem nenhuma ou pouca cultura produtiva de calçados ou produtos similares, levando em consideração como vantagens, principalmente, fatores como o baixo custo de produção (seja pela quantidade ofertada da mão-de-obra e/ou pelo valor mais barato da mesma). Destinou sua realocação espacial em prol de benefícios de custo e da aquisição de possíveis novos mercados consumidores. Tais indústrias optam, inclusive, pela saída da proximidade de polos já configurados e bem-sucedidos, como ocorreu na mudança de empresas dos polos calçadistas de Franca e Birigui no Estado de São Paulo e do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul para a Região Nordeste.

A indústria de calçados hoje existente no estado da Bahia é fruto da política de incentivos fiscais e creditícios iniciada a década de 1990. (...) Empresas de médio e grande porte foram atraídas ao estado, todas portadoras de marcas consolidadas no mercado nacional e com forte orientação exportadora. Somam-se aos incentivos fiscais três fatores de atração: proximidade aos emergentes centros de consumo após o Plano Real, disponibilidade de mão-de-obra barata e pressões sindicais mais fracas que nos principais centros produtores do país (SPÍNOLA, 2008, p.166).

Esse processo de mudanças locacionais é diagnosticado por Santos e outros (2002) como resultado das importantes transformações sentidas pelas indústrias de calçados brasileiras após os anos 1990, principalmente estimuladas pela necessidade de fazer frente às concorrências externa e interna (influenciadas pela adoção dos moldes de produção internacional) e pautadas, ainda, no desejo de se estabelecerem enquanto quarto maior produtor e exportador mundial.

Considerando esse quadro de motivações no tocante à realocação espacial, Carneiro (1999) assegura que essa indústria tem mudado seu eixo de produção devido aos elevados custos produtivos do calçado, já que não há meios de diminuir tais custos com a automação da mão-de-obra³². Passam, então, a procurar por locais onde este fator produtivo seja mais barato, o que leva a um rendimento maior do trabalho e, em conseqüência, a lucros mais altos.

Com esse contexto, e, principalmente devido às vantagens fiscais e de custos encontradas na Região Nordeste, grande

32 Por se tratar de um processo de fabricação, quase na sua maioria, artesanal, excluindo-se daí apenas o corte do couro que é realizado por sistemas de computação para melhor aproveitamento da peça. Ademais, o processo de produção é todo artesanal.

parcela de indústrias de calçados para lá se dirigiu, em sua maioria para os estados do Ceará e Bahia.

Quanto à chegada daquelas na Bahia, entre 1992 e 2001, segundo Souza e Pacheco (2003), contou-se com a implantação de 47 empresas do ramo calçadista, o equivalente a 17,22% de todos os projetos industriais executados no Estado naquele período, num total de R\$ 480 milhões em investimentos e, projetando-se que, até 2007, os investimentos no setor chegariam a cerca de R\$ 774 milhões.

Em relação à geração de empregos, menciona-se que o setor calçadista é responsável por cerca de 21,7% do total das novas posições criadas no período, além de incluir a Bahia no ciclo do mercado exportador de calçados, proporcionado pelo fato de que das vinte maiores empresas exportadoras do Brasil, sete se instalaram e permanecem no Estado, entre elas, a Azaléia, considerada a maior indústria nacional de calçados.

A instalação destas indústrias no Estado demonstra sua importância só pelo simples fato de ser acompanhada por um processo de geração de empregos. De acordo com o Gráfico 1, fica evidente que, embora os investimentos calçadistas e têxteis tenham representado (entre 1999 e 2005) uma das menores parcelas de inversões, estes setores foram os principais responsáveis pela geração de empregos diretos. E ainda, para a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado (SICM), em 2005, só a indústria calçadista (desmembrada da têxtil e de vestuário) foi responsável por quarenta mil novos empregos (ou 27,16% dos empregos gerados na Bahia).

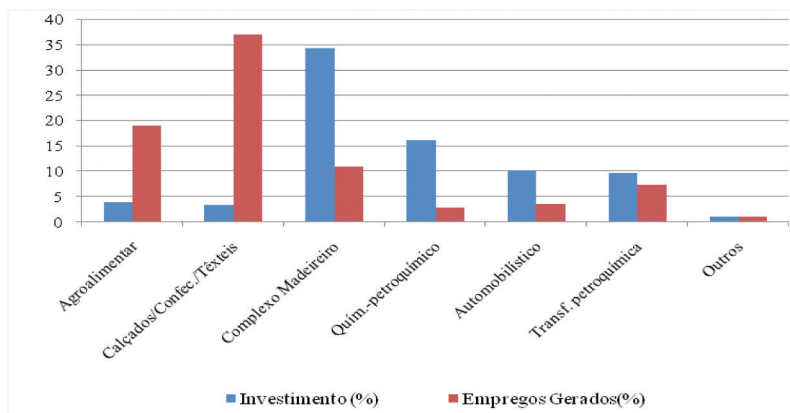


GRÁFICO 1 – Investimentos e empregos diretos industriais realizados na Bahia, 1999-2005 (em %)

Fonte: PESSOTI; SAMPAIO; SPÍNOLA (2008) / elaborado pelo autor.

A partir de dados extraídos da RAIS³³ e do CAGED³⁴, relativo à evolução do quadro de empregos e estabelecimentos existentes na Bahia, o Gráfico 2 mostra que o número de indústrias aumentou cerca de 37% entre 1999 e 2006 (de 161 em 1999 para 221 em 2006). Quanto aos empregos gerados, em 1999, as 161 indústrias existentes, juntas, empregavam 4.967 funcionários. Em 2006, as 221 indústrias já empregavam 23.969 trabalhadores, registrando um acréscimo de 388% na geração de empregos. Ou seja, embora a quantidade de indústrias instaladas entre os anos de 1999 e 2006 tenha sido importante (60 unidades), o que gerou uma evolução positiva de empregos, foi o tamanho da indústria e a sua capacidade de contratação de mão-de-obra.

33 Relação Anual de Informações Sociais processada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

34 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados processado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

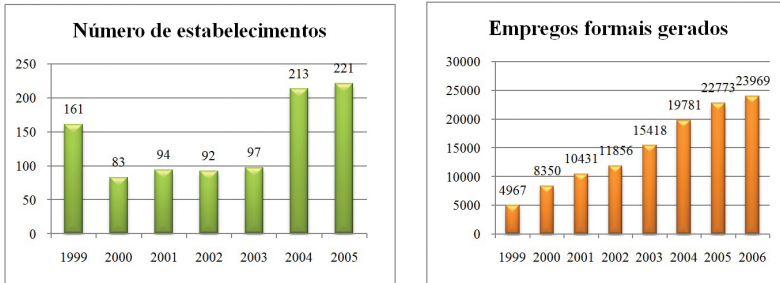


GRÁFICO 2 – Evolução dos Números de Estabelecimentos e de Empregos

Formais, Bahia – 1999-2006

Fonte: RAIS (1999-2005); CAGED (2006); SPÍNOLA (2008) / elaborado pelo autor.

O polo calçadista no Sudoeste Baiano

O Sudoeste da Bahia é considerado de grande importância nesse contexto, tendo em vista que dentre o total das 47 indústrias instaladas na Bahia, inicialmente, 40 delas (incluindo a Azaléia) se dirigiram para esta região, centralizando sua produção, principalmente, nas cidades de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, contribuindo, assim, para a formação, no recorte espacial, do principal aglomerado calçadista da Bahia e do Nordeste, tanto no que tange ao número de indústrias quanto em investimento e geração de empregos.

É válido sinalizar que a composição do Polo Calçadista da Região Sudoeste Baiana se configura não apenas pela instalação de indústrias específicas de produção de calçados, mas também pelo estímulo à instalação de fabricantes de insumos. Nesse sentido, observa-se a concentração das indústrias de insumo em cidades menores e as indústrias de fabricação do produto final (o calçado) em cidades como Itapetinga e Jequié. Previu-se, inclusive, até o fim de 2008, a implantação de mais quatro empresas na região, com investimentos totalizando cerca de R\$ 40 milhões e gerando, aproximadamente, mais mil novos

empregos (Tabela 1).

CIDADE	EMPRESA	INVESTIMENTO (R\$)	Nº DE EMPREGOS
Itapetinga	Diklatex (componentes)	4.000.000,00	200
Poções	Dakota do Brasil (calçados)	3.000.000,00	300
Vitória da	Dilly Calçados (componentes)	29.900.000,00	500
Conquista	Indústrias Tonin do Nordeste Ltda	130.998,00	
TOTAL PREVISTO		37.030.998,00	1.000

TABELA 1 – Indústria Calçadista, empregos e investimentos previstos - Região Sudoeste, 2005-2008.

Fonte: BAHIA (2006) / elaborada pelo autor.

A Tabela 2 registra a quantidade de estabelecimentos e empregos gerados pelas indústrias de calçados na Bahia, segundo a região econômica em que se encontram. Pode-se observar que a quantidade de empregos gerada pela indústria de calçados na Região Sudoeste (em suas 46 unidades indústrias), representa mais de 50% da quantidade de vagas geradas pelo setor em todo o Estado. E a quantidade de indústrias presentes na região representa 48,42% do total existente no Estado, demonstrando a existência de uma concentração de indústrias de calçados na Região.

REGIÃO / CIDADE	INDÚSTRIAS	
	Nº de estabelecimentos	Nº de empregos
REGIÃO SUDOESTE:	46	10.619
Itapetinga	6	4.480
Jequié	21	1.590
Vitória da Conquista	9	1.758
Itororó	3	985
Macarani	2	600
Itambé	2	502
Maiquinique	1	312
Firmino Alves	2	392
Outras regiões baianas	49	10.057

TOTAL	95	20.676
-------	----	--------

Obs: a cidade de Ipiáú não aparece por não possuir nenhuma fábrica de calçados instalada, apenas indústria de suplementos.

TABELA 2 – Indústria Calçadista, Estabelecimentos e Empregos – Região Sudoeste, 2005

Fonte: RAIS (2005); SPÍNOLA (2008) / adaptado pelo autor.

Primeira Análise sobre o Impacto da Indústria Calçadista no Desenvolvimento Regional do Sudoeste Baiano

Em contraposição aos benefícios que tais instalações podem trazer para a região onde estão se fixando, podem surgir impactos que vão de encontro ao objetivo da política pública de desenvolvimento. Vale ressaltar que fatores negativos podem ser relacionados ao processo, como, por exemplo, a flexibilização das relações de trabalho. Esta tem sido a principal causa de críticas às indústrias calçadistas pois, tentando diminuir ainda mais os custos produtivos (além da busca de regiões com mão-de-obra mais barata), elas preferem contratar seus trabalhadores através de um processo de flexibilização da mão-de-obra (por intermediação de cooperativas). Ou seja, desta forma, não precisam arcar com as obrigações trabalhistas que lhes caberiam, e aos detentores da mão-de-obra, por serem cooperados, também não será possível a aquisição desses direitos (férias, 13º salário, entre outros).

Outro ponto negativo é que uma das contrapartidas da política de atração de investimentos (pela isenção fiscal) prevê o fortalecimento da economia regional com base na captação e produção de insumos/matérias-primas na própria região, seja por meio dos produtores locais já existentes ou através dos novos que se instalarão (empresas secundárias que se instalariam como reflexo da criação do polo industrial). Porém, observa-se que isso não acontece. Questiona-se que os insumos (produzidos

na região) são de qualidade inferior aos produzidos no sul do Brasil e, por isso, os trazem de lá. Existe, ainda, uma crítica ao formato da criação do polo que apresenta a justificativa de que a tentativa de uma instalação pulverizada das indústrias de insumos (em municípios distantes um do outro dentro da mesma Região Sudoeste) não garantiu a atração de empresas secundárias à calçadista.

Entretanto, pode-se verificar que, mesmo em relação aos insumos ofertados em grande quantidade na região, como acontece com o couro bovino³⁵, as indústrias preferem adquirir esta matéria-prima da região Centro-Sul do Brasil. Nesse sentido, a determinação da política de incentivo ao investimento não logrou êxito, pois, mesmo a Região Sudoeste propiciando uma oferta regular de matéria-prima natural para o calçado (o couro), ainda assim as indústrias lá instaladas continuam não respondendo à sua contrapartida, usando como justificativa a “má-qualidade” do couro bovino baiano.

Considerações Finais

Tendo como base o caráter multidimensional do desenvolvimento, levando em consideração as dimensões social, ambiental e econômica, além da gestão pública consciente e participativa, busca-se tornar este estudo uma ferramenta de análise quanto à política pública de isenção fiscal e seu “possível” papel como geradora do desenvolvimento regional.

Não se pode negar o sucesso do objetivo inicial de atrair investimentos industriais. Percebe-se, de acordo com dados da SEI³⁶, um incremento de aproximadamente 58,6% no PIB

35 Um dos motivos para o Estado estimular a instalação deste setor na Região Sudoeste foi o fato da mesma ser a maior produtora de gado do Estado.

36 Superintendência de Estudos Econômicos Sociais da Bahia. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>.

da região Sudoeste, entre os anos de 2002 e 2005; sendo essa variação perceptível nos municípios que abrigam as indústrias de calçados, como Itapetinga (com crescimento de 100% entre 1999 e 2005), assim como em Jequié (192,45%) e Vitória da Conquista (417%).

Assim, se houve crescimento econômico regional, conseqüentemente, atrelado a ele pode-se observar um aumento da capacidade produtiva dada pela expansão dos meios de produção estimulada pelo aumento da renda agregada, percebendo-se, então, mais de uma década após as primeiras instalações, na região Sudoeste Baiana, das indústrias de calçados, um real desenvolvimento econômico. Mas, conta-se, apenas, com crescimento e desenvolvimento econômico? A política pública em questão apresentou plenos resultados ou apenas efeitos parciais? Afinal, para Monastério (2005), a experiência existente, na aposta da criação de políticas públicas de desenvolvimento regional com base no investimento em fatores tradicionais de crescimento econômico, como a indústria, mostrou-se incapaz de gerar condições suficientes para garantir um desenvolvimento de longo prazo.

Além disso, outra discussão relativa à tentativa de se estabelecer um processo de desenvolvimento regional baseado na implantação de indústrias, estimulado pela política de isenção fiscal, é que existe a tendência à saída da empresa da região ao fim do período de isenção. Nas palavras de Ferreira Júnior e Santos (2006), quando se baseia a competitividade em políticas de incentivos fiscais, se registra uma política de difícil sustentação a longo prazo, pois as empresas beneficiadas não se preocupam em desenvolver um processo produtivo nessa região, pois sua competitividade no mercado é dada pela diminuição dos custos de produção dado pela isenção fiscal e não pela estrutura produtiva. Futuramente, ao terminarem os incentivos, as empresas se mudam para outras localidades que se encontram

“sedentas” em recebê-las, com um mesmo quadro de benefícios fiscais, como tem acontecido com as novas indústrias de calçados que se dirigem a Bahia deixando o Estado do Ceará.

No sentido dessas mesmas considerações, é necessário ter cuidado ao determinar que a implementação de políticas públicas de isenção realizadas através da guerra fiscal pode fomentar o desenvolvimento regional, afinal, deve-se observar que

Essa luta dos lugares para realizar a melhor “renda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento em longo prazo das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento (BRANDÃO, 2004, p.13).

O desenvolvimento regional deve ser multidimensional. O primeiro passo é o crescimento econômico gerado pelo aumento da renda local em conjunto com a expansão do mercado de consumo, levando ao fortalecimento da economia local e à inclusão social, passo inicial que pode ser acompanhado pelo processo de implantação das indústrias de calçados na Região Sudoeste da Bahia. Para Kliksberg citado por Brose (2000), a partir de então, havendo o crescimento econômico, haverá meios para se apoiar o desenvolvimento social - base para um desenvolvimento regional de longo prazo.

Buscando um passo na trilha do desenvolvimento, é necessário que o Estado se faça presente, não apenas acompanhando o processo, mas interagindo com políticas públicas complementares e realizando uma constante avaliação das políticas implementadas. Daí surge a necessidade da

inovação da gestão pública. O Estado tem que ser participativo, transparente e inteligente. Um Estado empreendedor é fundamental no processo do desenvolver, abrangendo, inclusive, a pauta ambiental através de um processo de cooperação entre as instâncias sociais - Estado, sociedade civil e iniciativa privada -, para gerar planos e regras que possam inaugurar/manter um sistema eficiente de gestão ambiental.

O questionamento quanto à eficiência da política de isenção fiscal é tácita quando se acompanha o exposto por Pires, Müller e Verdi (2006), ao afirmarem que o desenvolvimento local deixou de ser visto apenas do ponto de vista economicista, institucionalista e sistêmico. Agora o desenvolvimento regional tem de ser um misto de teoria, observação e prática na construção de um desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável.

Filosoficamente, segundo Schneider (2004), não se pode deixar de sinalizar que, mesmo de forma a estimular um processo de desenvolvimento, seja local ou regional, a imposição externa de políticas pode descaracterizar o processo, tendo em vista que nem sempre o local vai estar preparado para abrigar determinado empreendimento e, pior ainda, pode não suportar os desdobramentos que este pode registrar (flexibilização da mão-de-obra, degradação ambiental etc). A imposição de uma visão ou ação pode se transformar em uma arbitrariedade e numa situação em que o regional será suprimido pelo enfoque territorial ou global.

Além disso, seria importante uma participação coletiva na construção das políticas - no processo de formulação - para que se garanta o real objetivo das mesmas, que é a busca de melhorias das situações às quais as políticas se destinam. Tal necessidade é expressa por Dagnino (2004) quando afirma que, para as políticas de fato funcionarem de forma eficaz, seria necessário um processo de formulação conjunta entre o Estado, grupos sociais

e interessados, diretamente, no objetivo da política, evidenciando a necessidade de um processo participativo que poderia ser realizado através de ferramentas criadas no processo de inovação da gestão pública, como os conselhos e comitês administrativos e o planejamento participativo.

A inquietação quanto a estas respostas preconiza a necessidade de um estudo (que será contemplado por uma pesquisa futura) que poderá nos causar surpresas e, ao mesmo tempo, mostrar que, embora as circunstâncias cotidianas demonstrem que, possivelmente, tenha havido apenas crescimento econômico na Região Sudoeste da Bahia, a ferramenta da política pública de isenção fiscal tenha, de fato, contribuído para o processo de desenvolvimento, multidimensional, da região.

Referências

- BAHIA. Secretaria do Planejamento (SEPLAN). Bahia: investimentos industriais previstos 2005-2008. **Série Políticas Públicas**. Salvador-BA: SEPLAN, n.9, 2006.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento (SEPLAN). Investimentos industriais na Bahia: uma análise *ex post* dos projetos previstos para o período 2000-2003. **Série Políticas Públicas**. Salvador-BA: SEPLAN, n. 8, 2005.
- BAHIA. Governador (Paulo Souto) 2003-2006. **Bahia 2020: o futuro a gente faz**. Plano Estratégico da Bahia. Salvador-BA: SEPLAN, 2003.
- BALANCO, Paulo; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 1., 2005, Salvador, **Anais...** Salvador: SEI, 2005. p.1-24.

BRANDÃO, Carlos Antonio. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “Jogo de Escalas”. In: Desigualdades regionais. **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador-BA: SEI, n.67, 2004.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CARNEIRO, Roberto Antonio F. Os novos investimentos calçadistas. In: GOVERNO DA BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Bahia 2000**, Salvador-BA: SEI, 1999.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES/Universidad Central de Venezuela, 2004. p.95-110.

DINIZ, Clélio Campolina. **A industrialização nordestina e suas respectivas perspectivas**. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FARIA, Carlos Amélio Pimenta de. A política de avaliação de políticas públicas. **RBGS**, v. 20, n. 59, p. 97-109, outubro 2005.

FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura; SANTOS, Luciano Damasceno. Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso do Polo de Informática de Ilhéus (BA). **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 411-442, maio/agosto 2006.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, p.211-259, 2000.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n.17, setembro 2003.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. Desigualdade e políticas regionais de desenvolvimento: o que diz a abordagem do capital social? In: CARVALHO, José Raimundo; HERMANNNS, Klaus (Orgs). **Políticas e desenvolvimento regional no Brasil**, Fortaleza-CE: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz; SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. Incentivos fiscais e a política de atração industrial na Bahia: uma análise pós 1990. **Revista Desenbahia**, Salgado: Desenbahia, v.5, n.8, p.7-23, março 2008.

PIRES, Elson L. S.; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-435, setembro/ dezembro 2006.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M.; CORRÊA, Abidack Raposo; ALEXIM, Flávia Menna Barreto; PEIXOTO, Gabriel Barros Tavares. Deslocamento de empresas para os Estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria de calçados. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 15, p. 63-83, março 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n.11, p.88-125, janeiro/junho 2004.

SILVA, Mariene Valadares da. **Política industrial e interesses empresariais: o II PND (1974-1979)**. 2003. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/>

Abphe_2003_64.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

SILVA, Pedro Luis Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: NEPP/Unicamp, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, julho/dezembro 2006.

_____. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **RBGS**, v.18, n.51, p.15-20, fevereiro 2003.

SOUZA, Roberta Lourenço de; PACHECO, Fabiana. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n. 107, p. 13-20, abril 2003.

SPÍNOLA, Vera. Indústria de calçados: características, evolução recente e perspectivas para o segmento baiano. **Revista Desenbahia**, Salvador: Desenbahia, v.5, n.8, p.153-174, março 2008.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MUTUÍPE/BA

Valdirene Santos Rocha Sousa
Renato Leone Miranda Léda

Muitas são as concepções sobre a questão da participação popular, defendidas por economistas, sociólogos, administradores e outros pesquisadores interessados na temática. As ciências humanas têm abordado o tema através de uma gama de conceitos e questionamentos, na maioria das vezes, partindo de estudos de casos baseados em realidades locais. São discussões cada vez mais preocupadas em compreender a diversidade de rumos que vem orientando o processo de gestão dos recursos públicos, no contexto atual, e as raízes sociais, econômicas e culturais que explicam essa diversidade.

Esses estudos trazem percepções e referências acerca da participação da sociedade civil no processo de gestão territorial e se fazem notar já há algum tempo, especialmente no cenário acadêmico. A discussão da temática, portanto, é viável, podendo vir a enriquecer os debates e o acervo nesse campo de conhecimento.

A observação *in loco* da realidade socioespacial e o acompanhamento direto em alguns momentos de realização do Orçamento Participativo (OP) no município de Mutuípe-BA, despertaram reflexões a cerca da produção e da reprodução do espaço, bem como da importância dos diversos agentes sociais na gestão do território.

No entanto, é necessário esclarecer que não existe aqui a intenção de debater a forma mais apropriada de gestão territorial, como também não se almeja, neste estudo, realizar uma avaliação

institucional do OP em Mutuípe. O objetivo se concentra numa proposta de análise do processo e das implicações socioespaciais engendradas a partir da introdução da Participação Popular na gestão pública municipal através do procedimento de gestão intitulado “Orçamento Participativo”.

É preciso entender de que forma acontece a participação através do OP; se é promovida apenas pelo poder público ou emerge do movimento da população em busca de melhores condições de vida. A afluência popular apresentada na América Latina nas últimas décadas do século XX é aqui considerada como o marco recente da emergência da participação popular na vida política, sobretudo no Brasil, pois, principalmente a partir da década de 1980, evidencia-se o surgimento de movimentos de contestação ao regime ditatorial que estava posto até então³⁷.

É fundamental, no processo de análise e construção de uma abordagem da Participação Popular no âmbito da gestão territorial, identificar o papel e/ou a importância da participação da sociedade na definição dos gastos públicos, no sentido de vislumbrar a evolução, deficiências e as potencialidades dos instrumentos de participação política em âmbito local.

Nesse contexto, a discussão será conduzida em torno das concepções sobre Democracia, as quais permearão esta abordagem como categoria elementar para compreender o significado da Participação Popular na gestão pública. Serão abordadas, especialmente, as posições de Alexis de Tocqueville e sua teoria sobre uma nova ordem social, baseada numa nova cultura política da liberdade, na qual a sociedade civil teria papel preponderante.

37 Segundo Oliveira (2004), pode-se apontar como momentos de participação política marcante entre os anos de 80 e 90 no Brasil: “o processo de redemocratização política do país, em fins dos anos 70 até meados da década de 80; as Campanhas pelas Diretas Já, na primeira metade de 80 (84-85); a Assembléia Nacional Constituinte (1986 a 1988); a mobilização nacional pró-impeachment do Presidente Collor em 1992”.

As premissas da Participação Popular no Brasil e as teorias sobre o Orçamento Participativo serão discutidas no contexto desta análise, no sentido de construir parâmetros para o entendimento da questão na dimensão territorial.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, inicialmente, realizou-se a análise dos arquivos da Prefeitura Municipal de Mutuípe (Atas do OP) e da Câmara de Vereadores sobre a realização e efetivação do OP, além do exame dos recursos financeiros remetidos a este orçamento. No prosseguimento da pesquisa, pretende-se alcançar uma visão mais abrangente e consistente das questões em foco, aplicando, entre outros instrumentos de coleta de dados, questionários aos participantes do OP nas regiões em que foi subdividido o território municipal.

Além disso, serão realizadas entrevistas com representantes das entidades políticas, sindicais, empresariais, dos conselhos gestores, das associações e da comunidade em geral, a fim de investigar como estes agentes sociais concebem e avaliam a relevância do OP e de entender as relações de poder engendradas nesse processo de gestão do território. O roteiro dos questionários e das entrevistas será definido a partir da realização de grupos focais.

Dados estatísticos (IBGE, SEI/BA) serão levantados, para dimensionar as transformações socioespaciais no âmbito municipal/local, no período entre 2002 e 2008, e comparados com os seis anos que antecederam a implantação do OP (1996 a 2001), no sentido de desenvolver um parâmetro sobre a evolução das características socioespaciais do município. Assim, espera-se analisar a Participação Popular no bojo do Orçamento Participativo em Mutuípe e suas implicações socioespaciais, cotejando o processo - enquanto prática política - com a Teoria da Democracia Participativa.

Os Ideais da Democracia e o Orçamento Participativo

Algumas práticas políticas, que têm surgido nas últimas décadas, apóiam-se, sobretudo, no termo “democracia”. A expressão que remota a Grécia antiga e denota, originalmente e etimologicamente, um governo “do povo e para o povo” (*demo* - povo, *kracia* - governo), hodiernamente tem sido constantemente evocada em diversos cenários através de discursos proferidos por políticos, empresários, organizações multilaterais, organizações não-governamentais (ONGs), cientistas e pela sociedade civil.

Temas como “democracia”, “cidadania” e “participação” se faziam presente nos discursos de pensadores e filósofos antigos, expressos nos escritos desenvolvidos por Aristóteles (sec. IV a.C.) e Platão (sec. IV a.C.), e também no pensamento político considerado moderno através de autores como Hobbes (1651) e Rousseau (1757). Seus pressupostos foram responsáveis pela construção do paradigma tradicional da democracia, os quais expressam, sobretudo, os ideais de igualdade e liberdade, a ideia de soberania popular, o preenchimento das exigências constitucionais e o reconhecimento da maioria e dos direitos da minoria.

Modernamente, podemos nos referir aos pressupostos elaborados por Aléxis de Tocqueville como referência do pensamento contemporâneo sobre democracia, democratização e descentralização. A concepção em torno da Democracia Participativa apresenta-se com grande frequência em seus escritos. No clássico *A democracia na América*, Tocqueville (1977 [1835]) evidencia suas premissas sobre uma nova ordem social, baseada numa cultura política da liberdade, na qual a sociedade civil teria papel preponderante.

Levando em consideração o contexto para o qual a teoria da democracia *tocquevilleana* foi elaborada e a sociedade em que ela

foi inspirada - a norte-americana -, não se pretende utilizar aqui seus discursos como paradigma para a “democracia brasileira”. É possível, entretanto, apoiar-se em suas concepções para estabelecer diálogos com os discursos “democráticos” que tem se perpetuado no país, os quais, muitas vezes, utilizam o termo “democracia” de forma vazia e pretensiosa. Para Becker (1986), o “apelo” à participação é contraditório, por isso, é preciso observar “os dois lados da moeda”, pois,

O discurso da participação popular e descentralização parece ser também o novo discurso para a legitimação do Estado. A moeda tem, pois duas faces: é manobra legitimada, mas também expressão autêntica que amplia a participação e concorre, de fato, para redefinir o Estado contra os manipuladores (BECKER, 1986, p. 51).

O pensamento tocquevilleano é, freqüentemente, utilizado na literatura que trata da Teoria da Democracia Participativa, seja para fundamentar concepções contemporâneas acerca da descentralização político-administrativa, seja para explicar as contradições existentes nas sociedades que afirmam adotar formas de governo democráticas. Um “regime de governo democrático”, fundado na noção de representação seria, segundo O’Donnell (2004), aquele cujo acesso às principais posições de governo se dá por meio de eleições, as quais estão, a cada dia, mais competitivas e institucionalizadas. Para o autor, no processo eleitoral existem diversas liberdades, habitualmente chamadas de “liberdades políticas”, como as de associação, expressão, movimento e de disponibilidade de informação, não monopolizadas pelo estado ou por agentes privados.

Segundo Teixeira (1997, p.197), a Teoria da Democracia Participativa destaca o papel ativo do cidadão na formação da

vontade e da opinião, através do qual “o cidadão aprende a tolerar a diversidade, a desenvolver a virtude cívica, a temperar o fundamentalismo e o egoísmo”. Para esse autor,

O fenômeno da participação é bastante complexo e contraditório. Sua efetivação depende de condições objetivas decorrentes da estrutura econômico-social e política, da cultura política que se constrói historicamente e de condições subjetivas em termos da organização e mobilização da sociedade civil (TEIXEIRA, 1997, p. 205).

A escala territorial local nos termos atuais é apontada por Tocqueville (1977) como sendo a mais apropriada para a efetivação das premissas democráticas de liberdade política e civismo, a partir da descentralização e da participação do cidadão na política. Como discute Frey (2000),

Tocqueville, nos seus escritos, valoriza sobremaneira a pequena comunidade política, pois só esta pode proporcionar a solidariedade indispensável para a estimulação da virtude cívica e para a preservação da liberdade política. Além disso, ele atribui ao engajamento do cidadão em nível local valor fundamental não apenas para a democracia local em si, mas também para dar sustentação à democracia no nível nacional (FREY, 2000, p. 90) .

Frequentemente, os mecanismos de Participação Popular, como o Orçamento Participativo, têm sido relacionados a um movimento de democratização da gestão pública e de descentralização política, que tem como princípio básico a construção da Democracia Participativa. No entanto, vários

embates teóricos e políticos são traçados em torno do OP e de suas proposições, podendo-se observar basicamente duas correntes: uma que apoia, outra que o condena enquanto processo de gestão democrática. Porém, esta é uma discussão que pretende-se desenvolver em um outro momento, devido a sua complexidade e considerando o cuidado necessário à análise.

Orçamento Participativo: embates teóricos e metodológicos

No Brasil, o modelo de planejamento participativo vem sendo desenvolvido desde 1980, a partir das experiências de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo, além de outras administrações municipais, na sua maioria gerida por partidos de base esquerdista. A experiência de maior expressão e representatividade, inclusive no âmbito internacional, servindo de modelo a outros países e cidades da América Latina e da Europa, entre elas a Alemanha, foi o “Orçamento Participativo”, que se constituiu num instrumento de participação popular na gestão territorial.

Esse tipo de participação na gestão pública é assegurada pela Constituição Federal (1988) como meio para a construção da gestão democrática. Assim, o poder político, a cidadania e a soberania são compreendidos através de bases inovadoras, incorporando um novo modo de proceder na construção da legitimidade dos governos, no qual se observa a participação do povo no poder político, o que amplia a ideia de democracia para além do campo restrito da legalidade.

Jacobi (1996, p.8) aponta que “na década de 1990, a participação nas suas diversas dimensões vem sendo amparada e institucionalizada na América Latina dentro dos marcos das democracias representativas”. Afirma, ainda, que “a participação popular se transforma no referencial de ampliação das

possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil” (JACOBI, 1996, p. 8).

Nesse sentido, é importante pensar a experiência do OP em Mutuípe/BA num contexto macro de um período de transição histórica marcado por graves problemas sócio-políticos, mas que, ao mesmo tempo, revela inovações em diversos campos da sociedade - inclusive uma nova condição na política e nos modelos de gerência - bem como as relações locais que esta conjuntura desencadeia. O local cada vez mais tem ganhado espaço no cenário acadêmico, especialmente como resultado das críticas levantadas por autores como Villasante (2003).

*Cómo hablar de lo local cuando lo global lo llena todo?
¿ Cómo hablar de lo global sin mostrar experiencias
concretas de lo local que le quiten esa abstracción
distanciadora? Seguramente hoy en día es imposible
hablar de participación o de desarrollo sin hacer
referencia tanto a los marcos globales como a los marcos
locales, donde se da cada caso concreto. Y aún mas lo que
nos interesa es entender cómo se dan los procesos vigentes
entre lo global y lo local, y viceversa (VILLASANTE,
2003, p. 91).*

O autor critica a pouca visibilidade que tem sido dada no contexto mundial aos estudos das experiências sobre gestão territorial democrática, principalmente nos países periféricos. Nesse contexto, este trabalho analisa uma experiência de “gestão territorial democrática” desenvolvida num município que, além de se situar num país semiperiférico (Souza, 2006), localiza-se na região (Nordeste) periférica deste país.

A literatura sobre as experiências de Participação Popular no Brasil, especialmente sobre Orçamento Participativo, é ampla, no entanto, ainda é bastante escassa e pouco disseminada a produção sobre o tema nas regiões Norte e Nordeste do país.

Para Souza (2005, p.2) “a questão da ‘participação popular’ muitas vezes tem sido maltratada ou secundarizada [...] muitos de seus defensores ora banalizam a participação popular, ora a prestigiam muito menos do que deveriam”.

As análises sobre o OP transitam entre dois extremos, desde posições excessivamente otimistas que atribuem a ele o caráter de uma instituição democrática, até visões que desqualificam e banalizam este processo de participação popular, relacionando-o com estratégias de caráter eleitoreiro através da formação e popularização de lideranças. Neste caso, referem-se, principalmente, a eleição dos delegados representantes das regiões do Orçamento Participativo.

Entre as abordagens que relacionam o Orçamento Participativo à Democracia encontra-se a reflexão desenvolvida por Wampler (2003), para o qual os orçamentos participativos podem ser concebidos como um processo que produz transformação social, como uma instituição democrática e inovadora de elaboração de políticas públicas.

A vasta literatura que aponta os aspectos positivos do OP e seu caráter democrático se fundamenta, sobretudo, em experiências municipais que tiveram êxito através da implantação desse mecanismo de gestão. Para autores como Lavalle, Houtzager e Castello (2006), instrumentos como o Orçamento Participativo indicam uma nova ordem na política, e se constituem como

[...] novos mediadores que “estão a exercer *de facto* e *de jure* funções de representação política em novos lugares de representação. Em latitudes as mais diversas, atores coletivos têm demandado e/ou Governos têm proposto e passado leis destinadas a ampliar os mecanismos de democracia direta - iniciativa popular, *referendum*, plebiscitos - e a introduzir a participação de atores (representantes) da sociedade civil nos processos de formulação

de políticas” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006, p. 84).

Sobre a natureza do OP, Jacobi (1996) indica discussões acerca da intencionalidade e do significado desse instrumento de Participação Popular no planejamento e na gestão territorial. Numa análise otimista, aponta-o como um meio de ampliação da cidadania e discute a complexa relação entre o poder público e a sociedade civil no Brasil, bem como os entraves para a construção de uma gestão democrática. Nas palavras do autor

A constituição de cidadãos, enquanto sujeitos sociais ativos, se consubstancia a partir da transformação das práticas sociais existentes e na sua substituição pela construção de novas formas de relação que tem na participação um componente essencial. O enfrentamento do patrimonialismo político é uma tarefa complexa e demorada em virtude do enraizamento das práticas de instrumentalização. O desafio que se coloca é o de construir novos hábitos, de neutralizar o clientelismo e de aproximar o cidadão do processo decisório (JACOBI, 1996, p.254).

Apesar de vários estudos apontarem as experiências exitosas do OP, diversas críticas também são formuladas. Muitos céticos apontam sua fragilidade enquanto instrumento democrático e conferem caráter apenas consultivo e pouco deliberativo, havendo, segundo eles, pequena participação efetiva, enquanto poder de decisão.

Alguns teóricos se referem às pesquisas sobre o OP como sendo um emaranhado de “opiniões difusas, embebidas em uma espécie de ‘senso comum progressista’, opiniões essas que merecem ser rebatidas por serem superficiais, ligeiras, ou

por conterem algum tipo de preconceito pouco justificável ou hipocrisia” (SOUZA, 2005, p.2).

Interpretações precipitadas, simpáticas e destituídas de um verdadeiro senso crítico são as principais características apontadas pelos “adversários” da Participação Popular e de seus mecanismos para o descrédito relegado às pesquisas deste universo temático.

Contradições, hipocrisias, posicionamentos ingênuos quanto à realidade da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil e de seus instrumentos seriam fatos que agregam insuficiências às análises desenvolvidas, enquanto a metodologia incorreta, a imitação e a dimensão espacial adotada no OP são apontadas como aspectos negativos dos processos participativos (SOUZA, 2005).

Grosso modo, o que se sabe, consistentemente, é que as modalidades de processos de Participação Popular têm se disseminado pelo Brasil. As expressões usadas para se referir a este “fenômeno” são variadas e muitas vezes se utilizam de hipérboles que transfiguram a realidade. Neste contexto, qualquer abordagem que tenha o OP como objeto de investigação deve buscar a compreensão dos problemas existentes em seu desenvolvimento, para não cair no pragmatismo de realizar uma análise “romântica” e fantasiosa. Encarar os mecanismos de Participação Popular de forma cautelosa e crítica é imprescindível, de modo a construir bases sólidas para futuras análises.

O Orçamento Participativo em Mutuípe/BA³⁸: pontos e contrapontos para uma análise

Diante do contexto político que tem conferido relativa importância à Participação Popular nos processos decisórios, especialmente na busca de alternativas para uma melhor qualidade de vida da população em geral, nota-se uma preocupação com formas de desenvolvimento mais justas e igualitárias que incluam as necessidades básicas humanas, o direito à liberdade de expressão, a participação nos debates e nas decisões e, também, o acesso à cultura e ao lazer. Para Souza (2002),

Muito mais que os orçamentos convencionais, os orçamentos participativos devem ser entendidos como um ‘assunto interdisciplinar’ (ou transdisciplinar), por envolver aspectos que vão de estratégias para facilitar e promover a participação do maior número de cidadãos a uma necessária preocupação com a dimensão espacial do processo orçamentário (SOUZA, 2002, p. 342).

Dessa forma, estudos sobre a introdução de instrumentos de participação da sociedade no planejamento e na gestão territorial são significativos, sobretudo quando se pretende abordar as implicações socioespaciais decorrentes desse processo, ou modelo de gestão. Esta análise, ainda que inicial, da

38 O município de Mutuípe está localizado no “Território de Identidade” do Vale do Jiquiriçá, com 273 Km² e uma população estimada em 21.181 habitantes e renda per capita (em R\$ de 2005) de 2.744, segundo o IBGE (2007). A economia do município é baseada principalmente no setor primário e apresenta crescimento progressivo no terciário. Destaca-se, num contexto microrregional, pelo comércio, polarizando a atividade entre as três cidades mais próximas (Laje, Jiquiriçá e Ubaíra). No entanto, o setor de serviços ainda se apresenta bastante deficiente, sendo complementado com os que são oferecidos em cidades, relativamente próximas, como Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Valença, além da capital do estado, Salvador.

experiência em curso do Orçamento Participativo no município de Mutuípe (um dos poucos no estado da Bahia que realiza tal procedimento), é importante no sentido de observar suas repercussões no local e a expressividade regional de tal processo.

A análise de experiências que incluam ou tenham a Participação Popular como traço marcante é importante para a construção de referências acerca dos processos que se delineiam no local e sua correlação com as experiências que estão se desenvolvendo em outras escalas territoriais.

Nesse sentido, é importante pensar a experiência de Mutuípe num contexto “macro” de uma modernidade que revela transformações em diversos campos da sociedade - inclusive uma nova condição na política e nos modelos de gestão - bem como as relações locais que esta conjuntura desencadeia.

Em Mutuípe, o Orçamento Participativo foi iniciado no ano de 2002, um ano após o início da gestão “Transparência e Honestidade”³⁹ do PT, e teve continuidade durante toda a gestão, inclusive na administração posterior, também conduzida pelo PT, a qual apresenta um *slogan* bastante sugestivo no contexto desta discussão: “Participação e Honestidade”⁴⁰.

A abertura de espaços de inclusão popular na gestão municipal de Mutuípe foi implantada como algo inovador, despertando curiosidades e interesses da população, e suscitou debates entre a sociedade civil e o poder público local sobre o planejamento e a aplicação dos recursos públicos do município.

Apesar de algumas condições favoráveis à construção de uma gestão participativa, apresentadas a partir da Constituição de 1988, as estruturas políticas e as relações tradicionais (patrimonialismo e clientelismo) se tornam empecilhos para a implantação, construção e consolidação da gestão democrática, principalmente na esfera local.

39 *Slogan* da primeira gestão (2001-2004) do PT no município.

40 *Slogan* da segunda gestão (2005-2008) do PT no município.

No âmbito político, a tentativa de promover uma gestão democrática e participativa em Mutuípe, iniciou-se com a chegada ao poder de um partido considerado de esquerda (Partido dos Trabalhadores - PT), a partir das eleições de 2000. Alguns instrumentos de inclusão da população nos debates políticos foram introduzidos, entre eles o Orçamento Participativo.

A partir do ano 2000, houve um incremento no número de municípios que adotaram o OP como instrumento de gestão pública no Brasil, como se pode observar no gráfico 1. Apesar destes dados, para Wampler (2008, p.67), “mais de 300 prefeituras brasileiras adotaram o programa entre 1989 e 2004, além de cidades em pelo menos outros 30 países”.

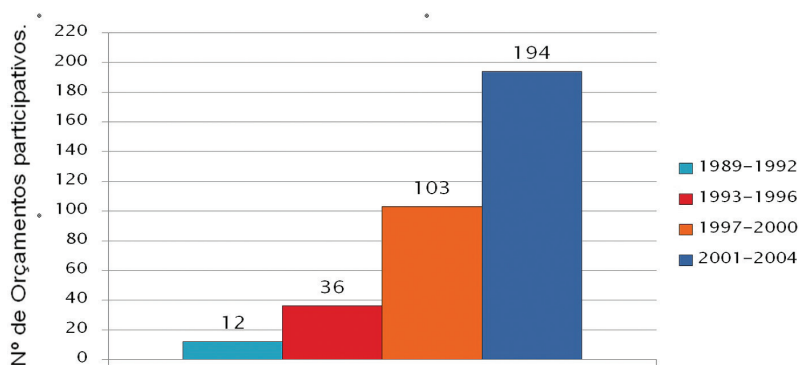


GRÁFICO 1 – Evolução do Orçamento Participativo no Brasil

Fonte: Projeto Democracia Participativa, 2004 (apud GRAZIA; RIBEIRO, 2003).

Modificado por Valdirene Santos Rocha Sousa.

No entanto, a presença do OP se concentra em municípios, na sua maioria, localizados na região Sul e Sudeste do país. A experiência de Mutuípe se diferencia por acontecer em um município de pequeno porte e se localizar na região Nordeste do Brasil, na qual a presença do Orçamento Participativo é pequena. Segundo Millani (2006),

Pesquisas recentes têm evidenciado, por exemplo, a concentração geográfica de experiências de democracia participativa (sobretudo de orçamentos participativos) nas regiões sul e sudeste do Brasil, levando à conclusão de que tal institucionalização não se tem desenvolvido de forma homogênea e que a prática da participação cidadã apresenta variações importantes no contexto nacional (MILLANI, 2006, p. 183).

De acordo com Souza (2001), três fatores antecederam e foram fundamentais para a adoção de modelos de gestão como o Orçamento Participativo: a existência de algumas experiências semelhantes, anteriores à redemocratização, aumento dos recursos municipais como resultado da redemocratização, combinado com a decisão de vários governos locais de promover ajustes nas respectivas finanças públicas e o aumento da presença de partidos considerados de esquerda nos governos locais, em especial nas grandes cidades.

No caso aqui analisado, o terceiro fator indicado por Souza (2001) foi decisivo para implantação do OP, visto que a chegada de um partido de esquerda ao poder municipal se apresentou nas eleições municipais de 2000 como um fato de grande relevância para o município de Mutuípe. Até então, desde a sua emancipação política, em 1926, o município só havia sido gerido por partidos de direita.

A partir do ano de 2002, a participação da população nos debates políticos sobre a destinação das verbas e recursos públicos tem crescido substancialmente. De acordo com análise documental, a participação nas assembleias do Orçamento Participativo passou de uma média de vinte (20) para cinquenta (50) pessoas em 2002, e de duzentas (200) para quatrocentas (400) em 2008.

Desde a implantação do OP em Mutuípe, inúmeros encontros foram desenvolvidos nas regiões (no total de nove) em que foi subdividido o território municipal para a realização do mesmo. As deliberações acordadas nos encontros são registradas em atas, o que aumenta a possibilidade de as discussões e determinações serem reconhecidas como legítimas e eleva o grau de cumprimento pelo poder público. Os documentos construídos e assinados por todos os presentes e pelos delegados eleitos nas assembléias ficam arquivados na prefeitura do município. As obras públicas deliberadas pelo OP em Mutuípe vêm se somando desde quando este instrumento tem sido realizado no município.

De acordo com análise preliminar dos arquivos do OP, observou-se que a maioria das reivindicações iniciais dos participantes está voltada para a melhoria da qualidade de vida cotidiana. As principais reivindicações na área rural são: construção e melhoramento das estradas vicinais; o abastecimento de água e energia elétrica; construção de postos de saúde e pontes. Já para a área urbana, solicita-se, principalmente: implantação de torres de telefonia móvel e telefones públicos; construção de postos de saúde, quadras de esportes e jardins; pavimentação de ruas e contenção de encostas.

A dinâmica geral do OP no município de Mutuípe acontece em seis momentos distintos: 1) Fase de divulgação e sensibilização da população; 2) Assembléias para as eleições dos delegados representantes de cada região; 3) Plenárias regionais para deliberação das prioridades a serem realizadas no ano posterior; 4) Reunião dos delegados para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP); 5) Fiscalização das obras por parte dos delegados e do COP; 6) Divulgação das obras realizadas através dos meios de comunicação locais (rádios, jornal impresso, *outdoors*) e placas informativas afixadas próximas às obras realizadas.

Apesar do crescimento verificado na participação da população nas assembléias e do cumprimento das ações deliberadas nas plenárias, surgem algumas questões passíveis de análises: Como o OP interfere nos processos de produção e reprodução do espaço? Qual o perfil sociocultural dos agentes sociais envolvidos? O OP traz benefícios significativos para as comunidades? Qual é a concepção sobre a Participação Popular adotada pelo poder público? Como os participantes do Orçamento Participativo percebem o planejamento e a gestão territorial do município? Quais são as contradições e impasses no processo de desenvolvimento do OP no município? Quais as implicações socioespaciais do OP em Mutuípe? Além destas, outras questões certamente surgirão durante o desenvolvimento da pesquisa.

Os questionamentos acima são imprescindíveis para a análise dos resultados obtidos através da prática de políticas de inserção da sociedade no planejamento e na gestão dos recursos públicos. Ainda que este processo seja contraditório, tais questões são fundamentais para compreender a viabilidade, singularidades, particularidades e implicações sócio-espaciais da Participação Popular na gestão territorial. Sobre o assunto, Millani (2006) discute:

Ainda que tenham naturezas distintas, todos esses novos temas têm relação direta com aspectos institucionais, políticos, culturais e sociais do desenvolvimento. [...] Todos reconhecem a evidência de que cada contexto tem a sua necessidade própria e demanda, assim, respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local. [...] O local constitui-se em território (levando a que alguns pensem mais bem em termos de desenvolvimento territorial) e conduz-nos a analisar a endogenia

(o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e a particularidade (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos (MILANI, 2006, p. 12).

Desse modo, entendendo-se que a participação “utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas os articula com outros mecanismos e canais que se legitima pelo processo social” (TEIXEIRA, 1997, p.192), no âmbito do local, a participação da sociedade na gestão dos recursos públicos pode constituir-se enquanto elemento constitucional para a efetivação do princípio democrático. Neste processo,

Os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil, através da atuação organizada dos indivíduos, grupos, associações, tendo em vista, de um lado, a assunção de deveres e responsabilidades políticas e, do outro lado, a criação de exercício de direitos, no controle social do Estado e do Mercado em função de parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos (TEIXEIRA, 1997, p. 192).

O fortalecimento das demandas expostas pela população, junto à configuração de propostas que apontam uma nova condição da participação social na vida política, em contestação ao modelo apregoado pelo paradigma capitalista dominante, são decisórios para a implementação de práticas de governo inovadoras e alternativas (DOWBOR, 2006).

Nesse sentido, incluir a sociedade nos debates, no planejamento e na gestão dos orçamentos públicos através da participação popular, na definição das políticas públicas, pode ser uma via para se alcançar formas de desenvolvimento condizentes com as necessidades básicas da população. Observa-se que a “participação” é correntemente apontada como o caminho mais viável para a elaboração de políticas públicas que venham a convergir com os interesses coletivos e produzir efeitos satisfatórios para todos os agentes sociais envolvidos.

Contudo, a compreensão das contradições que existem em torno da participação popular é imprescindível para a discussão, bem como o entendimento dos fatores que se apresentam como entraves desse processo. As relações tradicionais (troca de favores), a cultura patrimonialista, personalista e clientelista, a cultura apolítica, a presença de uma estrutura política centralizada (burocracia), as descontinuidades político-administrativas, o predomínio de uma sociedade particularista e fragmentada, a pouca mobilização da sociedade civil, além da dificuldade de articulação entre mecanismos representativos e participativos são apontados por Teixeira (1997) como os principais obstáculos para a efetivação da participação e o sucesso de processos como o Orçamento Participativo.

Considerações finais

Ao observar a história do ponto de vista da Participação Popular na vida política do país, visualiza-se um passado opressor, no qual a sociedade estava à margem dos processos decisórios de gestão do território que envolvem, entre outros elementos, o destino e a aplicação dos recursos públicos. No entanto, essa mesma história evidencia, a partir das últimas décadas do século XX, o surgimento de movimentos de contestação da política ditatorial que estava posta até então.

Desse modo, muitos governos viram-se na contingência de promover mudanças e readequações para não sucumbirem aos “novos tempos”. Uma das saídas - obedecendo inclusive às normas de instituições supranacionais - experimentadas no período mais recente, é o reconhecimento da necessidade de estabelecer parcerias com os governos e instituições locais e valorizar a participação da sociedade civil na gestão de suas ações.

Apesar do ceticismo que existe sobre os instrumentos de Participação Popular no governo e sua real intencionalidade, especialmente em se tratando do Orçamento Participativo, por ser este um programa liderado e induzido pelo governo, várias experiências têm sido desenvolvidas para aumentar a participação da população nos processos decisórios sobre o planejamento e implementação de políticas públicas, especialmente as de abrangência local. Algumas dessas práticas, de acordo com pesquisas recentes, têm mostrado resultados satisfatórios em alguns municípios brasileiros.

A experiência, em curso, de inclusão da Participação Popular na gestão territorial mutuiense, tem se sustentado há sete anos e, de acordo com os dados pesquisados, apresentado alguns elementos para uma análise mais minuciosa e profícua. Neste sentido, a evolução da pesquisa através da metodologia empregada convergirá para o entendimento dos questionamentos surgidos a partir desta primeira etapa de investigação, especialmente para a compreensão das implicações socioespaciais do Orçamento Participativo no município de Mutuípe.

Assim, é importante examinar de que forma tem se apresentado a participação popular na gestão dos recursos públicos e as repercussões socioespaciais que tal processo gera, enquanto forma democrática de gestão, na vida dos cidadãos mutuienses. As reivindicações da população através do OP revelam, num primeiro momento, a fragmentação do espaço

social em frações do território municipal que contavam e que não contavam com serviços e infra-estrutura básica.

Nessa discussão, destaca-se, ainda, a necessidade de um confronto entre o que se convencionou chamar de “gestão democrática” e do próprio conceito de Democracia com as reais práticas que têm se perpetuado pelo país através da “febre de conselhos” e de mecanismos como o Orçamento Participativo.

Os estudos sobre a inclusão da participação da sociedade nas decisões sobre o destino e a aplicação dos recursos públicos devem ser permanentes. É preciso verificar as implicações e observar se estas “gestões participativas” não se constituem em apenas mais uma “estratégia” de modelos de gestão que buscam o apoio da população no sentido de garantir votos para “as próximas eleições”, ou ainda em cumprimento das exigências para receber repasses de instituições nacionais e supranacionais.

Esse apelo à “participação” pode significar, ainda, uma estratégia de manobra da sociedade burguesa para manter o domínio do poder, tornando os possíveis adversários em aliados, ao convocá-los ao “diálogo” (BERMAN, 2002). Não se podem esquecer as contradições imbricadas nesse contexto para entender o processo sócio-político que se delineia no local. Assim, é imprescindível lançar “novos olhares” sobre as práticas e as relações políticas que tem se desenvolvido no território mutuipeense e estabelecer conexões com as práticas que ocorrem no contexto global.

Por se tratar de “um processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado”, como propõe Teixeira (1997, p. 191), a investigação sobre a participação, na esfera local, não se esgota através de uma única análise. Pelo contrário, na perspectiva de um trabalho mais abrangente, uma primeira abordagem, ainda bastante incipiente, suscita questionamentos para futuras discussões e reflexões sobre o tema.

Referências

BECKER, B.K. A crise do estado e a região - a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n.48, p. 43-62, jan./mar. 1986.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista Sociologia e Política**, n. 15, p. 83-96, nov. 2000.

GRAZIA, G. e RIBEIRO, A. C. T. **Experiências de Orçamento Participativo no Brasil - Período de 1997 a 2000**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LAVALLE, G. A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Revista de Cultura e Política**, v. 67, n. 67, p. 49-103, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova cultural, 1988 (Coleção *Os Pensadores*, Hobbes, vol. I)

JACOBI, Pedro R. **Ampliação da cidadania e participação – desafios na democratização da relação poder público – sociedade civil no Brasil**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar. Acessado em: 28 jul. 2007.

MILANI, Carlos R. S.. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias. Revista Eletrônica**, Porto Alegre, n. 16, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 06 jul. 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, (1987[1757]): (Coleção *Os Pensadores*, Rousseau, vol. I).

O'DONNELL, Guillermo. Acerca del Estado en América Latina contemporánea - Diez tesis para discusión. In: **La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos, contribuciones para el debate**. PNUD, Buenos Aires: Alfaguara, 2004.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Desafios da participação popular no poder local. In: Fundação Konrad Adenauer. **Participação Cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **Perspectiva. Revista Eletrônica**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. De ilusão também se vive: caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil (1989-2004). In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, jan./dez. 1997.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1977.

VILLASANTE, Tomás R. **Las democracias participativas**.

Madrid: Ediciones HOAC, 2003. P.91

VOUGA, Claudio. A democracia ao sul da América: uma visão tocquevilleana. **Tempo Soc.**, v.13, n.1, p.117-128, maio 2001

WAMPLER, Brian. A difusão do orçamento participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 65-95, jun. 2008.

_____. Orçamento participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO RIO COPIOBA DE SÃO FELIPE-BA

Gilvânia Nunes Chaves
Alexandre A. Almassy Júnior

O modelo de desenvolvimento capitalista se estabelece no espaço geográfico por meio da hegemonia alcançada pelas doutrinas neoliberais, que se apresentam através do meio-técnico-científico-informacional⁴¹ e se caracterizam pela busca desenfreada de industrialização e pela preocupação em acumular riquezas e bens materiais. Nesse contexto, o sistema global aliena e massifica grande parcela da sociedade, tornando-a insustentável.

Atualmente, a qualidade de vida da população tem sido prejudicada de diversas maneiras, sendo mais perceptível na alteração da qualidade da água e do ar, nos desastres ecológicos, como queimadas, desmatamentos, poluição marinha, lacustre e fluvial, e morte de inúmeras espécies animais que hoje se encontram em extinção. Nos centros urbanos, os impactos socio-ambientais são mais acentuados em decorrência do elevado nível de aglomeração humana. Em muitos destes centros, percebe-se a que o ser humano convive com situações de exposição a esgotos a céu aberto e depósitos de lixo. Conseqüentemente, os rios e o ar acabam sendo poluídos, o número de doenças se eleva e a miséria passa a fazer parte do cotidiano de bilhões de pessoas.

Tais fatores se agravam em algumas nações que vivenciam delicada situação socio-econômica, marcada pela má distribuição de renda, miséria, desemprego e fome. Tornam-se evidentes as repercussões prejudiciais do atual padrão de desenvolvimento

41 Santos (1994) utiliza o termo meio técnico-científico-informacional para caracterizar a sociedade contemporânea, que inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação.

sobre o agravamento da crise ambiental, intensificado seus efeitos, nestes países.

Com vistas à modificação desta realidade, fazem-se necessárias novas estratégias de desenvolvimento que levem em conta novos parâmetros como o desenvolvimento local e o regional que impliquem em inclusão econômica e social com respeito ambiental.

Nessa perspectiva, surge a concepção de desenvolvimento local como a estratégia mais eficiente para a implementação de uma nova proposta de desenvolvimento fundada em bases mais sustentáveis (CARDOSO, 2007). Alicerçadas nesta visão, todas as comunidades devem criar mecanismos de valorização de suas potencialidades locais, e cada indivíduo deve atuar como agente ativo no processo de erradicação da pobreza e de preservação dos recursos naturais, enfim de um desenvolvimento consistente.

No presente artigo, propõe-se uma discussão acerca das questões relacionadas à crise ambiental, recursos hídricos e desenvolvimento local com o intuito de possibilitar uma leitura crítica dos problemas sociais e ambientais da atualidade, bem como de suscitar um debate sobre a necessidade de novos mecanismos de desenvolvimento, mais condizentes com as reais demandas sociais e menos preocupados com a acumulação de riqueza e com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB).

A proposta de elaboração deste trabalho nasce da premissa de que o processo de modernização da economia global aumenta as desigualdades econômicas e sociais, posto que o desenvolvimento hegemônico do capitalismo maximiza a concentração de renda; logo, parcela ínfima da população tem acesso aos bens e serviços, na maioria das vezes, indispensáveis à sobrevivência. Tais desigualdades também agravam os problemas ambientais.

No que tange aos procedimentos metodológicos, realizou-se levantamento bibliográfico através da seleção de

teses, dissertações, artigos, livros e revistas com a finalidade de contextualizar a temática.

O presente trabalho constitui-se de três seções. Na primeira seção, são debatidos aspectos referentes à crise ambiental do século XXI, salientando os pressupostos e as conseqüências para o meio ambiente. Na segunda seção, apresenta-se uma reflexão sobre a problemática que envolve os recursos hídricos, focalizando o rio Copioba e enfatizando as causas, os efeitos e os desafios, além da imprescindível relevância desse recurso natural para a sobrevivência na Terra. Na terceira seção, propõe-se um debate a respeito da concepção de desenvolvimento local e de sua relevância para a melhoria da qualidade de vida da maior parcela da população.

À luz dessas discussões, percebe-se que o sistema capitalista é protagonista na atual configuração da crise ambiental, e a degradação dos ambientes hídricos é um dos principais agravantes desta crise. Além disso, é perceptível o papel preponderante da estratégia de desenvolvimento local na construção de uma sociedade mais humana, democrática e saudável.

Crise Ambiental: pressupostos e repercussões

Na sociedade contemporânea, a organização do espaço social, econômico e cultural é fruto de múltiplas ações impostas por agentes sociais nacionais e internacionais dominantes, que circundam a economia global. Essa forma de organização, marcada pela globalização, que se caracteriza pela nova divisão internacional do trabalho, pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, pelas grandes corporações transnacionais e pela flexibilização dos sistemas produtivos, tem agravado a situação social e econômica de grande parcela da população e, conseqüentemente, milhares de pessoas se

encontram excluídas do processo de produção e distribuição de bens e serviços. Nesse sentido, Benko (1999) menciona que

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global (BENKO, 1999, p. 86).

As intensas e frequentes mudanças que assistimos no mundo configuram uma estrutura político-econômica que contribui para a eclosão da desigualdade social. É perceptível que o processo de globalização vigente alicerça-se na apropriação da natureza pela sociedade, sendo que o ser humano enquanto ser social interage com o ambiente à sua volta, modificando-o e transformando-o de acordo com seus anseios e suas necessidades momentâneas.

Desse modo, a crise ambiental vem suscitando discussões em diversos setores sociais, pois tem gerado alterações globais em sistemas sócio-ambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta e de gestão democrática dos recursos naturais. Nessa perspectiva, Leff (2002) afirma que:

Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só estão associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégicos conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social (LEFF, 2002, p. 59-60)..

A relação sociedade/natureza diz respeito à forma como o ser humano lida com o meio ambiente modificando-o e (re)

construindo-o. Na medida em que essa relação se torna mais perversa e ilimitada, necessita-se de uma racionalidade ambiental centrada em novos conceitos, valores e conhecimentos que associem teoria e prática, convergindo para a compreensão das questões sócio-espaciais. Em relação à crise ambiental, Leff (2002) define-a como:

[...] a crise de nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social (LEFF, 2002, p. 191)..

O sistema capitalista, desigual e perverso, baseado na produção e consumo exacerbados, tem levado a níveis alarmantes a degradação dos recursos naturais, o que tem se convertido em graves problemas mundiais, como poluições hídrica, atmosférica e do solo, desmatamento, destruição da biodiversidade animal e vegetal, aquecimento global, entre outros. Nesse sentido, Delliti (1995) contribui acentuando que

As raízes da crise ambiental estão, certamente, na crescente exploração dos recursos naturais pelo homem, na sua ignorância a respeito dos processos, que são afetados por esta exploração, e na sua fé inabalável acerca da capacidade de sua tecnologia para a solução de tais problemas (DELLITI, 1995, p. 164).

Esse autor aponta questões importantes para a apreensão da problemática ambiental. Primeiro, deixa claro que a exagerada e descontrolada exploração dos recursos naturais têm deteriorado

o ambiente de forma extrema. A seguir, enfoca que a falta de conhecimentos dos efeitos deste processo é o cerne para que a problemática ambiental se firme com mais intensidade. E, por fim, explana a fé na tecnologia que muitos têm e imaginam ser a solução dos problemas ambientais. Porém, a gravidade de alguns tipos de degradação torna-a irreversível e nenhuma tecnologia poderá corrigi-la, de forma que seus efeitos sejam totalmente revertidos.

Nota-se que, nas últimas décadas, a qualidade de vida do ser humano tem apresentado uma queda sem limites, fato contraditório, pois é exatamente neste período que a sociedade obteve maiores avanços científicos e tecnológicos, mas nem sempre tais avanços são condizentes com as demandas ambientais e sociais.

A degradação dos recursos naturais em prol da riqueza de uma minoria revela que, na sociedade do século XXI, os interesses do crescimento econômico sobrepõem as premissas do desenvolvimento. De acordo com o Ministério da Saúde (1995),

Os modelos econômicos adotados no Brasil ao longo da história têm provocado fortes concentrações de renda e riqueza com exclusão de expressivos segmentos sociais, resultando, em grande parte, nos problemas que o país enfrenta. Ao mesmo tempo em que degradam o homem, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, esses padrões de desenvolvimento vêm favorecendo a degradação ambiental por meio da exploração predatória de recursos naturais e poluição, às quais, por sua vez, têm gerado impactos nas condições de saúde e qualidade de vida da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, (1995 *apud* PELICIONI, 1998, p. 28),

Portanto, o crescente modo de exploração dos recursos naturais revela a irracionalidade e irresponsabilidade diante de sua utilização e, ao mesmo tempo, a ausência de uma consciência ambiental e a ânsia por lucros imediatos; conseqüentemente, os efeitos da crise ambiental aumentam de forma expressiva. Os ambientes hídricos, por exemplo, têm sofrido intensos e freqüentes impactos, conduzindo milhões de seres humanos a lastimáveis condições de sobrevivência e, muitas vezes, até a morte, pois a água é um elemento essencial à vida e indispensável à realização de inúmeras atividades humanas.

A Crise da Água no Século XXI: cenários e desafios

O acelerado crescimento populacional e o atual modelo de desenvolvimento têm alterado os sistemas naturais. Os sistemas econômicos mundiais têm tratado o ambiente de tal maneira que fica evidente sua fragilidade. A cada aumento de produção e a cada nova tecnologia, ampliam-se os horizontes do consumo e não se suavizam as degradações por parte do ser humano em relação aos recursos naturais, especialmente a água. Percebe-se que grande parte dos ambientes hídricos encontra-se em situação caótica, e este é um dos fatores que tem dado maior vigor à crise ambiental vigente.

A água é um recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida. Entretanto, tem sido alvo de constantes debates, pois em quantidade é considerada inesgotável, mas sua qualidade vem sendo comprometida, já que sua imediata reutilização acarreta custos elevados; além disso, a quantidade de água doce não é abundante. Conforme Tundisi (2005. p. 3),

Existe uma falsa concepção de que a água doce é abundante. Somente 3% da água do planeta é disponível como água doce. Destes 3%, cerca

de 75% estão congelados nas calotas polares e cerca de 10% estão reservados em aquíferos. Portanto, somente 15% dos 3% de água doce do planeta estão disponíveis (TUNDISI, 2005, p. 3).

As utilidades da água são diversas e têm se intensificado com o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional. Estes fatores demandam o aumento da quantidade de água e a variedade de suas utilizações, podendo no futuro próximo causar sérios problemas em vista da diminuição de sua disponibilidade.

Segundo Branco (2003), podemos considerar os recursos hídricos como fator indispensável à manutenção da vida terrestre. O autor pontua que

A água constitui fator de grande importância na constituição do mundo em que vivemos. No clima, permite a manutenção de temperaturas amenas e variações não muito acentuadas. É responsável pela formação da maior parte das rochas sedimentares. Além disso, constitui componente indispensável à existência da vida em todas as suas formas (BRANCO, 2003, p. 9).

A degradação dos ambientes hídricos pode causar sérios desequilíbrios em todo o meio ambiente e até levar a extinção da vida na Terra. A água representa um dos elementos essenciais para a vida do planeta, constitui como agente modelador da paisagem, interliga fenômenos atmosféricos e exerce uma relação significativa com todas as formas de vida através de sua interação com os demais componentes de sua bacia hidrográfica (LORANDI; CANÇADO, 2002). Tratando-se dos seres humanos, é visível uma diversidade de usos da água: atividades domésticas, agricultura, pecuária, indústria, entre outros. No

entanto, a própria sociedade é protagonista na deterioração desse recurso.

É notório que, nas últimas décadas, o ser humano vem experimentando um declínio em sua qualidade de vida em virtude do crescimento da degradação ambiental dos ambientes hídricos. Deste modo, urge a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à proteção e preservação dos recursos hídricos. A gestão da água é uma missão extremamente difícil que não pode e não deve ser enfrentada apenas pelo Estado, mas prescinde da organização e participação ativa da sociedade que experimenta de perto os efeitos da problemática inerente a esse recurso natural. Como explicita Lanna (1995), a gestão prescinde de mecanismos de participação na tomada de decisão e responsabilização pelas suas conseqüências, sendo um

[...] processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos e sócio-culturais – às especificidades do meio ambiente (LANNA, 1995 *apud* VEIGA, 2007, p. 23).

Diversas políticas públicas precisam ser formuladas para se enfrentar a crise da água no século XXI. São inúmeros os ambientes hídricos que apresentam elevado grau de degradação em todo mundo, tanto nos países pobres em recursos hídricos como nos que detêm água em abundância, como o Brasil. Na Bahia, por exemplo, de acordo com o Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia (SEIA/2007), existem 13 bacias hidrográficas identificadas, formadas por importantes rios - São Francisco, Itapicuru, Paraguaçu, Jacuípe, entre outros -, no entanto, muitos se encontram bastante degradados, interferindo

no bem-estar social.

No presente trabalho, pretende-se destacar o Rio Copioba como exemplo da devastadora degradação ambiental em ecossistemas hídricos, causada pelo modelo de desenvolvimento vigente e pela ausência de conscientização a respeito das conseqüências de ações humanas. Trata-se de um rio de grande importância para a sociedade local, posto que é o responsável pelo abastecimento de água de toda cidade de São Felipe-BA e fundamental para o equilíbrio ambiental da região.

O Rio Copioba nasce no município de São Felipe⁴² e percorre, também, os municípios de Maragogipe, São Félix, chegando até Nazaré. Serve de divisa natural entre os municípios de São Felipe e Maragogipe. Conforme dados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), empresa responsável pelo tratamento e distribuição de água no município de São Felipe, a vazão das águas desse Rio é de 15,8 L/s.

O ecossistema em questão tem sido alvo de sérios impactos sócio-ambientais, os quais têm interferido na dinâmica da paisagem, no bem-estar social e no desenvolvimento local. Através de pesquisas anteriores⁴³, constatou-se que esse rio se apresenta bastante deteriorado, sendo que as principais causas desta problemática são o desmatamento e a poluição hídrica.

42 O município de São Felipe está localizado no Recôncavo Sul baiano, dista 180 km de sua capital Salvador e faz parte da microrregião de Santo Antonio de Jesus. Possui uma área de cento e noventa e oito quilômetros quadrados (198km²) e uma população estimada em 20.265 habitantes, segundo o IBGE (2007).

43 A primeira reflexão, por parte da autora, acerca da problemática ambiental que envolve o Rio Copioba aconteceu em 2007, na pesquisa realizada no curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus V, que resultou na monografia "O Rio Copioba em São Felipe-Ba: Uma Análise da Dinâmica dos Impactos Socioambientais". Trata-se de uma proposta de discussão fundamentada na análise da dinâmica dos principais impactos socioambientais no Rio Copioba em São Felipe-BA e da possível interferência da percepção ambiental da população local nesse dinamismo

O desmatamento que vem ocorrendo ao longo do Rio Copioba é bastante significativo, já que praticamente toda mata ciliar foi destruída (Figura 1), o que tem causado uma série de problemas que compromete a quantidade e qualidade dos recursos hídricos: intensificação dos processos erosivos, assoreamento do leito, destruição das nascentes, logo, diminuição da vazão e extinção de espécies vegetais e animais. O desmatamento ocorre, sobretudo, em virtude do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Outro problema presente no ecossistema em análise trata-se do destino final dos resíduos sólidos, produzidos por grande parte dos ribeirinhos, que são jogados nas suas margens e no seu leito (Figura 2).



FIGURA 1 – Aspecto do Rio Copioba sem mata ciliar do rio Copioba
Fonte: Acervo pessoal Gilvânia Nunes Chaves (2007)



FIGURA 2 – Resíduos sólidos depositados as margens do Rio Copioba
Fonte: Acervo pessoal Gilvânia Nunes Chaves (2007)

O destino inadequado dos esgotos domésticos também é um problema que atinge o Rio Copioba, os quais são provenientes das habitações, gerados pela lavagem de utensílios, pias, banheiros, roupas, instalações sanitárias, entre outros. A cidade de São Felipe não possui sistema de esgotamento sanitário e todo esgoto produzido é direcionado neste rio e/ou em seus afluentes sem nenhum tratamento. A poluição hídrica quer seja por meio dos esgotos, quer seja por meio dos resíduos sólidos tem levado suas águas a elevados níveis de poluição.

A degradação do Rio Copioba tem ocasionado a extinção e/ou diminuição de atividades econômicas importantes para o desenvolvimento do município, como a pesca, a agricultura e a pecuária. Além disso, o lazer dos ribeirinhos foi prejudicado em

decorrência do nível de poluição da água, o que também tem sido a causa de diversas doenças, como diarreia, verminose e escabiose, que atinge a muitos, sobretudo aqueles que residem nas proximidades do rio.

É válido salientar que não existe nenhuma política pública que busque proteger as águas do Copioba, as quais abastecem uma população de mais de 20.000 habitantes. Nesse sentido, torna-se necessária a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas para a preservação desse rio. Entretanto, isso só se concretizará à medida que o poder público e a sociedade civil perceberem esse rio como um potencial local, que deve ser aproveitado de forma racional em vista da promoção da qualidade de vida de toda população.

Portanto, diante da crise ambiental que atinge, principalmente, a população mais carente, torna-se evidente a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento que atendam aos princípios da sustentabilidade e se contraponham aos impactos da globalização. É justamente nesta perspectiva que emerge a concepção de desenvolvimento local.

Desenvolvimento Local: estratégia para uma sociedade justa e equitativa

Os acontecimentos históricos que marcam a crise social, agravada pela degradação ambiental, indicam que o modelo de desenvolvimento defendido pelos países emergentes não tem contribuído com a construção de uma sociedade sustentável. É perceptível que esse padrão prima pelo viés econômico, o que conduz a conclusão de que seu objetivo seja, exclusivamente, o crescimento econômico, privilegiando-se apenas as questões relacionadas à renda e à acumulação de riqueza. Nesse sentido, Oliveira (2006) alerta que

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não apenas pequenos grupos sociais. É preciso pensar uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Ao que parece, pensar o contrário seria como andar na contramão da história (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

A partir da apreensão da complexidade da crise civilizatória do século XXI e de reflexões como a de Oliveira (2006), a comunidade científica, parcela da sociedade civil e do poder público buscam a elaboração de um modelo de desenvolvimento mais favorável à vida, que contribua para efetivas melhorias no sistema de educação, saúde, lazer, longevidade, meio ambiente, participação social, entre outros.

Sen (2000) contribui, sinalizando que o desenvolvimento deve ser compreendido sob a ótica de todas as esferas humanas, integrando aspectos econômicos, sociais e políticos. Logo, o desenvolvimento de uma população está intrinsecamente vinculado à qualidade de vida de forma durável e contínua e ao aumento da justiça social.

Nessa perspectiva, faz-se necessário repensar a forma como vem acontecendo o “crescimento” da sociedade, possíveis alternativas para a garantia de um ambiente saudável para as gerações atuais e futuras e o papel de cada ser humano nesse cenário, em que todas as suas ações e atitudes serão responsáveis pelo rumo do seu próprio futuro e dos demais seres vivos.

Nesse contexto, no início da década de 1980, surge a concepção de desenvolvimento local como uma estratégia que se contrapõe ao modelo capitalista de desenvolvimento, posto que este tem como foco apenas a esfera econômica, e não privilegia a minimização das mazelas sociais, ao contrário, as desigualdades sociais só têm se intensificado.

O conceito de desenvolvimento local tem como pressupostos a valorização do indivíduo, a satisfação de suas necessidades básicas e sua auto-sustentação, e está centrado em propostas construídas pela própria comunidade e através de suas potencialidades locais. Essa ideia constitui-se de alguns elementos básicos como inovação, criatividade, mobilização e iniciativas coletivas. Logo, as potencialidades e a cultura de um determinado local devem ser observadas, pois as especificidades e as prioridades de uma localidade, região, cidade, ou seja, de uma unidade sócio-territorial delimitada é que irão induzir o dinamismo sócio-econômico, promovendo a geração de emprego e renda e a inclusão social.

Segundo Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser conceituado como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2002, p. 25).

Atualmente, nota-se que o tema do desenvolvimento local tem sido alvo de freqüentes debates em esfera mundial e vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural. Tenório, Dutra e Magalhães (2004, p.11) destacam que isso tem ocorrido “devido ao fracasso das

abordagens macro-estruturais em romper, no plano social, com a desigualdade, no plano econômico, com a concentração do poder e, no plano político, com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa”, bem como em decorrência das diversas experiências baseadas nos princípios do desenvolvimento local terem obtido resultados satisfatórios em vários países. Deste modo, o desenvolvimento local vem sendo discutido em diversas partes do mundo, ora como uma nova política social, ora como prática de inovação sócio-espacial, ora como um novo paradigma sócio-econômico.

A política do desenvolvimento a partir do local objetiva potencializar suas possibilidades e equacionar os obstáculos, sinalizando caminhos para a superação dos desafios. Deve-se se ter claro que as raízes do desenvolvimento local brotam a partir de agentes endógenos, pois sua essência está na intervenção sócio-econômica de representantes locais da esfera pública, privada ou social que conhecem, minuciosamente, a realidade da comunidade, logo têm capacidade de elaborar um diagnóstico das reais demandas sociais e de estruturar as melhores alternativas para solucioná-las. Franco (2000) aponta que

[...] o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que abarca várias dimensões e leva em conta o papel de vários fatores – econômicos e extra-econômicos – para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando focalizamos as atenções e os esforços numa unidade sócio-territorial delimitada (FRANCO, 2000, p. 40).

Já Martinelli e Joyal (2004) acrescentam que as políticas de fortalecimento das estruturas internas dedicadas à materialização de um desenvolvimento estão pautadas nas competências e habilidades da sociedade liderar e gerir o seu próprio desenvolvimento, em vista de uma vida de qualidade para todos.

A presente discussão leva à reflexão sobre a concepção de desenvolvimento local como uma nova proposta que visa a melhorias das condições de vida da sociedade, especialmente da população marginalizada. Contudo, para que qualquer processo dentro dessa dimensão obtenha sucesso, segundo Moura *et al.* (2002, p. 614), é necessário haver: “capacitação para mobilização e participação da comunidade; cooperação e construção de parcerias; visão abrangente e integrada de desenvolvimento, considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; monitoramento/avaliação do processo”.

Devido às profundas transformações de ordem social, econômica, cultural, política e ambiental decorrentes do sistema global, toda e qualquer proposta de melhorias do meio ambiente deve ter como parâmetro a complexidade de tais mudanças, e buscar sempre a reunião de vários fatores para se conseguir êxito (MOURA *et al.*, 2002).

Tratando-se dos cortes espaciais do local, Buarque (2002, p. 32) pontua que “o conceito de desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes correntes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido, bacias ou ecossistemas”. Cardoso (2007, p. 110), por sua vez, ressalta que “o local é comumente apresentado como o entorno econômico-sócio-territorial (município ou Região) onde, aproveitando-se as vantagens competitivas locais, busca-se construir as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável [...]”.

A valorização do local como instância privilegiada para planejar e implementar programas e projetos sociais indica a importância da descentralização político-administrativa. Este tipo de descentralização impulsiona a organização de espaços locais, haja vista que facilita as iniciativas e mobilizações sócio-econômicas, de modo que a sociedade pode participar do processo de gestão das localidades. Desta maneira, “a descentralização

política se converte, assim, em uma ferramenta determinante para o desenvolvimento local, ao facilitar a criação de espaços de negociação estratégica com o setor privado empresarial e com os demais atores sociais regionais” (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 6).

O debate sobre desenvolvimento local como alternativa de transformação econômica, social, política, ambiental, cultural e institucional perpassa pela ótica da descentralização enquanto uma possível resposta à fragmentação espacial ocasionada pelo sistema global, pois através desse processo a instância local passa a ter autonomia, a gestão democrática ganha maior expressividade e a sociedade civil tem maior facilidade de diálogo com outros agentes sociais.

Portanto, a participação social é fundamental no processo do desenvolvimento a partir do local, sendo que todo indivíduo pode e deve exercer seu papel de cidadão e, assim, contribuir na construção de uma sociedade justa, humana e equitativa. Nesse sentido, o desenvolvimento local apresenta-se como uma das propostas mais promissoras para a promoção da inclusão social e da proteção do meio ambiente. Oliveira e Souza-Lima (2006, p. 42) confirmam essa compreensão, salientando que “a solução dos problemas regionais e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida demanda o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento”.

Considerações Finais

O presente artigo aborda a crise ambiental contemporânea, a pertinência do desenvolvimento local nesse contexto, as perspectivas da sustentabilidade e o desenvolvimento econômico capitalista como seu maior empecilho. Além disso, ressalta-se a atual problemática dos recursos hídricos, enfocando o caso do

Rio Copioba em São Felipe-BA, o qual se encontra bastante degradado.

Os desajustes sociais na era da globalização tendem a aumentar, porém, as ações para resolvê-los não têm se elevado a ponto de possibilitar melhorias significativas. A política ambiental, por exemplo, não tem sido priorizada como deveria. O Estado precisa reconhecer em caráter emergencial a relevância de políticas voltadas para essa área, uma vez que as agressões em relação ao meio ambiente têm sido cada dia mais frequentes, repercutindo nas condições de vida da população.

A intensa degradação de milhares de ambientes hídricos, por exemplo, tem trazido sérias implicações ao bem-estar de milhões de indivíduos, e as políticas públicas direcionadas para a sustentabilidade da água têm se mostrado incipientes. Essa realidade que vem impulsionando crises econômicas, sociais e ambientais é, indiscutivelmente, uma crise civilizatória (LEFF, 2002).

Desse modo, a crise sócio-ambiental, na qual está inclusa nossa sobrevivência como espécie, só será resolvida à medida que formos capazes de construir uma nova racionalidade pautada em dinâmicas e inovadoras alternativas de desenvolvimento, a exemplo da estratégia de desenvolvimento local, que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista, e visa à promoção de uma sociedade justa e equitativa.

Portanto, é preciso que as comunidades juntamente com o poder público elaborem propostas de desenvolvimento local, a fim de que o mesmo aconteça de forma harmônica, utilizando-se dos recursos naturais com responsabilidade e racionalidade, e aproveitando-se das potencialidades e especificidades locais.

Referências

- BENKO, G. Globalização e organização econômica do Território. In: **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 67-86.
- BRANCO, S. M. **Água: origem, uso e preservação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CARDOSO, G. C. de C. O paradigma de desenvolvimento adotado pelo estado brasileiro: do intervencionismo econômico-quantitativo dos anos 1930 ao princípio da sustentabilidade dos anos 1990. In: _____. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: editora Universitária - UFPB, 2007. p. 79-116.
- CHAVES, G. N. ; SOUSA, C. P. de. **O Rio Copioba em São Felipe-BA: uma análise da dinâmica dos impactos socioambientais**. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2007.
- DELLITI, W. **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política/ Millenium, 2000.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LORANDI, R. ; CANÇADO, J. C. Parâmetros físicos para gerenciamento de Bacias Hidrográficas. In: SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio F. M. (Org.). **Conceitos de**

Bacias Hidrográficas: teorias e aplicações. Ilhéus - BA: Editus, 2002. p. 37-65.

MARTINELLI, D. P. ; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

MOURA, M. S. *et al.* Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção - o que sinalizam as práticas. In: **Revista Brasileira de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, v. 36, jul./ago, p. 609-626, 2002.

OLIVEIRA, G. B. de; SOUZA-LIMA, J. E. de. (Org). **O desenvolvimento sustentável em foco:** uma contribuição multidisciplinar. Curitiba; São Paulo: Annablume, 2006.

PELICIONI, M C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade.** São Paulo, v. 7, n. 2, 1998, p. 19-31, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TENÓRIO, F. G. ; MAGALHÃES, C. M. R. de; DUTRA, J. L. A. Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, Curitiba, 2004. **Anais... Curitiba:Anpad, 2004.**

TUNDISI, J.G. **Água no século XXI: enfrentando a escassez.** São Paulo: Rima, 2005.

VEIGA, B. G. A. da. Participação social e políticas públicas de gestão das águas: olhares sobre as experiências do

Brasil, Portugal e França. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007. p. 320. Disponível em: <<http://www.marcadagua.org.br/TESE%20Bruno%20Veiga.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2008.

Sobre os Autores

Organizadoras

As organizadoras **Ely Souza Estrela e Kustner Rocío Castro** formam parte do Mestrado em Cultura, Memória e Região, programa interdisciplinar do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Do Estado da Bahia –UNEB Campus V. Durante três anos atuaram como vice-coordenadora e coordenadora ,respectivamente, do citado programa fazendo um grande esforço pela construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento a partir do diálogo e do compromisso com as comunidades pesquisadas .

Ely Souza Estrela, doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004), tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, políticas públicas, migração, deslocamento compulsório e Memória e história oral.

Rocío Castro Kustner, doutora em Antropologia Social Sobre a América Latina pela Universidad Complutense de Madrid (1996), tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações latinoamericanas, atuando principalmente nos seguintes temas: Movimento Popular, Etnia, classe, Gênero, Cultura e Desenvolvimento Local e Participação Cidadã.

Mestres

Pelo Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus V

Aline dos Santos Lima

Formada em Geografia pela UNEB, é mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V(2009).

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Brasil
lineuneb@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Ribeiro Santos

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, é mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional UNEB - Campus V (2010)

Professor da Faculdade Integrada Euclides Fernandes, BA - Brasil
kadubertani@hotmail.com

Fabiane da Silva Andrade

Formada em História pela UNEB, é mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB-Campus V(2009)

Professora assistente da UNEB – Campus IV
fabhist@hotmail.com

Gilvânia Nunes Chaves

Formada em Geografia pela UNEB, é Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V (2010)

Professora da Escola Est. Gov. João Durval Carneiro, Brasil
Gilchaves2@hotmail.com

Leandro Santos Bulhões de Jesus

Formado em História pela UNEB, é mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V (2009)

Pesquisador - colaborador da Universidade de Brasília, Brasil
leohist@hotmail.com

Maria da Paz de Jesus Rodrigues

Formada em Geografia pela UNEB, é Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V (2010)

Professora do Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Brasil
pazrodrigues2@yahoo.com.br

Maria Joselene de Quadros Reis Borges

Formada em letras pela UNEB, é Mestre em Cultura, memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V (2010).

Professora nível III do Colégio Dr. Julival Rebouças, Brasil
Lene_lx@hotmail.com

Marcone Denys dos Reis Nunes

Formado em Geografia pela UNEB, É mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB - Campus V (2009)

Professor assistente da UNEB-Camús V - Bahia, Brasil
mmdenys@gmail.com

Renilton da Silva Santos

Formado em Geografia pela UNEB é mestre Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB-Campus V(2012).

Pesquisador da FAPESB

rsandes.uneb@yahoo.com.br

Valdirene Santos Rocha Sousa

Formada em Geografia pela UNEB, é Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB-Campus V(2010)

Professora/ Vice-diretora do Colégio Estadual José Malta Maia, Brasil

Leny_geo@hotmail.com

Professores

Do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia UNEB - Campus V

Adalberto S. Santos

Formado em sociologia, é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Brasil(2007) e Superintendente de Des. Terr. da Cultura do Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Brasil.

Colaborador da UNEB e professor adjunto da Universidade Federal da Bahia

adalss@hotmail.com

Alexandre A. Almassy Júnior

Formado em economia, é doutor em Fitotecnia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Viçosa, Brasil(2004)

Colaborador da UNEB, e professor Adjunto III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.

almassy@ufrb.edu.br

Alicia Ruiz Olalde

Formada em Sociologia, é Doutora em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(1999)

Colaboradora da UNEB e Professora Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

aliruiz@ufba.br

Carmélia Aparecida Silva Miranda

Formada em História, é doutorado em História pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, Brasil(2006)

Professora adjunta da UNEB-Campus IV

Carmelia15@hotmail.com

Paulo de Assis de Almeida Guerreiro

Formado em letras, é doutor em

Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, Brasil(2003)

Professor adjunto da UNEB - Campus V

Paa_guerreiro@yahoo.com.br

Renato Leone Leda

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil(2003)

Colaborador da UNEB e Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste

da Bahia

renatoleda@uol.com.br

Formato: 150 x 210mm
Fonte: Garamond 12/14
Miolo: Chamois Bulk 80 m²/g
Data: Dezembro/2011

A presente coletânea resulta de uma seleção de trabalhos apresentados no **I Encontro Cultura, Memória e Região**, realizado em dezembro de 2008, pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, da Universidade do Estado da Bahia. Aceitando o desafio de abrir brechas, no sentido de romper com o individualismo e a competição já tão naturalizados no espaço acadêmico, envidamos esforços para a publicação dos trabalhos selecionados e apresentados pelos estudantes em co-autoria com seus orientadores com o intuito de incentivar a construção coletiva do conhecimento e os grupos de pesquisa. Assim, a presente coletânea é o resultado desse compromisso e dessa tentativa de construção coletiva do conhecimento no processo vis-à-vis com o outro, sobre o outro, sobre si mesmo e sobre diferentes questões e objetos relacionados à cultura, à memória e à região na era da globalização.

ISBN 978-85-7887-074-4



9788578870744